

**ORGANIZADOR:**

**José Alexandre Berto de Almada**

# **ESPAÇO CIDADE E TURISMO**



a produção geográfica do Laboratório  
de Geografia Humana da Universidade  
do Estado do Rio Grande do Norte



**ORGANIZADOR:**

**José Alexandre Berto de Almada**

# ESPAÇO CIDADE E TURISMO



a produção geográfica do Laboratório  
de Geografia Humana da Universidade  
do Estado do Rio Grande do Norte



**Universidade do Estado do Rio Grande do Norte**



**Reitora**

Cicília Raquel Maia Leite

**Vice-Reitor**

Francisco Dantas de Medeiros Neto

**Diretor da Editora Universitária da Uern - Eduern**

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

**Chefe do Setor Executivo da Editora Universitária - Eduern**

Jacimária Fonseca de Medeiros

**Chefe do Setor de Editoração da Editora Universitária da Uern - Eduern**

Emanuela Carla Medeiros de Queiros

**Conselho Editorial das Edições UERN**



Edmar Peixoto de Lima

Emanuela Carla Medeiros de Queiros

Filipe da Silva Peixoto

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Jacimária Fonseca de Medeiros

José Elesbão de Almeida

Maria José Costa Fernandes

Maura Vanessa Silva Sobreira

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Rosa Maria Rodrigues Lopes

Saulo Gomes Batista

**Diagramação e Capa**

Alice Kelly Silva Oliveira

**Catálogo da Publicação na Fonte.**

**Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Espaço, cidade e turismo: a produção geográfica do laboratório de geografia humana da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte [recurso eletrônico]. /José Alexandre Berto de Almada (org.). – Mossoró, RN: Edições UERN: FAPERN, 2023.

174 p.

ISBN: 978-85-7621-462-5 (E-book).

1. Geografia. 2. Comunidade acadêmica - UERN. 3. Problemas urbanos. I.Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

CDD 910

*Meus amigos e minhas amigas,*

**O Projeto Institucional de Fortalecimento de Ações de Divulgação e Popularização da Ciência nos Territórios do RN**, pelo qual foi possível a edição de todas essas publicações digitais, faz parte de uma plêiade de ações que a **Fundação de Amparo à Ciência, Tecnologia e Informação do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN)**, em parceria, nesse caso, com a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), vem realizando a partir do nosso Governo.

Sempre é bom lembrar que o investimento em ciência auxilia e enriquece o desenvolvimento de qualquer Estado e de qualquer país. Sempre é bom lembrar ainda que inovação e pesquisa científica e tecnológica são, na realidade, bens públicos que têm apoio legal, uma vez que estão garantidos nos artigos 218 e 219 da nossa Constituição.

Por essa razão, desde que assumimos o Governo do Rio Grande do Norte, não medimos esforços para garantir o funcionamento da FAPERN. Para tanto, tomamos uma série de medidas que tornaram possível oferecer reais condições de trabalho. Inclusive, atendendo a uma necessidade real da instituição, viabilizamos e solicitamos servidores de diversos outros órgãos para compor a equipe técnica.

Uma vez composto o capital humano, chegara o momento também de pensar no capital de investimentos. Portanto, é a primeira vez que a FAPERN, desde sua criação, em 2003, tem, de fato, autonomia financeira. E isso está ocorrendo agora por meio da disponibilização de recursos do PROEDI, gerenciados pelo FUNDET, que garantem apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação (CTI) em todo o território do Rio Grande do Norte.

Acreditando que o fortalecimento da pesquisa científica é totalmente perpassado pelo bom relacionamento com as Instituições de Ensino Superior (IES), restabelecemos o diálogo com as quatro IES públicas do nosso Estado: UERN, UFRN, Ufersa e IFRN. Além disso, estimulamos que diversos órgãos do Governo fizessem e façam convênios com a FAPERN, de forma a favorecer o desenvolvimento social e econômico a partir da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Rio Grande do Norte.

Por fim, esta publicação que chega até o leitor faz parte de uma série de medidas que se coadunam com o pensamento – e ações – de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são investimentos que geram frutos e constroem um presente, além, claro, de contribuírem para alicerçar um futuro mais justo e mais inclusivo para todos e todas!

*Boa leitura e bons aprendizados!*



*Fátima Bezerra*

Governadora do Rio Grande do Norte



# Parceria pelo

Desenvolvimento Científico do RN



A Fundação de Amparo à Ciência, Tecnologia e Informação do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) e a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN) sentem-se honradas pela parceria firmada em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. A publicação deste livro eletrônico (e-book) é fruto do esforço conjunto das duas instituições, que, em setembro de 2020, assinaram o Convênio 05/2020-FAPERN/FUERN, que, dentre seus objetivos, prevê a publicação de mais de 300 e-books. Uma ação estratégica como fomento de divulgação científica e de popularização da ciência.

Esse convênio também contempla a tradução de sites de Programas de Pós-Graduação (PPGs) das Instituições de Ensino Superior do Estado para outros idiomas, apoio a periódicos científicos e outras ações para divulgação, popularização e internacionalização do conhecimento científico produzido no Rio Grande do Norte. Ao final, a FAPERN terá investido R\$ 855.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais) oriundos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), captados via Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI), programa aprovado em dezembro de 2019 pela Assembleia Legislativa na forma da Lei 10.640, sancionada pela governadora, professora Fátima Bezerra.

Na publicação dos e-books, estudantes de cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) são responsáveis pelo planejamento visual e diagramação das obras. A seleção dos bolsistas ficou a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UERN).

Os editais lançados abrangeram diferentes temáticas assim distribuídas: no Edital 17/2020 - FAPERN, os autores/ organizadores puderam inscrever as obras resultantes de suas pesquisas de mestrado e doutorado defendidas junto aos PPGs de todas as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) do Rio Grande do Norte, bem como coletâneas que foram resultados de trabalhos dos grupos de pesquisa nelas sediados. No Edital nº 18/2021 - FAPERN, realizou-se a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Turismo para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte”. No Edital nº 19/2021 - FAPERN, foi inscrita a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Educação para a cidadania e para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. No Edital nº 20/2021 - FAPERN, foi realizada a chamada para a publicação de e-books sobre o tema «Saúde Pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 21/2021 - FAPERN trouxe a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Segurança pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 22/2021 - FAPERN apresentou a chamada para a publicação de e-books sobre o

a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022): desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 23/2021 – FAPERN realizou a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Centenário da Semana de Arte Moderna (1992-2022) desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 22/2022 – FAPERN, realizou a chamada para a publicação de e-books com o objetivo de contribuir para o fortalecimento e divulgação da pesquisa a partir dos programas de pós-graduação e dos Grupos de Pesquisa das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Norte.

Com essa parceria, a FAPERN e a FUERN unem esforços para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, acreditando na força da pesquisa científica, tecnológica e de inovação que emana das instituições potiguaras, reforçando a compreensão de que o conhecimento é transformador da realidade social.

Agradecemos a cada autor(a) que dedicou seu esforço na concretização das publicações e a cada leitor(a) que nelas tem a oportunidade de ampliar seu conhecimento, objetivo final do compartilhamento de estudos e pesquisas.



*Gilton Sampaio  
de Souza*

Diretor-Presidente da FAPERN

*Cicilia Raquel*

*Maia Leite*

Presidente da FUERN



# SUMÁRIO

|                          |           |
|--------------------------|-----------|
| <b>APRESENTAÇÃO.....</b> | <b>12</b> |
|--------------------------|-----------|

|                      |           |
|----------------------|-----------|
| <b>O ESPAÇO.....</b> | <b>15</b> |
|----------------------|-----------|

|                                                |    |
|------------------------------------------------|----|
| 01 - Espaço Geográfico e Território Usado..... | 16 |
|------------------------------------------------|----|

|                        |           |
|------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b> | <b>16</b> |
|------------------------|-----------|

|                              |    |
|------------------------------|----|
| 1.1 - Espaço Geográfico..... | 17 |
|------------------------------|----|

|                                      |    |
|--------------------------------------|----|
| 1.2 - A Totalidade em Movimento..... | 21 |
|--------------------------------------|----|

|                                              |    |
|----------------------------------------------|----|
| 1.3 - Do território ao território usado..... | 32 |
|----------------------------------------------|----|

|                                  |           |
|----------------------------------|-----------|
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b> | <b>42</b> |
|----------------------------------|-----------|

|                         |           |
|-------------------------|-----------|
| <b>REFERÊNCIAS.....</b> | <b>45</b> |
|-------------------------|-----------|

|                                                                           |    |
|---------------------------------------------------------------------------|----|
| 02 - Espaço Geográfico e Totalidade: uma perspectiva Existencialista..... | 49 |
|---------------------------------------------------------------------------|----|

|                            |           |
|----------------------------|-----------|
| <b>2.1 INTRODUÇÃO.....</b> | <b>49</b> |
|----------------------------|-----------|

|                                                                                                     |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 2.2 - As correlações entre o conceito de Totalidade com a construção de um projeto existencial..... | 51 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

|                                            |    |
|--------------------------------------------|----|
| 2.3 - A ação e a liberdade consciente..... | 52 |
|--------------------------------------------|----|

|                                                     |    |
|-----------------------------------------------------|----|
| 2.4 - Os conceitos de Totalidade e Totalização..... | 58 |
|-----------------------------------------------------|----|

|                                                                                 |    |
|---------------------------------------------------------------------------------|----|
| 2.5 - Da necessidade à escassez: a matéria trabalhada no espaço geográfico..... | 65 |
|---------------------------------------------------------------------------------|----|

|                                           |    |
|-------------------------------------------|----|
| 2.6 - O espaço como Inércia-dinâmica..... | 72 |
|-------------------------------------------|----|

|                                                         |    |
|---------------------------------------------------------|----|
| 2.7 - O papel das rugosidades no espaço geográfico..... | 77 |
|---------------------------------------------------------|----|

|                                  |           |
|----------------------------------|-----------|
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b> | <b>80</b> |
|----------------------------------|-----------|

|                         |           |
|-------------------------|-----------|
| <b>REFERÊNCIAS.....</b> | <b>82</b> |
|-------------------------|-----------|



|                                                                                                                           |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>A CIDADE.....</b>                                                                                                      | <b>84</b>  |
| 03 - Espaço Geográfico e Território Usado.....                                                                            | 85         |
| <b>3.1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                | <b>85</b>  |
| 3.2 - A cidade média sob à égide da lógica fragmentária.....                                                              | 86         |
| 3.3 - A Fragmentação Socioespacial em movimento totalizante.....                                                          | 89         |
| 3.4 - Reestruturação urbana na cidade fragmentada.....                                                                    | 93         |
| 3.5 - Elementos para apreender a Fragmentação Socioespacial.....                                                          | 96         |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                          | <b>99</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                   | <b>100</b> |
| 04 - Território usado pelo comércio de vestuário em cidades pequenas:<br>um olhar sobre Baraúna, Rio Grande do Norte..... | 104        |
| <b>4.1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                | <b>104</b> |
| 4.2 - Pequenas Cidades.....                                                                                               | 106        |
| 4.3 - Baraúna.....                                                                                                        | 108        |
| 4.4 - Comércio em Baraúna.....                                                                                            | 110        |
| 4.5 - O território usado pelo comércio de vestuário na pequena cidade<br>de Baraúna (RN).....                             | 116        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                          | <b>124</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                   | <b>128</b> |
| <b>OTURISMO.....</b>                                                                                                      | <b>130</b> |
| 05 - Lugar Turístico Sazonal e o Uso do seu Território: contribuições<br>para um debate.....                              | 131        |
| <b>5.1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                | <b>131</b> |
| 5.2 - O Lugar Turístico.....                                                                                              | 134        |
| 5.3 - A sazonalidade do Lugar Turístico.....                                                                              | 140        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                          | <b>145</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                   | <b>146</b> |



|                                                                                                            |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 06 - Turismo e a COVID-19 no Rio Grande do Norte: os impactos nos meios de hospedagem mossoroense.....     | 149        |
| <b>6.1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                 | <b>149</b> |
| 6.2 - Os impactos da pandemia da COVID-19 nos meios de hospedagem de Mossoró.....                          | 150        |
| 6.3 - Os meios de hospedagem de Mossoró.....                                                               | 152        |
| 6.4 - Os Impactos adversos da pandemia da Covid-19 nos meios de hospedagem no município de Mossoró/RN..... | 157        |
| 6.5 - A prevalência da pandemia da Covid-19: entre preocupações e decisões para um retorno gradual.....    | 163        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                           | <b>169</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                    | <b>171</b> |

# APRESENTAÇÃO

**D**esde meados do século XX a ciência geográfica acrescentou ao seu corolário epistêmico elementos da teoria crítica, aproximando a análise geográfica à crítica marxista, contemporâneo ao movimento do *spatial turn*, o que veio a ser a sociologia espacial, tendo como principal expoente a obra *La Production de l'espace*, 1974, de Henri Lefebvre, e para a geografia, este título cabe ao livro *Social Justice and the City*, 1970, de David Harvey como principal expoente, movimento que marca o início da Geografia Crítica.

Sendo assim a temática espacial, entendendo este enquanto um produto social ou instância social, no qual sua produção não se pode reduzir a sua condição material e nem apenas aos processos econômicos da fabricação de bens, mas sim em uma dinâmica dialética que é ao mesmo tempo produto e produtora da sociedade.

Para a geografia brasileira, o legado da geografia crítica, no contexto do *spatial turn*, encontra no conjunto da obra de Milton Santos a principal representação desta corrente epistêmica da ciência geográfica, no qual encontram-se sintetizadas em suas três maiores publicações, *L'espace partagé*, 1975, *Por uma Geografia Nova*, 1978 e *A Natureza do Espaço*, de 1996.

Com o objetivo de continuar o debate geográfico, a partir da Geografia Crítica, o Laboratório de Geografia Humana (LAGHUM) sob minha coordenação, vem desenvolvendo na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) desde 2019, sob minha coordenação, pesquisas junto aos discentes do curso de Licenciatura em Geografia, vinculado ao Departamento de Geografia (DGE/UERN) e do Mestrado em Geografia, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UERN) atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, visando estabelecer o diálogo as questões teóricas da geografia de Milton Santos e as perspectivas urbanas e regionais do Rio Grande do Norte.

O presente livro sintetiza o esforço de apresentar em seis capítulos a produção acadêmica, realizada junto aos meus orientandos entre os anos de 2019 e 2022, relacionada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) da Licenciatura em Geografia e do Mestrado em Geografia.

O livro, *Espaço, Cidade e Turismo: a produção geográfica do Laboratório de Geografia Humana da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte*, está estruturado em três grupos temáticos, cada um com dois artigos.

O primeiro grupo, *O Espaço*, apresenta ensaios com discussões teóricas sobre o Espaço Geográfico, Território Usado e Totalidade, no qual sintetizam o corpo epistêmico dos trabalhos produzidos no LAGHUM, com os capítulos *Espaço Geográfico e Território Usado*, de minha autoria, e *Espaço Geográfico e Totalidade: uma perspectiva Existencialista*, resultado do TCC do meu orientando Pedro Antônio Marques Firmino.

O segundo grupo, *A Cidade*, apresenta as discussões relacionadas ao espaço urbano, com o ensaio *Elementos para uma discussão urbana: Cidades médias, fragmentação socioespacial, reestruturação e rugosidades*, também de Pedro Antônio Marques Firmino, agora enquanto orientando do Mestrado em Geografia, com minha coautoria.

O capítulo *Território usado pelo comércio de vestuário em cidades pequenas: um olhar sobre Baraúnas, Rio Grande do Norte*, por sua vez, é resultado de PIBIC e TCC realizado por Denis Gabriel de Souza, sob minha orientação. Este trabalho aplica a discussão teórica da geografia de Milton Santos para analisar a realidade empírica urbana de Baraúna, Rio Grande do Norte.

O último grupo, *O Turismo*, por sua vez, também com dois capítulos, o primeiro de natureza teórica, *Lugar Turístico Sazonal e o seu Território: contribuições para um debate*, do meu orientando, Rafael Silva de Souza, com minha coautoria, apresenta a fundamentação teórica da sua dissertação de mestrado em andamento.

O segundo, *Turismo e a COVID-19 no Rio Grande do Norte: os impactos nos meios de hospedagem mossoroenses*, também de autoria de Rafael Silva de Souza, com minha coautoria, apresenta, por sua vez, os resultados de nossa pesquisa de PIBIC que se converteu em seu TCC, trazendo para discussão elementos metodológicos práticos para analisar o impacto da pandemia da COVID-19 na atividade turística de Mossoró.

Destarte, o conjunto de textos neste livro tem como objetivo compartilhar com a comunidade acadêmica os esforços de produção de conhecimento geográfico do LAGHUM, cujos trabalhos têm seu ensejo preocupações tanto com processo formativo de pesquisadores da ciência geográfica quanto contribuir para análise de problemas urbanos e regionais e para o debate acadêmico sobre o Espaço, a Cidade e o Turismo.

José Alexandre Berto de Almada

# ESPAÇO CIDADE E TURISMO



a produção geográfica do Laboratório  
de Geografia Humana da Universidade  
do Estado do Rio Grande do Norte

## O ESPAÇO

# 01

**ESPAÇO GEOGRÁFICO E TERRITÓRIO USADO**

José Alexandre Berto de Almada

## INTRODUÇÃO

O espaço geográfico enquanto conceito central da ciência geográfica, que a partir de Santos (2012a), se apresenta como um de sistemas de ações indissociável dos sistemas de objetos. Enquanto uma relação indissociável, o espaço geográfico é composto por formas e funções que estruturam o espaço construído. A essas categorias, Santos (2007, p. 100), adiciona-se a noção do processo enquanto:

“[...] um condutor cuja vida é efêmera, um breve momento, a fração de tempo necessária para que a estrutura se realize – se geografize, ou melhor, se espacialize – por meio de uma função, uma atividade mais ou menos durável e pela sua união indispensável à uma forma. O processo termina quando uma fração da estrutura é materializada em uma forma particular, condenado a uma função particular. Então, um novo processo começa”.

A partir da noção de processo à análise do espaço geográfico possibilita a operacionalização da categoria tempo, do par espaço-tempo, uma vez que as formas e funções que estruturam a vida humana não são estáticas, são passíveis de mudanças, e essas estão ocorrendo constantemente, nesse sentido, o processo se apresenta com um vetor efêmero que potencializa essa mudança, nesta lógica a partir do pensamento miltoniano, o tempo adiciona movimento à totalidade do espaço geográfico.

A totalidade é um momento já realizado, materializado nas formas e funções que estruturam o espaço geográfico, porém, tendo em vista que não se trata de um espaço estático, mas sim em constante movimento, dado pela dimensão do tempo, temos a totalização, enquanto processo, existindo enquanto potência, um *vir-a-ser* do espaço, que ao materializar-se transcende da potência ao ato, resultando em uma nova totalidade, mas essa também não está pronta, pois sempre estará se refazendo por meio da totalização.

Tendo em vista essa perspectiva, o ensaio pretende acrescentar algumas palavras na seara dessa discussão nas três partes em que se divide o texto. A primeira apresenta notas sobre o conceito do espaço geográfico; a segunda aproxima

a definição do conceito de espaço geográfico proposto por Milton Santos com os elementos basilares do existencialismo de Sartre, levando em consideração as categorias, estrutura, função e forma, assim como o processo, tempo e escala, como categorias analíticas e como categorias históricas, uma vez que elas definem a totalidade concreta, a totalidade em permanente processo de totalização. (SANTOS, 2007).

Com o objetivo de avançar na discussão, a terceira parte, por sua vez, estabelece uma análise da categoria analítica do espaço geográfico, o território usado, a partir de uma discussão da evolução histórica do conceito, do território ao território usado, a partir do diálogo entre os principais autores dentro da ciência geográfica que se dedicaram a esse tema, passando, principalmente, por Ratzel (1990), Raffestin (1993), Capel (1981), Bobbio (2007), Lacoste (2011), Haesbart (2009), Souza (2000; 2009), Saquet (2003), Santos e Silveira (2001) e Santos (1986, 2012a, 2012b).

Nesse sentido, o presente ensaio tem como objetivo contribuir para a discussão sobre o espaço geográfico, totalidade e território usado, enquanto elementos para a análise geográfica, ressaltando a articulação entre esses para apreensão dos fenômenos socioespaciais.

## 1.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO

O século XIX é marcado pelo período em que o conjunto de conhecimentos técnicos, das mais diversas naturezas, passaram por processos sistematização a partir de métodos científicos, movimento intelectual conhecido como Positivismo. No bojo desta divisão de saberes, também é forjada uma Geografia científica. Partindo desta premissa, este texto discute a ciência geográfica a partir da busca de seu objeto de estudo, o espaço geográfico.

Na obra *Geografia e Modernidade*, Gomes (2010b) faz um importante resgate epistemológico acerca da herança intelectual que permitiu a constituição da geografia moderna estruturada a partir de duas matrizes de pensamentos oriundas da Grécia Antiga, a primeira ligada a Ptolomeu, de caráter cosmográfico, associadas à metodologia matemática-cartográfica, a segunda associada ao pensador Estrabão, de caráter corográfico e associadas à metodologia histórico-descritiva<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Para aprofundamento nesse assunto, recomenda-se a leitura da segunda parte da obra *Geografia e modernidade*, de Paulo Cesar da Costa Gomes, e *Filosofia y ciencia en la geografia contem-*

Com o alvorecer da ciência geográfica, “[...] uma das primeiras tarefas da geografia moderna foi a reatualização desses conhecimentos, ajustando às exigências do discurso científico” (GOMES, 2010b, p. 127). Porém, essa missão era de alto custo e envolvia uma gama de profissionais altamente qualificados. Sobre esse contexto, Vidal de La Blache reconhece, em sua Aula Inaugural do Curso de Geografia, que os grandes trabalhos geográficos até então são resultados de trabalhos coletivos e grandes associações:

[...] que somente os Serviços de Estado podem empreender. No século XVIII, foi graças à Academia de Ciências, ao Observatório de Paris e à Sociedade Real de Londres que o mapa do mundo pôde ser fixado em suas grandes linhas. Foi necessário, em nossos dias, mais de cinquenta anos de trabalho e a colaboração de quase oitocentos empregados ou artistas, para o êxito das 273 folhas topográficas da França (LA BLACHE, 2012, p. 73).

O interesse dos Estados imperialistas, sobre tudo os europeus, do século XIX voltava-se para as suas necessidades expansionistas a partir do controle direto, ou indireto, de colônias pelo mundo, neste sentido a produção de conhecimento geográfico estava diretamente atrelado a essas necessidades, não se preocupando em um primeiro momento na produção de conhecimento a serviço de toda humanidade, conforme destacado por Capel (1981, p. 173), ao afirmar que “a geografia se converteu desde a segunda metade do século XIX em uma ciência a serviço dos interesses imperialistas dos países europeus”, sobretudo na produção de conhecimento sobre as colônias e outras áreas de exploração, sendo criado “[...] centros de estudos dedicados à investigação dos países ultramarinos” (*ibidem*).

Os geógrafos e seus trabalhos tinham um papel fundamental nesta ordem mundial do século do imperialismo industrial, essa característica foi criticada por Yves Lacoste, em 1976, no livro *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer guerra*, no qual ressalta que “[...] o espaço que é o domínio estratégico por excelência, o lugar, o terreno onde se defrontam as forças em presença [...]” (LACOSTE, 2011, p. 136), e que “o geógrafo deve lembrar constantemente que a geografia é um saber estratégico, e que um saber estratégico é perigoso” (*ibidem*, p. 164). Dessa forma, o geógrafo deve assumir a responsabilidade de seus escritos, pois, a neutralidade da ciência abre margem para perpetuação das contradições opressoras existentes na sociedade.

---

porânea, de Horácio Capel.

Lacoste (2011), denúncia a característica clássica da ciência geográfica a serviço da burguesia imperialista do século XIX, além de desmascarar a inocência política dos geógrafos do período subsequente desta ciência, das primeiras décadas do século XX, conhecido como *new geography*, que insistiam na neutralidade política de seus trabalhos.

Partindo da tese de que todo conhecimento geográfico é estratégico, e que, não importa se o trabalho é construído de maneira neutra politicamente, uma vez que o emprego dos resultados dessas pesquisas geográficas não será utilizado sem intenção política. Ao contrário, poderá estar a serviço dos dirigentes de classe, no contexto da geografia clássica, perpetuar o processo de dominação dos países industrializados sobre os demais países do mundo.

Em um outro sentido, a abstenção crítica pela neutralidade, em um mundo estruturado a partir de um desenvolvimento desigual e combinado, em que as matrizes socioespaciais da miséria mundial estão diretamente relacionadas com os processos vilipendiadores de poucas metrópoles sobre as colônias ao redor do globo terrestre, serve muito mais a manutenção das superestruturas de dominação, em uma perspectiva althusseriana.

Uma geografia engajada parte-se de escolhas, tanto pela definição do seu objeto de pesquisa quanto de sua abordagem, nesse sentido, é necessário um engajamento político, postura esta que marcou o choque paradigmático na ciência geográfica em meados do século XX, em que a defesa de uma Geografia Ativa, atrelada com as condições de um presente em movimento, uma perspectiva analítica situacional, para além das descrições de espaços estáticos, na qual para George (1968, p.26), “o objetivo da geografia ativa é perceber as tendências e as perspectivas a curto prazo, medir a intensidade e em projeção espacial as relações entre as tendências de desenvolvimento e seus antagonistas, definir e avaliar a eficácia dos freios e dos obstáculos”.

Sendo assim, a geografia é convocada a se tornar um ente ativo nas discussões sociais como um todo, tendo como premissa a sua área de atuação, um espaço geográfico que aparece “[...] não somente como um espaço humanizado, mas como um espaço relativizado, que se amolda em função das técnicas, das estruturas econômicas e sociais, dos sistemas de relações. *O próprio espaço torna-se situação* (GEORGE, 1968, p.22, grifo do autor.)

Os estudos geográficos passam a ser uma bandeira para aqueles que buscavam em suas pesquisas um engajamento intelectual para além da neutralidade, no qual, para George (1968, p.36, grifo do autor).

É por isso que é tão importante separar a missão de uma geografia ativa, que é o trabalho científico, de uma geografia aplicada, ou mais exatamente de uma aplicação dos dados fornecidos pela geografia, que é a tarefa de administradores sensíveis por essência e por obrigação a outras considerações e a outras pressões, que as decorrem da pesquisa científica.

O paradigma geográfico que segue a geração pioneira desta Geografia Ativa, no qual insere-se a obra de Lacoste (2011), desperta um incômodo na academia, ao se aproximar do pensamento marxista, em uma perspectiva que aproximou o pensamento geográfico com a teoria social crítica, como bem apontou Soja (1993), pois evidencia o nível de responsabilidade social dos geógrafos e seus trabalhos frente às desigualdades sociais enraizadas no espaço geográfico em decorrência do modo de produção capitalista.

As futuras gerações de geógrafos conviveram e ainda convivem com o peso dessa responsabilidade sobre seus trabalhos. Nesse sentido, Lacoste (2011, p. 164) adverte que:

O geógrafo deveria, portanto, se perguntar para que pode servir e em que contexto político se inscreve a pesquisa que ele empreende ou que lhe pedem para empreender; ele deveria mesmo recusar, ao menos recusar dar a conhecer os resultados, nos casos em que, manifestamente, os dados que ele fornece servem para espoliar ou arrastar uma população, em particular, aquela que ele estudou.

O trabalho geógrafo possui uma força potencial, cabe a reflexão sobre quais grupos e interesses serão destinados os seus escritos, podem servir para espoliar dada população, ou, conforme o comentário de Moreira (2007, p. 62) sobre a obra de Lacoste: “[...] a geografia, através da análise do arranjo do espaço, serve para desvendar máscaras sociais. É nossa opinião por detrás de todo arranjo social estão as relações, que nas condições históricas do presente são relações de classes”.

## 1.2 A TOTALIDADE EM MOVIMENTO

Os estudos geográficos são permeados por uma multiplicidade de temas e conteúdos, por vezes, a geografia é definida como uma metaciência ou uma ciência de síntese, nesse bojo, cabe a pergunta, em meio a uma infinidade de temáticas, qual delas é de fato o objeto de estudo do geógrafo?

Este ensaio parte da premissa de que o objeto maior da ciência geográfica é o espaço geográfico, entretanto, sem uma devida explicação essa afirmação tautológica não ajuda compreender a transição abstrata do conceito de espaço geográfico para uma prática concreta de pesquisa acadêmica.

Destarte, se a análise do espaço geográfico é o espaço de atuação que cabe ao geógrafo na divisão social do trabalho, essa práxis acadêmica se faz em um cenário em que “[...] há tantas geografias quanto geógrafos” (SANTOS, 2012a, p.18), ou seja, a conceituação de espaço geográfico não é absoluta, por vezes polissêmicas. No entanto, esse heterônimo de definições sobre o conceito de espaço é um dos aspectos complexos que permeiam a epistemologia geográfica, podendo ser esta pluralidade uma fragilidade ou virtude da ciência geográfica, sem entrar nesta seara de juízo de valor, o presente debate acrescenta elementos para pensar o espaço, cabendo ao leitor a decisão se esses escritos contribuem para elucidar alguns pontos ou levantar mais incertezas sobre o conceito em tela.

Esta pluralidade que permeia as abordagens foi amplamente criticada no conjunto da obra de Milton Santos, no qual buscou construir uma ciência geografia estruturada a partir da análise de seu objeto central, o espaço geográfico, principalmente a partir da obra *A Natureza do Espaço*, publicada na década de 1990.

O contexto inicial das principais obras de Milton Santos remonta às décadas de 1960 e 1970, período em que se inicia o movimento epistemológico na Geografia que buscou renovar essa ciência pela crítica ao pensamento neopositivista, que fundamentava a *new geography*, no qual ocorre a aproximação com o método marxista. As obras desse autor foram fundamentais nesse processo de ruptura de paradigma, sobretudo no que diz respeito à análise do espaço geográfico dos países subdesenvolvidos.

Outros autores contemporâneos ao geógrafo brasileiro também foram fundamentais a esse movimento, entre eles cabe destacar os trabalhos desenvolvidos na França, tendo como referência a obra *Geografia Ativa*, de Pierre George, Yves

Lacoste, Bernard Kayser e Raymond Guglielmo, publicada em 1966 e, posteriormente, *A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, de Yves Lacoste, publicada originalmente em 1976; na Itália, *Marxismo e Geografia*, publicada em 1974, por Massimo Quaini; e na Inglaterra, *Justiça social e a Cidade*, de David Harvey, publicado em 1973.

A geografia nova<sup>2</sup> situa o foco da análise geográfica no espaço geográfico, conceito que ao longo da obra de Milton Santos pode ser definido como um conjunto de sistemas de ações indissociável dos sistemas de objetos. Esse conjunto, por sua vez, é formado por formas e funções que estruturam o espaço, e que estão em constante movimento de produção e reprodução no tempo, a partir de processos sociais.

Essa concepção do espaço afasta da análise o dualismo na interpretação geográfica, no qual se tinha, de um lado o homem e no outro o meio, como “[...] resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta [...]”, ou ainda enquanto uma soma de partes, um “[...] amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente” (SANTOS, 2012d, p. 30).

Porém a relação entre espaço e sociedade não ocorre de modo separado, mas sim simultaneamente, existindo numa relação indissociável da humanidade com o mundo, entre objetos e ações. Nessa relação há “[...] a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho” (*ibidem*, p. 30). As formas que compõem a natureza e a sociedade enquanto objetos, de origem natural e social, e o trabalho as funções que animam os objetos enquanto ações premeditadas pelo pensamento, uma vez que o “[...] trabalho representa o ato de objetivação da essência humana, e assim produz o mundo (meio) e ao homem em sua humanidade” (MARTINS, 2007, p. 46).

Sobre a objetividade da ação: só pode ser atribuída ao homem<sup>3</sup>. Nesse sentido, para Santos (2012a, p. 82), “Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro [...]”.

A finalidade de uma ação que resulta na construção dos objetos possui uma essência a ser materializada em existência, na perspectiva existencialista, a essência dos objetos produzidos pelo homem precede sua existência, porém a herança desse pensamento encontra-se no pensamento de Marx, no qual a diferença

2 Fazendo referência à renovação do pensamento geográfico, em contradição a *new geography* (do inglês nova geografia). Sobre esse assunto, ver *Por uma geografia nova*, de Milton Santos.

3 Homem enquanto sinônimo de humanidade, não de gênero masculino.

entre os homens e os animais é o trabalho, pois o trabalho é ação premeditada pelo pensamento, esse feito é exclusivo da espécie humana.

Para Gomes (2010b, p. 171) o espaço geográfico, *a priori*, é “uma extensão fisicamente constituída”. Essa característica corresponde aos objetos, tanto de ordem natural quanto socialmente construídos, porém, ambos são compostos e mantidos na relação indissociável com as ações, pois necessitam um do outro para existir e ter sentido de existência, uma vez que “os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de ações” (SANTOS, 2012a, p. 63).

Os objetos vêm ao mundo pelas ações, são as formas materiais para que as ações possam vir ao mundo. Para exemplificar essa passagem, tem-se a ideia do martelo, um objeto construído por uma ação dotada de finalidade, um trabalho realizado a partir de uma essência pretérita a sua existência, a técnica da ação de construir o martelo. Esse objeto, por sua vez, serve a outras ações, a ação de martelar.

A ação de construir envolve uma série de técnicas que podem variar de acordo com sua situação histórica e sempre necessita de uma realidade geográfica para existir, ou seja, de um sistema de objetos e de ações.

Mesmo nesse exemplo a construção do martelo não deve ser pensada de maneira isolada do contexto geográfico de sua existência, pois, tanto o martelo quanto as ações que envolvem sua construção e utilização estão inseridos numa lógica sistêmica. Sobre esse ponto, Milton Santos (2012a, p.73) reforça que:

o enfoque geográfico supõe a existência dos objetos como sistemas e não apenas coleções: sua utilidade atual, passada ou futura vem exatamente do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores. Seu papel pode ser apenas simbólico, mas geralmente é também funcional.

Os objetos existindo enquanto sistema, e não como coleção, nos revelam que a cada situação histórica possuem funções específicas, em um dado momento pode ser mais importante para ordem espacial e em outro não. Ao mesmo tempo em que a sua funcionalidade muda com o passar tempo, o seu significado também muda.

O conhecimento prévio da serventia de um objeto indica uma dada ordem espacial. Insistindo no exemplo do martelo, umas das primeiras ferramentas feitas pela humanidade e que hoje é fabricada de acordo com a lógica industrial, otimizados pela racionalidade da ciência e da técnica. Como exemplo, há a centenária indústria Tramontina, especializada na fabricação dos mais diversos objetos feitos a partir do ferro e do aço, desde talheres domésticos a ferramentas para a construção civil. Justamente nesse último setor há uma subdivisão da fábrica, a Tramontina Por que, segundo a empresa, é uma linha especializada em ferramentas profissionais para os segmentos de manutenção industrial e automotiva, nesta são fabricados doze martelos e marretas, cada um com um uso particular, fabricado com técnicas específicas.

Num exercício de imaginação deduz-se uma ordem espacial em virtude da fabricação dos martelos e marretas, fabricados a partir do ferro (e outras ligas metálicas), da madeira e da borracha. Sobre isso é possível levantar a seguinte questão: qual é a realidade geográfica que precisa existir no mundo para que os martelos sejam fabricados? Ou ainda, qual é o circuito espacial produtivo desta ferramenta? Quais são as espacialidades e temporalidades presentes na fabricação, distribuição, circulação e consumo desta ferramenta?

Ao avançar na resolução destes questionamentos, percebe-se a complexidade do espaço geográfico, enquanto sistema, pois induz que neste processo produtivo há minas de ferro, indústrias siderúrgicas e petroquímicas, madeireiras, estruturas viárias<sup>4</sup> para escoamento da produção, a própria fábrica e seus centros de distribuição para os supermercados, lojas especializadas em ferramentas ou qualquer outro comércio do gênero; indústria alimentícia, agroindústria e produtores agrícolas para fornecer a alimentação dos inúmeros funcionários envolvidos no processo extração, produção, distribuição e comercialização dos martelos, e também, usinas geradoras de energia elétrica e redes de distribuição de energia, condição fundamental para execução de todas as etapas do processo produtivo.

Além destes pontos de ordem diretamente relacionados com a produção do martelo, levanta-se questões indiretas, mas, igualmente importantes: Onde moram os funcionários? Onde formou-se a mão de obra especializada? Qual a demanda do mercado pela ferramenta? Em quais lugares do Brasil ou do mundo é possível comprar e/ou encontrar estes martelos?

4 Desde rodoviárias, ferroviárias, aeroviárias e hidroviárias.

Podê-lo-ia elencar uma lista quase interminável das mais variadas questões espaciais sobre a aparente e simples existência de um martelo no espaço geográfico. Ressaltando que o martelo existe exclusivamente para atender a necessidade da existência humana, uma vez que sua existência é posterior a sua essência, ou seja, sua construção está diretamente relacionada com sua funcionalidade.

Retomando a discussão, no qual a característica indissociável do espaço geográfico só é possível com a existência humana e pela existência humana, pois é o objetivo da ação presente em cada indivíduo, característica que afasta esta espécie da natureza, uma vez que “a ‘natureza’ não pode operar seguindo a mesma finalidade do ser humano” a natureza opera na contingência “[...] por quê? Não há por quê. A flor não sabe que é flor. Nem a morte que morre” (LEFEBVRE, 2007, p. 70). A ação humana, com finalidade, na ontologia do ser social em Marx, remete à ideia de trabalho, esse é o “que diferencia as qualidades específicas do homem frente aos demais seres do reino animal. [...] Isto porque o homem constrói mentalmente o objeto que busca obter, antes de partir para a sua construção material” (MORAES; COSTA, 1993, p. 75).

Na premissa existencialista que permeia os objetos socialmente construídos, há o exemplo de Sartre (2012, p. 18) sobre a construção mental dos objetos mediados pela técnica:

Quando consideramos um objeto fabricado, como um livro, ou um corta-papel, por exemplo, esse objeto foi fabricado por um artífice, inspirado em um conceito; ele tinha como base o conceito de corta-papel e, também uma certa técnica de produção anterior que faz parte do conceito e que, no fundo, é uma fórmula. Desse modo, o corta-papel é simultaneamente um objeto que se produz de determinada maneira e que, por outro lado, possui uma utilidade definida, e não se pode supor que um homem produza um corta-papel sem saber para que tal objeto serve.

O avanço da ciência, da técnica e da informação possibilitou no espaço geográfico a transformação do planeta em mundo, de uma esfera dominada pelas criações sem finalidade da natureza em uma esfera dominada por produções e significações humanas com finalidades prévias à sua existência, uma vez que “o mundo do homem é aquele que nós fazemos e nos faz, onde fazemos a partir de nós, a partir do que fizemos alguma coisa que refletirá e que fará os outros” (SARTRE, 2003, p. 39).

Se na filosofia existencialista o homem não está pronto, uma vez que “ele se faz; ele não está feito de antemão [...]” (SARTRE, 2012, p. 38), então o espaço geográfico também não está pronto, está em contínuo processo de realização, uma vez que:

as existências são manifestações particulares do ser; este geneticamente precede a existência, como fonte de sua possibilidade. As existências são uma técnica em funcionamento, um objeto operacionalizado, uma ação historicizada e geografizada, uma norma em vigor como resultado de um jogo de forças possível, em um dado momento e lugar (SANTOS, 2012a, p. 124).

A existência do ser é dada como possibilidade de escolha, essa, de acordo com Sartre (2012, p. 40), condena o ser à liberdade, uma vez que “a escolha é possível em um sentido, mas o que não é possível é não escolher. Eu sempre posso escolher, mas tenho que saber que se não escolho isto também é uma escolha”.

Se há uma condenação, obrigatoriamente essa tem que ser em algum lugar. Sobre esse ponto, a metáfora da prisão geográfica de Raffestin (1993, p. 144) pode ilustrar esse pensamento: “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”. Porém, não é apenas o território a prisão construída para assegurar a condenação da liberdade do homem, mas a totalidade do espaço geográfico, a prisão existencial da essência humana, uma vez que não há forma de existir no mundo fora do mundo, toda existência é no mundo e com o mundo, ou seja, no e com espaço geográfico. Dessa forma, “[...] o homem, estando condenado a ser livre, carrega nos ombros o peso do mundo inteiro: é responsável pelo mundo e por si mesmo enquanto maneira de ser” (SARTRE, 2013, p. 678).

Num exercício de imaginação, se a humanidade deixasse de existir levaria consigo o espaço geográfico, o mundo, restando apenas o planeta com objetos desprovidos de ações humanas para animá-los, completar o sentido geográfico do espaço.

Ao surgir no mundo não podemos imaginar o ser em um solipsismo<sup>5</sup>, em que só há objetos na sua extrema relação da dimensão do para-si, pois há uma situação histórica antecedente, um universo de objetos e ações que já estão aí, de certa forma, prontos quando surgimos no mundo.

5 (do lat. *solus*: só, e *ipse*: ele mesmo), termo de sentido negativo, e até mesmo pejorativo, designando o isolamento da consciência individual em si mesma, tanto com relação ao mundo externo quanto em relação a outras consciências; é considerado como consequência do idealismo radical (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 182).

A situação histórica do mundo é a herança dos objetos e ações passadas que permanecem no presente, essas formas pretéritas são as rugosidades do espaço geográfico que “[...] testemunham um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada” (SANTOS, 1986, p. 138). Todavia, “as rugosidades não podem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas” (SANTOS, 2012a, p. 43).

As rugosidades que compõem cada situação histórica constituem a prisão espacial onde somos condenados à liberdade, porém, na perspectiva existencialista:

[...] a realidade humana recebe originariamente seu lugar no meio das coisas – a realidade humana é aquilo pelo qual algo como sendo um lugar vem às coisas [...], existo meu lugar, sem escolha, também sem necessidade, como puro fato absoluto de meu ser-aí. Sou aí: não aqui, mas aí. Eis o fato absoluto e incompreensível que está na origem da extensão e, conseqüentemente, de minhas relações originais com as coisas (com estas coisas, mais do que com aquelas outras) (SARTRE, 2013, p. 603-604).

A facticidade de ser-aí e não aqui, coexistindo com o passado materializado no presente pelas formas, nos mostra a liberdade enquanto “escolha de um fim em função do passado. Reciprocamente, o passado só é aquilo que é em relação ao fim escolhido” (SARTRE, 2013, p. 612). Minhas ações, no presente, se dão sobre objetos do passado e revelam minha intencionalidade para o futuro. Nesse sentido, encontramos com “o Mundo [...] um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares” (SANTOS, 2012a, p. 337).

A espacialidade do ser, de ser-aí, de estar-no-mundo, numa leitura geográfica, pode ser interpretada como ser-no-espaço que é, ao mesmo tempo ser-do-espaço<sup>6</sup>, pois, ao ser no espaço geográfico, tenho que ser com minhas ações sobre os objetos e com outros indivíduos, uma vez que:

[...] ao nascer, eis-me habitando uma morada material marcada pela práxis dos outros (fins impressos na matéria trabalhada pelos projetos dos homens que me precederam), já encontro o

---

6 Sobre esse ponto a obra *Condição Urbana* (2010a) de Paulo César da Costa Gomes aprofunda a discussão sobre as formas de ser-no-espaço e de ser-do-espaço, por meio do debate entre a contradição do nomoespaço e genoespço, abordado no capítulo quatro deste trabalho.

campo de tensão provocado pela escassez, já deparo com os efeitos das múltiplas ações individuais isoladas e antagônicas (PERDIGÃO, 1995, p. 193).

O que encontro ao nascer nada mais é que o próprio espaço geográfico marcado pela antinomia temporal: “tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência” (SANTOS, 1986, p. 205).

Existir em articulação com o passado e o presente nos indica que ser no mundo é ser em uma dada situação, tendo em vista que:

Sou um existente no meio de outros existentes. [...] Minha posição no meio do mundo, definida pela relação de utensilidade ou de adversidade entre as realidades que me circundam e minha própria facticidade, ou seja, a descoberta dos perigos que corro no mundo, dos obstáculos que nele posso encontrar, das ajudas que podem me ser oferecidas [...] (SARTRE, 2013, p. 671-672).

Ser, em uma dada situação, é ser no espaço geográfico, em um dado sistema de objetos e ações, conferindo a cada indivíduo a possibilidade de escolhas, definir um projeto existencial, seja em conformação com a situação, seja de indignação com os obstáculos de dada realidade geográfica.

A liberdade nos obriga a escolher ser de uma dada maneira no mundo, e:

[...] a escolha projeta o homem para fora de si. A escolha lança o homem ao mundo. Rigorosamente o põe no mundo, o que significa estar-no-mundo. O que remete ao sentido do ser-aí, o que para a ciência geográfica soa mais costumeiramente como a relação homem-meio. (MARTINS, 2007, p. 44).

O sentido de ser-aí, de estar-no-mundo, pode soar com mais familiaridade na ciência geográfica como a relação homem-meio, é, na realidade, a questão do ser-no-espaço que também é ser-do-espaço, uma vez que os indivíduos que compõem a sociedade produzem o espaço geográfico numa relação dialética com as formas e funções pretéritas com o vir-a-ser-do-espaço, uma relação entre o passado e o presente que possibilita o futuro.

A dialética do espaço, a contradição entre o passado e o presente, pode ser apreendida a partir da “noção de prático-inerte introduzida por Sartre” (SANTOS, 2012a, p. 140), na qual “o processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas” (*ibidem*, 2012a, p. 140). Ainda sobre esse ponto, Perdigão (1995, p. 193) argumenta que estamos cercados por um “campo material prático, porque introduzido pela ação prática de outros homens; e também inerte, porque as práxis anônimas acham-se coaguladas em puro passado [...]”. Desse modo, o espaço geográfico nunca poderá ser algo definitivamente pronto, pois, ao nascer encontra-se um mundo existente, porém não finalizado, uma totalização em curso. É no existir de cada indivíduo, pela totalidade dos indivíduos, que o mundo vai se fazendo, se constituindo. Nesse movimento há o espaço que “[...] permite a sociedade global realizar-se como fenômeno” (SANTOS, 2012a, p. 119).

Dessa forma, uma geografia que dialoga com a filosofia existencialista está preocupada com os objetos, que permeiam um quadro lógico, uma realidade material do espaço geográfico, que são produzidos e significados pelas ações humanas que, por sua vez, possibilitam o suporte material para a existência das ações futuras, possibilitando, dessa forma, a realização dos projetos existenciais humanos.

Apreender a lógica material que perpassa a ordem espacial deve ir além de uma descrição estática do espaço geográfico, apenas de sua estrutura composta de formas e funções. É preciso incorporar a ação humana realizada em cada momento da história, que com o passar do tempo se transforma processualmente, uma vez que:

o processo significa a ação que é realizada de modo contínuo, visando um resultado que implica tempo e mudança. Os processos ocorrem no âmbito de uma estrutura social e econômica, resultando de suas contradições internas. Assim, ao considerarmos esses processos em conjunto, podemos analisar os fenômenos espaciais na sua totalidade (SAQUET; SILVA, 2008, p. 33).

A análise do espaço geográfico enquanto totalidade:

[...] conduz a uma escolha de categorias analíticas que devem refletir o movimento real da totalidade. Devemos levar em consideração além das categorias tempo e escala que funcionam externamente, as categorias internas estrutura, função e forma. A noção de processo permeia todas as categorias (SANTOS, 1977, p. 40).

A forma e a função remetem de imediato aos objetos e ações, porém, esses só possuem sentido existencial dentro de uma estrutura sistêmica, que não é estática, devido à existência humana, do ciclo da vida humana, nascer, reproduzir, envelhecer e morrer. Nesse percurso seguimos existindo em liberdade, nos projetando no mundo por nossas escolhas, modificando constantemente a forma de ser-no-espço e, simultaneamente, formas de ser-do-espço.

A conectividade da forma, função dentro de uma estrutura, é permeada pelo processo, a força motriz do movimento do espaço geográfico, uma vez que:

os processos nada mais são do que uma expressão da totalidade, do que uma manifestação de sua energia na forma de movimento; eles são o instrumento e o veículo da metamorfose de universalidade em singularidade por que passa a totalidade. O conceito de totalidade constitui a base para a interpretação de todos os objetos e forças (SANTOS, 1977, p. 40).

A partir do processo, é possível apreender no espaço geográfico as categorias de tempo e escala, pois os processos ocorrem em uma porção do espaço por certo período de tempo. Por exemplo, uma dada política pública desencadeia um processo de estruturação de uma dada área para receber um dado aparato de objetos, formas, para atender a finalidades, funções específicas.

O espaço geográfico é em movimento na mesma medida que o ser é em movimento, marcado pela negatividade, ou seja, pelo seu faltante, por exemplo, o espaço ainda não turistificado<sup>7</sup> ou um espaço ainda não urbanizado, ou seja, nunca estará pronto. O movimento do ser se dá pelo “[...] possível que eu sou e o presente de que fujo acham-se entre si em uma relação entre aquilo que falta e aquilo ao qual falta este faltante” (SARTRE, 2013, p. 258).

Nessa relação dialética temos o espaço geográfico sendo o seu possível já realizado de um tempo passado, em coexistência com possibilidade do seu vir-a-ser, ou seja, pelo que ele ainda não é, sua falta. Desse modo, o espaço vai se constituindo em movimento.

A totalização do espaço não acontece em analogia à totalização do ser, é na realidade um acontecer solidário e obrigatório, pois ao mesmo tempo em que a humanidade produz o espaço geográfico, o espaço geográfico produz a humanida-

---

7 O espaço turistificado é resultado de processos de turistificação, que consiste na modificação da configuração territorial do espaço em função da atividade turística.

de. Nesse ponto a citação de Santos (2012b, p. 31) é esclarecedora, ao afirmar que:

o movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global. Se não podem criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm de se adaptar. São as formas que atribuem conteúdo novo provável, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real.

Uma análise geográfica que se atenha aos processos existenciais que envolvem a totalidade do espaço geográfico, como afirma Silveira (2006, p. 90), “[...] não pode desconsiderar os aspectos do espaço nem continuar a analisá-lo como se fosse estático”, uma vez que está em constante movimento, tendo o seu futuro definido pelas possibilidades criadas no presente.

A cada situação a realidade geográfica adéqua-se à realidade existencial da sociedade, pois ambas fazem parte do mesmo processo, no mesmo movimento de totalização, ou seja, “é a totalidade da existência o que interessa a essa geografia”. (SILVEIRA, 2006, p. 90). Nesse caminho, a análise geográfica percebe “[...] a existência em situação no seu respectivo período histórico” (*ibidem*, p. 90).

A situação, em um dado momento do tempo e do espaço, revela as formas de ser-no-espaço e de ser-do-espaço, certa estrutura, dotada de formas e funções oriundas de processos relacionados com os projetos existenciais de cada indivíduo que compõem a sociedade.

Dessa forma, os processos são oriundos da condenação à liberdade no espaço geográfico, na qual a liberdade do ser em dada situação implica que “[...] a adversidade de meu meio ambiente impõe-me a obrigação absoluta de suportar a carga total de responsabilidade também pela situação, a qual devo, pois ser, em vez apenas ser nela” (MÉSZÁROS, 2012, p. 189). Nessa perspectiva, não há determinismos históricos ou geográficos que condicionam a forma de existir no espaço geográfico, as formas e funções pretéritas se apresentam como possibilidade, na qual cada membro da sociedade é responsável pelo modo que realiza sua existência no contexto de sua situação histórica.

Assumir a responsabilidade resulta na tomada de consciência dos processos materializantes das estruturas socioeconômicas que funcionalizam as formas no espaço geográfico, isso é um trabalho árduo, e é nesse ponto que os estudos geográficos podem contribuir, destacando a importância do pensamento sartriano na fundamentação de uma filosofia da liberdade. Segundo Mészáros (2012, p. 13):

Sua obra [de Sartre] é de maior relevância precisamente porque ele pôde realçar, mesmo em seus momentos mais obscuros e pessimistas, que ‘um futuro vedado ainda é um futuro’, salientando ao mesmo tempo a responsabilidade direta de cada indivíduo em encarar o desafio histórico correspondente.

Encontrar no espaço geográfico o objeto de estudo da geografia resulta na tomada de consciência do pesquisador frente à atual situação, uma vez que, “vivemos numa época de crise histórica sem precedentes que afeta todas as formas do sistema capital, e não apenas o capitalismo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 21) e que as contradições do modo de produção capitalista, além de não serem superadas, foram reforçadas no final do século XX, levando o mundo em uma espiral de crises econômicas no alvorecer do novo século.

### 1.3 DO TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO USADO

O conceito central da Geografia, a partir de sua renovação pelo viés marxista, encontra-se no espaço geográfico, tendo a sua análise alicerçada nas categorias de forma, função, processo e estrutura. No entanto, para abranger a complexidade da totalidade em movimento, outras categorias analíticas podem participar no processo de apreensão do espaço geográfico, uma delas são as categorias do território usado e de configuração territorial, que juntas permitem operacionalizar a análise do geógrafo.

A categoria território usado foi apresentada por Milton Santos em uma comunicação apresentada no Seminário Internacional Território: Globalização e Fragmentação, em abril de 1993, a partir do texto “O Retorno do Território”<sup>8</sup>, iniciando com a crítica ao conceito de território enquanto “[...] uma noção [...] herdada da Modernidade incompleta e de seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados” (SANTOS, 2012b, p. 137).

O retorno do território na discussão geográfica acrescenta ao conceito uma hibridez, ao passo que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social” (SANTOS, 2012b, p. 137). Ainda sobre essa conferência, Moraes (2013, p. 111) argumenta que “a ideia de retorno utilizada remete tanto à continuidade quanto à necessidade de redefinição que envolveria o conceito na época”.

8 Posteriormente publicado no livro *Território: globalização e fragmentação* (1994), e também, no livro *Da totalidade ao lugar* (2005).

Na semântica do termo “território usado” há o verbo “usar”, que subentende algum objeto e alguma ação, estabelecendo uma ordem de acontecimentos, pois, quem usa, usa alguma coisa, de algum modo, com alguma finalidade.

Nessa relação há, necessariamente, algum ser realizando o “uso” do território, porém, a forma de utilizar um dado objeto vai depender do que é esse objeto, por exemplo, utilizar uma granada no lugar da bola em um jogo de futebol, é algo impossível de acontecer sem consequências desastrosas. Entender a noção de uso nessa perspectiva conduz a uma armadilha determinista, como se o objeto determinasse um tipo específico de uso, entretanto, o objeto é uma possibilidade de uso, na qual a ação realizada indissociavelmente com objetos é um possível materializado no mundo.

O problema não é apenas a questão do uso, mas também do objeto usado, pois uma granada ou uma bola são mais palpáveis de sentido de uso do que o território, que é algo mais abstrato, a começar por sua definição, o que é um território?

Da mesma maneira que “[...] há tantas geografias quanto geógrafos” (SANTOS, 2012a, p. 18), há tantas definições de território quanto geógrafos. Nessa discussão há um questionamento ontológico que permeia tal questão: território como sinônimo de espaço. Segundo Spósito (2004, p. 111), “O conceito de território é constantemente confundido com o de espaço por aqueles que ainda não debruçaram em leituras mais profundas”. É esse também o pensamento de Santos e Silveira (2008, p. 19), quando afirmam que “A linguagem cotidiana frequentemente confunde território e espaço”.

Na terceira parte de *Por uma Geografia do poder*, Raffestin (1993, p. 143), aborda-se a diferenciação conceitual entre território e espaço, evidenciando que em virtude da interpretação desses dois conceitos enquanto sinônimos “[...] os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo, que justamente por isso, se privam de distinções úteis e necessárias”. Para o autor em questão, o espaço é anterior ao território, seu argumento é construído a partir da obra de Lefebvre, sobretudo na *La Production de l'Espace* de 1974, argumentando que:

Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado transformado pelas redes,

circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferros, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Haesbaert (2009, p. 104), comentando esse elemento da obra de Raffestin, chama atenção para uma armadilha conceitual, pois:

Ao afirmar que “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço; é uma produção, a partir do espaço” (1993, p. 144), Raffestin acaba se confundindo na própria alusão que faz a Lefebvre, como se este também partilhasse dessa “passagem” do espaço ao território. Ao contrário, para Lefebvre (1986) o espaço também – e sobretudo – é produzido socialmente, não se tratando em hipótese alguma de um “a priori” (uma espécie de “primeira natureza”) sobre o qual reproduzimos nosso trabalho e exercemos poder.

A obra de Lefebvre em destaque é a *La Production de l'Espace*, que, por sinal, Haesbaert fez uma colocação coerente no que diz respeito, pois o espaço não é a matéria-prima na qual se produz o território, conforme afirmou Raffestin, de acordo com Lefebvre, (2007, p. 84):

“[...] os espaços são *produzidos*. A partir de uma ‘matéria-prima’ em que eles são produzidos é a natureza. São produtos de uma atividade que envolve a economia e a técnica, mas vai bem além: produtos políticos, espaços estratégicos”,

A produção do espaço possui um caráter abstrato, pois o “Espaço nunca é produzido da mesma forma que um quilograma de açúcar ou um metro de pano é produzido” (LEFEBVRE, 2007, p. 85).

Essa característica da produção do espaço, um espaço adjetivado, do espaço social, refere-se à forma de existência desse espaço. Em Milton Santos, na obra *A Natureza do Espaço*, esse pensamento aparece com o conceito de espaço geográfico, um indissociável de objetos e ações no qual a única possibilidade de existir o espaço geográfico é se houver o elemento humano, sem esse é impossível imaginar o que há, pois não haveria ninguém para ter consciência sobre o espaço.

Nessa discussão é importante ressaltar a seguinte fala de Haesbaert (2009, p. 105), segundo a qual:

Na verdade, não se trata, evidentemente, de distinguir de maneira clara ou mesmo rígida espaço de território. Embora não equivalentes, como se referiu Raffestin, espaço e território nunca poderão ser separados, já que sem espaço não há território – o espaço não como um outro tipo de “recorte” ou “objeto empírico” (tal como na noção de “matéria-prima preexistente” ainda não apropriada) mas, num âmbito mais epistemológico, como um outro nível de reflexão ou um “outro olhar”, mais amplo e abstrato, e cuja “problemática” específica se confunde com uma das dimensões, fundamentais, da sociedade, a dimensão espacial.

Se o ponto fundamental da diferenciação entre espaço e território é a perspectiva, ou o olhar que dá para o fenômeno, pois espaço e território são elementos do mesmo fenômeno, então nunca poderão ser separados, apenas em nível ontológico. É importante destacar que o território é um conceito que passou por transformação ao longo do tempo.

A principal característica do território na ciência geográfica advém do seu legado histórico que, em seu sentido mais clássico, “Ele [o território] compreende recursos minerais, que podem ser classificados por sua quantidade ou sua qualidade, é suporte da infraestrutura de um país, é por sua superfície que os indivíduos de uma nação se deslocam” (SPÓSITO, 2004, p. 112).

Além dessas características materiais, o território sempre está relacionado ao Estado-nação, essa noção na geografia se deve a grande influência do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, que, segundo Castro (2010) com a publicação do *Politiche Geographie* em 1887, começou a se pensar no território enquanto:

[...] vínculo estreito entre o Estado e o *solo* – que pode ser compreendido como território construído por uma sociedade através da sua história; o enraizamento da sociedade e do Estado ao *solo*, que se torna continente de signos e símbolos socialmente construídos e valorizados como patrimônio comum de um povo (CASTRO, 2010, p. 68).

Um ponto importante dessa obra é a construção de um pensamento do homem pertencendo a Terra, pois, até então, “A maior parte dos sistemas das teorias sociológicas consideram o homem como separado da Terra” (RATZEL, 1990, p. 73). Porém, “Assim como mar, a humanidade tem sua raiz na Terra; após as mais violentas tempestades, tanto um quanto a outra tendem a restabelecer o mais in-

timamente possível aquela ligação, profundamente arraigada na sua natureza” (*ibidem*, p. 33).

Nessa obra, Ratzel reconhece a inseparabilidade entre o homem e a Terra. Além desse ponto, outra estruturação teórica importante é no que diz respeito do homem, ao território e ao Estado, uma vez que: “Quando se examina o homem, seja individualmente, seja associado na família, na tribo, no Estado, é sempre necessário considerar, junto com o indivíduo ou com o grupo em questão, também uma porção de território” (RATZEL, 1990, p. 74).

O território passa ser um elemento fundamental na constituição da sociedade, pois é considerado indispensável para a existência da vida humana: moradia e alimentação, e o território existe e é modificado em função disso, já que, “Em meio a muitas variações que se sobrepõe, as relações entre sociedade e território continua sempre determinadas pelas suas necessidades de habitação e de alimentação” (RATZEL, 1990, p. 74). Para esse autor, a constituição do Estado está na relação sociedade e território estruturado pelas questões de alimentação e de moradia, influenciado pela questão do tempo, pois:

Se o território é desfrutado apenas temporariamente, a propriedade que se mantém aí é também temporária. Quanto mais sólido se torna o vínculo através do qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade ao solo, tanto mais se impõem à sociedade a necessidade de manter a propriedade do seu território. Diante deste último, a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da *proteção* (*idem*, p. 75-76).

O Estado, em última análise, possui essa função porque:

A sociedade que consideramos seja grande ou pequena, desejará sempre manter, sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado (RATZEL, 1990, p. 76).

Nesse sentido, o Estado existe em função do território e para que haja o território, já que essa é uma vontade da sociedade, pois é com e pelo território que obtém-se o meio de vida, e reside nesse ponto o caráter pioneiro de sua obra, pois “Ratzel se opõe ao enfoque científico que conduz a considerar separadamente os diferentes aspectos da vida no planeta” (CAPEL, 1981, p. 282. (tradução nossa.). Dessa forma:

A base da visão geográfica de Ratzel encontra-se em sua concepção orgânica da Terra, que o conduz a uma aproximação integradora dos fenômenos vitais (“concepção orgânica” ou “biogeografia”) e que faz de Ratzel ser não o primeiro geógrafo humano, mas também o primeiro geógrafo que identifica geografia com ecologia humana (*ibidem*, p. 282).

A aproximação do conceito do território ao Estado é seguida tanto pelos geógrafos quanto em outras disciplinas. A confirmação dessa constatação é encontrada em Noberto Bobbio (2007, p. 95), quando reconhece que:

Do ponto de vista de uma definição formal e instrumental, condição necessária e suficiente para que exista um Estado é que sobre um determinado território se tenha formado um poder em condição de tomar decisões e emanar os comandos correspondentes, vinculatórios para todos aqueles que vivem naquele território e efetivamente cumpridos pela grande maioria dos destinatários na maior parte dos casos em que a obediência é requisitada.

Para Santos e Silveira (2008, p. 19), “Num sentido mais restrito, o território é um *nome político* para o espaço de um *país*. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território”. Nesse momento é coerente a afirmação de que o território, em sua concepção clássica, está sempre associado ao Estado e ao substrato material construído historicamente pelo trabalho humano, ou seja, “Um Estado-Nação é essencialmente formado de três elementos: 1. O território; 2. Um povo; 3. A soberania” (SANTOS, 1986, p. 189).

Além da questão território – Estado – Nação, há um elemento articulador entre eles, o poder, desencadeador do processo de materialização do Estado no território. Esse elemento está presente nas falas de Ratzel (1990) e de Bobbio (2007), corroborando as afirmações de Santos e Silveira (2008) e Santos (1986), pois, para o Estado garantir a soberania do território, é necessário que trabalhe em função disso, trabalhe por meio da força. Nesse sentido, há necessidade de o Estado-nação possuir forças armadas.

A geografia ratzeliana, fundou os pilares da geografia política, o território, substrato material inerente e obrigatório do Estado-nação, segundo Castro (2010, p. 55) ela também está relacionada com “[...] o *pecado original* da disciplina, ou seja, a instrumentalização do conhecimento por ela produzido para o exercício do poder sobre os povos [...]”.

No alvorecer do século XX, o território, bem como os temas centrais da geografia política, foram cuidadosamente silenciados, principalmente na academia francesa, sob forte influência da geografia regional lablachiana, tendo como argumento para tal “[...] a notoriedade da obra de Ratzel, seguida pela escola de geopolítica alemã, racista e expansionista, forneceu pretexto para a rejeição, bem antes de Hitler, de todos os problemas geopolíticos, para os universitários franceses” (LACOSTE, 2011, p. 122).

O silêncio da geografia universitária, também conhecida como *new geography*, não se deu apenas em relação aos temas da geografia política, pois “[...] os geógrafos silenciam sobre o espaço. Algumas vezes silenciam também sobre o trabalho inovador de outros geógrafos e de outros espaciólogos” (SANTOS, 1986, p. 91).

A geografia estava desprovida de elementos para explicar seu objeto de estudo, limitando-se a ser uma ciência de síntese. Logo, não é exagero o comentário de Santos (1986, p. 91-92) sobre essa ciência, uma “geografia é viúva do espaço”, já que os geógrafos estavam preocupados em discutir sobre “[...] a geografia – uma palavra cada vez mais vazia de conteúdo – e quase nunca do espaço como sendo objeto, o conteúdo da disciplina”, destemporalizando o espaço e desumanizando-o, a geografia acabou dando as costas ao seu objeto, tornando-se “uma viúva do espaço”.

As décadas de 1960 e 1970 são marcadas por um contexto de intensa crítica aos métodos e metodologias presentes até então na ciência geográfica. Inicia-se o processo de rompimento do pensamento neopositivista que balizou a *new geography*, no qual ocorre a aproximação do método marxista nos trabalhos geográficos, tendo destaque as seguintes obras: na França, *Geografia Ativa*, de Pierre George, Yves Lacoste, Bernard Kayser e Raymond Guglielmo, publicada em 1966, e *A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer guerra*, de Yves Lacoste, publicada originalmente em 1976; na Itália, *Marxismo e Geografia*, publicado em 1974, por Massimo Quaini; e na Inglaterra, *Justiça social e a Cidade*, de David Harvey, publicado em 1973 e *Por uma geografia nova*, publicado em 1978, por Milton Santos.

Essas obras trazem em sua essência uma geografia preocupada com a análise do espaço geográfico, renovando o pensamento geográfico e arrastando consigo uma oxigenação na abordagem territorial, ultrapassando a noção estanque do território enquanto Estado-nação.

A questão central da análise está na dialética envolvendo a questão do poder, não como na perspectiva clássica que enfatizava a necessidade do uso do poder pelo Estado para garantir a posse do território, mas sob a ótica da contradição entre quem possui o poder e quem não possui o poder.

O território analisado a partir da contradição dialética do poder é o tema central da obra *Pour une géographie du pouvoir*, de Claude Raffestin, publicada originalmente em 1980 e traduzida para o português em 1993 pela editora Ática, na qual apresenta o território, enquanto resultado das relações de poder do ator sintagmático em um dado espaço. Nessa lógica o território seria uma construção a partir do espaço.

Porém, a obra de Raffestin (1993) traz em si uma fragilidade, o empobrecimento do conceito de espaço, praticamente limitando-o ao substrato natural, uma natureza intocada esperando a intervenção humana.

No Brasil, Marcelo Lopes de Souza escreve, em 1995, um artigo sobre o território que, após sua publicação, tornou-se bastante popular na academia, principalmente nos cursos superiores de geografia, nos quais o território:

[...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço ou quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e um espaço (SOUZA, 2000, p. 78).

Com essa afirmação, Souza (2000 [1995]) coloca em questão na análise do território, enfatizando que são as relações de poder que realmente importa ao analisar o território, as outras relações podem ficar em segundo plano. Essa interpretação subentendida em seu texto só pode ser esclarecida em outro artigo, escrito em 2009, no qual o autor volta a discutir a questão do território e faz algumas leituras sobre os equívocos de seus leitores, afirmando que: “Não raro, ao longo desses anos, não pude concordar com autores que diziam concordar comigo, tamanha a simplificação, ou mesmo descaracterização de meu raciocínio” (SOUZA, 2009, p. 58).

No decorrer do texto, Souza (2009) procura esclarecer pontos que descaracterizaram o seu raciocínio. Nesse percurso é relevante para a coerência do diálogo destacar dois pontos; o primeiro no que diz respeito ao poder, reiterando

que “O que ‘define’ o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil” (*ibidem*, p. 59), porém, essa dimensão não exclui a outra, pois de fato, não há uma separação entre cultura e economia. Todavia, para se estudar o território é necessário levar, em primeiro, lugar a dimensão do poder.

Tendo em vista a polêmica sobre a primazia do poder, outro ponto esclarecido por Souza (2009) é a questão de a materialidade não ser importante, em relação ao poder. Sobre esse ponto, o autor explica:

[...] que confundir o território com o *substrato espacial material* (as formas espaciais, os objetos geográficos tangíveis – edificações, campos de cultivo, feições “naturais” etc.) equivale a “coisificar” o território, fazendo com que não se perceba que, na qualidade de projeção espacial de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar, *sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência material para as práticas espaciais mudem* (SOUZA, 2009, p. 6, grifos do autor).

O debate/esclarecimento presente entre Souza (2000 [1995]) e Souza (2009) evidencia a polêmica sobre o conceito do território no pensamento geográfico, porém, sua perspectiva não descarta os elementos clássicos do território, o substrato material para a realização do Estado-nação nem as abordagens contemporâneas que buscam os territórios culturais para o indivíduo, apenas centraliza para a sua análise uma dimensão: as relações de poder. Essa característica já estava presente no primeiro artigo, ao afirmar que o território são [...] *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial* (SOUZA, 2000, p. 97 grifos do autor)

Espaço e território não são sinônimos, porém são realidades interligadas, conforme afirma Santos (2004, p. 34):

A palavra território tem uma força maior do que a palavra espaço, sobretudo porque a palavra espaço você usa como quiser, e território tem uma força, tanto que eu recuso o debate da diferença entre uma coisa e outra. É indiferente, desde que você defina.

Uma separação mais nítida entre espaço e território corre o risco de limitar um ou outro, conforme fez Raffestin (1993) que, na distinção, limitou o conceito de espaço.

O território é uma porção do espaço geográfico construído pelas relações de poder de acordo com as contradições das territorialidades dos grupos sociais, a cada momento da história novas relações são tecidas. Desse modo, o território nunca é inerte, estático, está sempre em mudança, tanto em seus objetos quanto em suas ações, a percepção dessas mudanças no território e suas relações com o poder foi uma das grandes contribuições do marxismo à geografia.

Ao analisar o espaço geográfico levando em consideração o território, é preciso ressaltar “[...] que território não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como temas das ciências sociais, isto é, como questão histórica” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 247). Sendo assim, para proceder à análise, é preciso considerar dois elementos centrais: configuração territorial e território usado, esse último é, de fato, “A categoria de análise [...]” (*ibidem*, p. 247).

Se a categoria de análise é o território usado, qual a importância da configuração territorial? Afinal, bastava operacionalizar a categoria analítica para realizar a análise do espaço geográfico, porém, seguir por esse caminho é ceifar o movimento dialético da análise, pois é preciso que haja um território para ser usado, e ao usá-lo, eu uso de um jeito e não de outro, e a forma de usar não é uma contingência, muito menos uma ação determinada, mas sim um processo que vai estruturando as funções de cada forma, pois:

Na realidade, todo esse processo de problematização do conceito de território, provocado por Milton Santos, teve como objetivo desvinculá-lo da simples compartimentação, ou mesmo extensão, do comportamento passivo e inerte, para considerá-lo também como uma totalidade, tal qual o espaço geográfico, ou seja, como território usado, expressão de como as possibilidades sociais são efetivamente realizadas (COLLISCHONN, 2007, p. 121).

A análise segundo o “território usado” permite enxergar a possibilidade da ação humana nos objetos já transcendida em ato, materializada, enraizada no solo, um instante do movimento da totalidade, uma forma de cindi-la para realizar sua apreensão, pois, “[...] a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer” (SANTOS, 2012a, p. 117).

A configuração territorial não é um dado material uniforme, com formas de um mesmo tempo, um mesmo período ou realidade técnica, o que temos é uma configuração territorial enquanto uma materialidade cumulativa desigual de tem-

pos. Nesse sentido, o território usado, obrigatoriamente, tem de ser a categoria analítica para operacionalizar o estudo do espaço geográfico, pois “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2012b, p. 138).

Investigar o território usado é uma das peças-chave para entender o presente, uma vez que, “o processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território” (RAFFESTIN, 2009, p. 31), e nessa discussão não há possibilidade de discutir território sem o seu uso, pois, “[...] o território é um sistema material para usar porque foi construído com o valor de uso” (*idem*, p. 33).

Com as categorias da *configuração territorial* e do *território usado*, Milton Santos nos forneceu ferramentas para analisar o espaço geográfico dentro da dimensão processo, estrutura, forma e função, pois acrescentou à análise do território elementos da renovação geográfica, a contradição dialética materialista, sem negar a importância da base material do território, da geografia clássica, porém sem cair na armadilha de um espaço ceifado de movimento, atemporal, acrítico, da *new geography*.

A partir dessa categoria é possível entender a complexidade do espaço, enquanto um conjunto indissociável de objetos e ações, e movimento oriundo dos processos que estão estruturando o espaço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada situação a realidade geográfica se adequa a realidade existencial da sociedade, pois ambas fazem parte do mesmo processo, no mesmo movimento de totalização, ou seja, “é a totalidade da existência o que interessa a essa geografia.” (SILVEIRA, 2006, p.90) nesse caminho a análise geográfica percebe “[...]a existência em situação no seu respectivo período histórico” (*ibidem*, p. 90).

A situação em um dado momento do tempo e do espaço revela naquele momento as formas de ser-no-espaço e de ser-do-espaço, certa estrutura, dotada de formas e funções oriundas de processos relacionados com os projetos existenciais de cada indivíduo que compõem a sociedade.

Dessa forma, os processos são oriundos da condenação à liberdade no espaço geográfico, porém, ao destacar a liberdade, em sentido filosófico, do ser no

espaço geográfico não deve se confundir com o conceito de liberdade proposto por Sen (2000), para quem “o aumento da liberdade individual contribui para o desenvolvimento”, pois a liberdade de cada indivíduo não aumenta ou diminui nenhuma desigualdade social.

A liberdade do ser em dada situação implica que “[...] a adversidade de meu meio ambiente impõe-me a obrigação absoluta de suportar a carga total de responsabilidade também pela situação, a qual devo, pois ser, em vez apenas ser nela”. (MÉSZÁROS, 2012, p.189), ou seja, a questão não é aumentar ou diminuir a liberdade para modificar dada situação histórica, mas sim, assumir a responsabilidade por ela e a partir da desta liberdade modificá-la.

Assumir a responsabilidade resulta na tomada de consciência dos processos materializantes das estruturas socioeconômicas que funcionalizam as formas no espaço geográfico, isso é um trabalho árduo, e é nesse ponto que os estudos geográficos podem contribuir, destacando a importância do pensamento sartreano na fundamentação de uma filosofia da liberdade, conforme afirma Mészáros (2012, p.13) sua obra [de Sartre] é de maior relevância precisamente porque ele pôde realçar, mesmo em seus momentos mais obscuros e pessimistas, que ‘um futuro vedado ainda é um futuro’, salientando ao mesmo tempo a responsabilidade direta de cada indivíduo em encarar o desafio histórico correspondente.

Encontrar no espaço geográfico o objeto de estudo da geografia resulta na tomada de consciência do pesquisador frente atual situação, uma vez que “vivemos numa época de crise histórica sem precedentes que afeta todas as formas do sistema capital, e não apenas o capitalismo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 21), que as contradições do modo de produção capitalista além de não serem superadas foram reforçadas no final do século XX, levando o mundo em uma espiral de crises econômicas no alvorecer do novo século.

Além disso, nesse caleidoscópio de possibilidades existenciais da sociedade que arrasta simultaneamente consigo a realidade espacial, destaca-se cada momento histórico o espaço possui uma realidade material, existencial e uma configuração territorial singular, são instantes da totalidade que se fazem e se desfazem neste constante movimento incompleto da totalização, e, é nessa conjuntura que emerge a categoria analítica do território usado, pois analisar fenômenos socioespaciais a partir desta formulação é realizar uma cisão desta totalidade, sem comprometer sua interdependência com o todo.

O espaço geográfico é em movimento, ou seja, a totalidade de suas formas e funções estão constantemente em transformação, a cada nova forma de se usar o território cria-se formas ou refuncionaliza as antigas, isto é, para cada território usado há uma configuração territorial específica.

## REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade:** para uma teoria geral da política. 14 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- CAPEL, Horacio. **Filosofia y ciência en la Geografía contemporânea:** Una introducción a la Geografía. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política:** Território, escalas de ação e instituições. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- COLLISCHONN, Erika. Angústia, território, informação: aproximação à obra de Milton Santos. In: SCHEIBE, Luiz Fernando; DORFMAN, Adriana. **Ensaio a partir de “A Natureza do Espaço”.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007, p. 115-130.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana:** ensaios de geopolítica da cidade. 3 ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2010a.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010b.
- HAESBART, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia.** 4ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- LA BLACHE, Vidal de. Aula inaugural do Curso de Geografia. In: HAESBART, Rogério; PEREIRA, Sérgio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (orgs.). **Vidal, Vidais.** Textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2012.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia:** isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 19ed. Campinas: Papirus, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space.** Blackwell: Londres, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, István. **A Obra de Sartre:** busca da liberdade e desafio da história. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARTINS, Élvio Rodrigues. Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser. **GEOUSP:** Espaço e Tempo, São Paulo, n.21, pp. 33-51, 2007.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território na geografia de Milton Santos.** Annablume: São Paulo, 2013

- MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 3 ed. Hucitec: São Paulo, 1993.
- MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PERDIGÃO, Paulo. **Existência e Liberdade: uma introdução à filosofia de Sartre**. Porto Alegre: L&PM, 1995.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Ática: São Paulo, 1993.
- RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107.
- SANTOS, Milton. A totalidade do Diabo. In: SANTOS, Milton. **Economia Espacial** - São Paulo: Hucitec, 1977, p.31- 43.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, Milton. **Testamento Intelectual**. São Paulo: Unesp, 2004.
- SANTOS, Milton. La totalité du diable. In: LÉVY, Jacques (org.). **Milton Santos: philosophe du mondial, citoyen du local**. Itália: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 2007, p. 91-102.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4ed. São Paulo: Edusp, 2012a.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2012b.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6ed. São Paulo: Edusp, 2012d.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2008.
- SARTRE, Jean-Paul. Jean-Paul SARTRE. In: SARTRE, Jean-Paul; GARAUDY, Roger; HYPPOLITE, Jean; VIGIER, Jean-Pierre; ORCEL, Jean. **Marxismo e existencialismo**. Controvérsia sobre a dialética. 3.ed. Tempo brasileiro: Rio de Janeiro, 2003.
- SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Petrópolis: Vozes de bolso, 2012.
- SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: Ensaio de ontologia fenomenológica**. 22 ed. Vozes: Petrópolis, 2013.
- SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. In: GEO UERJ. Rio de Janeiro, ano 10, v.2, n.18, segundo semestre de 2008. p. 24-42.
- SILVEIRA, Maria Laura. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à pers-

pectiva existencial. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 10, n. 2, p. 81-91, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceito e temas**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**. Contribuição para o ensino geográfico. São Paulo: Unesp, 2004.

# ESPAÇO CIDADE E TURISMO



a produção geográfica do Laboratório  
de Geografia Humana da Universidade  
do Estado do Rio Grande do Norte

## O ESPAÇO

# 02

**ESPAÇO GEOGRÁFICO E TOTALIDADE:  
UMA PERSPECTIVA EXISTENCIALISTA**

Pedro Antônio Marques Firmino  
José Alexandre Berto de Almada

## ESPAÇO GEOGRÁFICO E TOTALIDADE: UMA PERSPECTIVA EXISTENCIALISTA

Pedro Antônio Marques Firmino  
José Alexandre Berto de Almada

### 2.1 INTRODUÇÃO

As relações entre o indivíduo e o espaço abordadas geograficamente, discutem as diferentes práticas e transformações que se materializam no espaço, pelo cotidiano e pelo lugar. Para Santos (2006), os indivíduos são sujeitos que, através da totalidade, desenvolvem seus projetos existenciais em conjunto com a sociedade a qual pertence, sendo o espaço geográfico o corpo base de sustentação para a formação desse projeto.

Assim, o espaço geográfico é a expressão material e imaterial das ações que os sujeitos realizam de modo a suprir suas necessidades primordiais. Nesse sentido, a filosofia existencialista apresenta-se à geografia enquanto conhecimento sobre como ocorrem as relações entre os sujeitos, e estes, com o espaço geográfico ao qual fazem parte.

Santos (2006), em sua construção teórica sobre o espaço geográfico, na obra *A natureza do Espaço*, utilizou um grande número de pensadores na construção de suas conceitualizações acerca da realidade do espaço construído, entre esses, este capítulo destaca a contribuição de Jean-Paul Sartre na formulação da geografia miltoniana.

Em um primeiro momento, o capítulo apresenta as relações estritas entre os conceitos de Totalidade e Totalização com a realidade geográfica e do projeto existencial do ser humano, partindo da premissa do apreender a ação como um ato intencional e carregado de liberdade, com isso, busca-se na filosofia sartreana a diferenciação da ação pensada de outros atos inconscientes e não planejados, sejam eles do próprio ser humano como também dos demais elementos da natureza, os animais, por exemplo.

Posteriormente, para o conceito de liberdade sartreano, a ação humana pode se tornar limitada, ou ainda, se essa liberdade poderá sucumbir diante dos limites e obstáculos enfrentados em sua realidade. A análise do conceito liber-

dade é realizada a partir do diálogo entre as obras *Existência e liberdade: uma introdução à filosofia de Sartre*, de Paulo Perdigão, e a tese *Absurdidade, liberdade e formação humana em Sartre*, de Silvana Santiago, levando em consideração as noções e significâncias de “estar em situação” e as “facticidades”, como elementos chaves para a discussão teórica.

A seções seguintes abrangem à relação de sujeito e matéria. A discussão inicial se fundamenta a partir da necessidade do ser humano em se complementar, isto é, o ser *Para-si*, é traduzido como um projeto de totalidade em movimento de totalização e assim um resultado inacabado, todo esse processo e essa busca por se complementar ocorrerá no meio externo, sendo o próprio espaço geográfico a base dessas interações entre o ser humano e os objetos – seres *Em-si*, assim, nas palavras de Perdigão, o ser humano “necessita do *Em-si*, do qual se originou, para preencher o seu vazio” (PERDIGÃO, 1995, p. 184).

Seguindo esse raciocínio, aprofunda-se o estudo na noção de escassez da matéria e é realizada uma análise sobre a sua relevância para o entendimento das relações de reciprocidade negativa e positiva entre os sujeitos sociais, creditando à mesma como uma facticidade primária e sempre presente nas temporalidades e espacialidades humanas, ainda que sob formas e expressões diferentes.

Na perspectiva de que, tratando-se de seres humanos, “a existência precede a essência” (SARTRE, 2014, p. 18), e que os objetos são entendidos como, essencialmente, construídos para somente depois existirem materialmente, o segundo capítulo também discute o mundo do prático-inerte, ou seja, a compreensão de que o espaço geográfico se constitui tanto de ações ativas, presentes e vivas quanto daquelas do passado, mortas, petrificadas e cristalizadas, tornando-se vestígios através de formas-conteúdo, técnicas, hábitos, atividades econômicas etc., o que Santos chamará de *rugosidades* (SANTOS, 2012).

A noção do prático-inerte é discutida por Sartre em *Crítica da razão dialética* e traduzida por Santos como inércia-dinâmica em *Por uma geografia nova* e *A natureza do espaço*, dessa forma, elenca-se, mais uma vez, obras principais desses autores, como também de Marx: *O capital*, *Manifesto do partido comunista* (MARX; ENGELS) e *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*.

## 2.2 AS CORRELAÇÕES ENTRE O CONCEITO DE TOTALIDADE COM A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO EXISTENCIAL

O conceito de ação nas perspectivas do existencialismo sartreano e da própria geografia, remete-se, paralelamente, ao conceito de trabalho visto nos estudos de Marx como em *O Capital*, nesse sentido, a ação assim como a *práxis*, constitui em um ato pensado, onde se conhece, de certa forma, os resultados e as consequências que essa ação irá acarretar soma-se isso a ideia de liberdade proposta por Sartre e Perdigão.

A ação em conjunto com a noção de liberdade são categorias essenciais na investigação acerca da realidade humana no espaço geográfico e se essa mesma realidade ou plano existencial se encontram limitados ou não, por empecilhos prévios à sua existência, além do apreender em como e por que as facticidades se apresentam e implicam no projeto de existência do ser humano.

A discussão sobre os significados e as contribuições no conhecimento que abrange os conceitos de totalidade e totalização, trabalhados por Milton Santos em *A Natureza do Espaço*, evidenciam uma das principais influências da filosofia sartreana na obra do geógrafo, bem como a importância e possibilidades dos estudos sartreanos em traduzirem tanto os fenômenos quantitativos quanto os qualitativos que se manifestam no espaço geográfico.

Dessa forma, elenca-se trabalhos dos dois autores, para aprofundar o conhecimento e a abordagem do espaço geográfico como um projeto constante, evidenciado por suas relações híbridas e indissociáveis entre os objetos geográficos e as ações humanas. Para tal, o espaço será entendido como uma própria totalidade-totalizante e os projetos que o compõem serão vistos como igualmente totalidades em movimento; artigos como os de Almada (2013) e Dantas (2014), tornam-se essenciais nesse contexto de abordagem do objeto geográfico.

Assim, a totalidade pode, em certo ponto, limitar a liberdade de ação dos seres em sociedade, isto é, em conjunto, promovendo possíveis antagonismos em suas relações e reações negativas do espaço geográfico contra os seus respectivos projetos de existência, embasando o modo de produção capitalista como fator condicionante dessas possíveis limitações que ocorrem na apropriação espacial e econômica por uns e na relação disfuncional entre os agentes hegemônicos e os agentes hegemonzados.

## 2.3 A AÇÃO E A LIBERDADE CONSCIENTE

Por ação, Santos (2006) entende como a execução de um ato projetado, dotado de propósitos e intenções, isto é, planejado e orientado. Sartre em *O ser e o nada* (2015), define a ação como o modificar a figura do mundo, agir através de meios com vistas a um fim<sup>9</sup>, ambos os pensadores, em um primeiro momento, creditam à ação uma característica de ordenamento, no sentido de organização e encadeamento de conexões, que quando em conjunto indissociável são capazes de provir em um ato “previsto”, dessa forma, nesses conjuntos têm-se “atos regularizados, rotinas ou quase rotinas que participam da produção de uma ordem” (SANTOS, 2006, p. 79).

Destarte, toda intenção pode se tornar uma ação, porém, nem toda ação possui – até certo ponto – intencionalidade, sobre essa ideia Sartre escreveu que:

O fumante desastrado que, por negligência, fez explodir uma fábrica de pólvora não agiu. Ao contrário, o operário que, encarregado de dinamitar uma pedreira, obedeceu às ordens dadas, agiu quando provocou a explosão prevista: sabia, com efeito, o que fazia, ou, se preferirmos, realizava intencionalmente um projeto consciente. (2015, p. 536)

Nessa exemplificação, Sartre (2015) defende que nem todos os resultados possíveis de uma ação serão previstos, o *para-si*<sup>10</sup>, uma vez que possui uma consciência capaz de lançar-se e projetar suas ações em um futuro e prever, em uma perspectiva de potencialidade desejada, o resultado de suas escolhas e atos, porém, essa consciência não é a mesma dos outros, existe o fator fenomenológico singular capaz de desviar e ramificar os resultados dessas ações. De maneira mais simples, o ser humano encontra-se entregue ao “domínio das possibilidades”, como afirma Sartre (2014, p.29):

---

9 “Agir, portanto, é prever os resultados. É realizar intencionalmente um acontecimento a fim de atingir um propósito, uma finalidade. É ter alvo atingido” (SANTIAGO, 2016, p. 108).

10 “O para-si é o ser que se determina a existir na medida em que não pode coincidir consigo mesmo.” (SARTRE, 2015, p. 127) Sartre, continua: “O Para-si é. Pode-se dizer: é, mesmo que apenas a título de ser que não é o que é e é o que não é, ou seja, diferente do em-si, o para-si não é acabado, define-se como uma totalidade em movimento de totalização, portanto é, “enquanto lançado em um mundo, abandonado em uma “situação”; é, na medida em que é pura contingência” (SARTRE, 2015, p.128).

Quando se quer alguma coisa, existem sempre elementos prováveis. Se eu estou contando com a vinda de um amigo, esse amigo virá de trem ou de bonde; isso supõe que o trem chegará na hora prevista, ou que o bonde não descarrilará. Ou seja, eu estou entregue ao domínio das possibilidades; mas não se trata de contar com as possibilidades senão na estrita medida em que nossa ação comporta o conjunto desses possíveis.

O processo de ação não resulta na mudança e transformação apenas do mundo, o agente que age, e nesse caso o *para-si*, ao agir sobre alguma coisa e mudá-la, irá mudar a si mesmo, em suma, “o ser – humano – age modificando a si e ao mundo” (SANTIAGO, 2016, p. 107), esse pensamento, inclusive, assemelha-se a ideia de trabalho proposta por Marx e Engels, segundo Santos (2006, p. 78), no qual “quando, através do trabalho, o homem exerce a ação sobre a natureza, isto é, sobre o meio, ele muda a si mesmo, sua natureza íntima, ao mesmo tempo em que muda a natureza externa”.

O ser humano, segundo Sartre (2014), é o ser que primeiro existe, ao ser lançado no mundo e está sempre por se fazer nesse mundo, construindo sua essência. É a totalidade em movimento de totalização que age no espaço, no mundo, modificando-o ao mesmo tempo em que também se edifica. Essa ação do ser humano está carregada de liberdade, ou melhor dizendo, o ser humano, lançado em liberdade é livre para agir. É livre pois, no existencialismo sartreano, não existe nada por trás das decisões e escolhas do ser-para-si, além de si mesmo, não há um Deus onisciente do projeto desse ser, pois, se o mesmo existisse a liberdade não existiria, não haveria contingência<sup>11</sup> do mundo e da essência do ser.

Por conta disso, a noção de liberdade no existencialismo sartreano, difere-se de sua noção no senso comum. Neste último a liberdade é uma conquista momentânea da realidade humana, é sua condição positiva referente a uma situação, por exemplo, o prisioneiro que se encontra trancafiado em uma cela não é livre até que obtenha a sua liberdade – seu fim escolhido –, pagando sua penitência ou até mesmo fugindo, isto é, a liberdade no senso comum é “querer-poder”. De outro modo, a doutrina sartreana diz: “o prisioneiro, ainda que encarcerado em sua cela, é sempre livre para tentar escapar (ou fazer-se libertar)” (SARTRE, 2015, p. 595), livre porque essa corrente encara a liberdade como uma escolha do ser, que não,

---

11 No sentido de eventualidade, que poderia ter acontecido ou ter sido feito da mesma forma, de forma diferente ou até mesmo nunca ter feito/ocorrido/acontecido.

necessariamente, irá obter os seus fins escolhidos; livre para orquestrar e tentar de todas as formas sair de sua condição ou livre para optar por permanecer cativo. A liberdade nesse existencialismo é a de querer-querer, arriscar-se a agir, ainda que isso não signifique um resultado almejado e positivo.

Essa mesma liberdade contesta a existência de um livre-arbítrio, pois se existisse um Deus onisciente do futuro de cada projeto de existência, conhecedor de todos os resultados futuros das ações presentes do ser humano, esse ser não seria, de fato, livre pois, não seria o único responsável por suas ações e pela construção de seu projeto. Por isso, Sartre (2014) declara que o *para-si* está condenado a liberdade, pois, este é o único responsável por todas as suas ações e encontra-se desamparado no espaço, no mundo; não escolhendo sua linguagem, sua condição social, seu lugar, sendo lançado em existência, na liberdade.

Sendo assim:

A realidade-humana é livre porque não é o bastante, porque está perpetuamente desprendida de si mesmo, e porque aquilo que foi está separado por um nada daquilo que é e daquilo que será. E, por fim, porque seu próprio ser presente é nadificação na forma do “reflexo-refletidor”. O homem é livre porque não é si mesmo, mas presença a si. O ser que é o que é não poderia ser livre. A liberdade é precisamente o nada que é tendo sido no âmago do homem e obriga a realidade-humana, ser é escolher-se: nada lhe vem de fora, ou tampouco de dentro, que ele possa receber ou aceitar. Está inteiramente abandonada, sem qualquer ajuda de nenhuma espécie, à insustentável necessidade de fazer-se até o mínimo detalhe. (SARTRE, 2015, p. 545)

Desse modo, o ser humano é entendido como esse nada<sup>12</sup>, caracterizado por essa falta de ser, isto é, não é plenitude de ser, não é completo e acabado; está sempre por se fazer ao invés de “já-ser”, e faz-se ao mesmo tempo em que faz o mundo, interagindo em seu cotidiano com os outros seres, com a sociedade, engajado em suas ações que tendem a revelá-lo e essas ações carregam consigo toda a liberdade do sujeito, que é e se faz sempre nessa liberdade, isto é, “não poderia ser ora livre, ora escravo: é inteiramente e sempre livre, ou não é ser humano; não somos livres para deixar de ser livres” (SARTRE, 2015, p. 544-545).

12 “A realidade-humana é seu próprio nada. Ser, para o Para-si, é nadificar o Em-si que ele é. Nessas condições, a liberdade não pode ser senão esta nadificação. É através dela que o Para-si escapa de seu ser, como de sua essência; é através dela que constitui sempre algo diverso daquilo que se pode dizer dele, pois ao menos é aquele que escapa a esta denominação mesmo, aquele que já está além do nome que se lhe dá ou da propriedade que se lhe reconhece”. (SARTRE, 2015, p. 543).

Para explicar o conceito de liberdade, Sartre (2014) utilizou diversos exemplos e situações vivenciadas por ele ao longo dos anos. Em um desses relatos ele conta a situação de um aluno que o procurou pedindo conselhos para tomar uma decisão considerada correta. Em *O existencialismo é um humanismo* ele relata as seguintes circunstâncias:

Seu pai havia brigado com a mãe e, além disso, pretendia tornar-se um “colaborador”, seu irmão mais velho tinha sido morto durante a ofensiva alemã de 1940, e esse rapaz, de sentimentos um pouco primitivos, mas generoso, queria vingá-lo. Sua mãe vivia sozinha com ele, muito chocada com a meia-traição de seu pai e com a morte de seu filho mais velho, e ele era sua única consolação. (SARTRE, 2014, p. 25)

O jovem aluno tinha diante de si as duas possibilidades, a de ir para a guerra e vingar a morte de seu irmão mais velho ou ficar onde estava, ao lado de sua mãe que creditava a ele o único motivo para a continuação de sua vida.

Esse aluno, relata Sartre, tinha total consciência de que ao decidir ficar ao lado de sua mãe resultaria em respostas concretas as quais as consequências estariam mais a alcance do jovem, ao passo que ao preferir ir para a guerra vingar a morte de seu irmão as chances de tal realização seriam mais vagas e indefinidas, ora, poderia muito bem servir na guerra somente por meio de funções burocráticas em escritórios e não chegar as vias de fato contra soldados alemães ou até mesmo morrer em meio a um combate. “Têm-se à frente duas ações possíveis de um indivíduo que é incapaz de não decidir” (SANTIAGO, 2016, p. 115).

Procurando Sartre o jovem já tinha plena consciência de qual seria a resposta dada pelo pensador e professor: “você é livre, escolha, ou seja, invente.” (SARTRE, 2014, p. 28). Somente o jovem poderia decidir qual a sua próxima ação, nenhuma moral e nenhuma outra consciência poderia decidir por ele, somente ele era responsável unicamente por seus atos, se ele procurasse um padre, por exemplo, para pedir seus conselhos, ele quem escolheria o padre conselheiro e no fundo já possuía noções de quais conselhos esse lhe daria, assim, “escolher o conselheiro também implica em um engajamento pessoal” (SARTRE, 2014, p. 27). Em outras palavras, o ser *para-si* é o único ser responsável por todas as ações que realiza, e está desamparado no mundo pois não existem sinais que influenciem suas ações e escolhas, e ainda que estes sinais existissem, cada ser iria interpretá-los à sua maneira, escolhendo os significados que tais sinais possuem.

Essa responsabilidade única é o que caracteriza o “humanismo” do existencialismo, por não existir nada além do ser humano por trás de suas ações, e são essas ações que descobrem o mundo e fundamentam o espaço geográfico pois, “no entender de Sartre, o mundo existente para nós é obra de nossa consciência” (SANTIAGO, 2016, p. 116), é nosso projeto de existência, onde, por mais que existam objetos, estes só terão um sentido caso o ser humano os ilumine, dê sentido e mantenha relações com eles. O mundo não é *em-si*<sup>13</sup>, não é somente objeto, “o mundo é humano” (SARTRE, 2015, p. 285). Ainda assim, nesse mundo o ser humano encontra obstáculos, situações e oposições às quais este ser está subordinado, aquilo que é indeterminado por e a partir de nós, o que já é fato ao surgirmos no mundo, o que Sartre (2015) denomina “a facticidade da liberdade”.

Para o senso comum, o argumento essencial que refuta a noção de liberdade na doutrina existencialista seria a impotência do ser humano em poder modificar e escolher as circunstâncias e situações que lhe são herdadas. Para os adeptos à essa ideia a liberdade sucumbiria ou, então, encontraria limites insuperáveis naquilo que foi “dado” ao ser: seus parentes, a sua língua, sua posição e classe socioeconômica, sua nacionalidade, a fisiologia de seu corpo etc., em resumo: “Nasço operário, francês, sífilítico hereditário ou tuberculoso. A história de uma vida, qualquer que seja, é a história de um fracasso” (SARTRE, 2015, p. 593).

Sartre (2015) argumenta que o entendimento de liberdade no senso comum, possui estritas relações com os princípios deterministas<sup>14</sup>, o sujeito seria então “feito”, seguindo rigores estabelecidos pela natureza prévia a ele, indo em contra partida a toda noção de totalidade em processo de totalização defendida por Sartre e Santos. Porém, todos estes obstáculos que o ser humano há de encontrar no decorrer de seu projeto, aos quais Sartre denomina “coeficiente de adversidades”, não são suficientemente consistentes para irem contra a liberdade desse ser, pois é por esse *ser-para-si* que o coeficiente de adversidade irá surgir. Assim,

---

13 “Mas o que é esse Em-si? O Em-si é completamente diferente do ser da consciência. Enquanto o ser da consciência remete a si mesmo, o Em-si é opaco, ele é pleno de si. Ele é o que é. É “maciço”, é síntese de si consigo mesmo, ou seja, ele é solitário. Esse é totalmente isolado do que não é e não mantém contato algum com o que não é. Esse ser, na concepção sartriana: “Não implica nenhuma negação, ele é plena positividade. O Em-si desconhece, pois, a alteridade, não se coloca jamais como outro, a não ser a si mesmo [...] é indefinitivamente si mesmo e se esgota em sê-lo”. (SANTIAGO, 2016, *apud* LOPES, 2020, p. 28).

14 “O coeficiente de adversidade das coisas é de tal ordem que anos de paciência são necessários para obter o mais ínfimo resultado. E ainda é preciso “obedecer à natureza para comandá-la”, ou seja, inserir minha ação nas malhas do determinismo” (SARTRE, 2015, p. 593). Tal noção assemelha-se aos princípios defendidos por Friedrich Ratzel, de que o ser humano seria um resultado/ produto do meio, isto é, da natureza.

exemplificando:

Esta rocha só manifesta resistência se eu quero deslocá-la; se quero escalá-la para contemplar a paisagem, ela será de uma ajuda preciosa. E sempre manifestará um sentido, de modo que a rocha nela mesma, entendida como neutra, não existe. (MOUTINHO, 1995, p. 72)

Entende-se essa neutralidade do rochedo como em relação aos sistemas de objetos, isto é, a rocha é opaca, desprovida de sentido a menos que um ser consciente estabeleça relações com ela, iluminando-a e dando sentido tal como empecilho ao projeto ou auxiliar deste, é isso o que Sartre chamará de facticidade. Nessa direção, afirma o pensador:

O que temos denominado facticidade da liberdade é o dado que ela tem-de-ser e ilumina pelo seu projeto. Esse dado se manifesta de diversas maneiras. É meu lugar, meu corpo, meu passado, minha posição na medida em que já determinada pelas indicações dos outros e por fim minha relação fundamental com o outro. (SARTRE, 2015, p. 602)

Da mesma forma que o rochedo, somente o projeto de existência irá enxergar o seu lugar como empecilho ou utensílio para a sua realidade, ou seja, não irá existir obstáculos absolutos, que sejam barreiras igualmente ao *para-si* e aos outros, afinal, “aquilo que é obstáculo para mim, com efeito, não o será para outro” (SARTRE, 2015, p. 601). Somente o ser consciente irá captar o dado factício como opositor ou aliado de seu projeto e essa interpretação livre só ocorre quando a questão é posta sobre o *em-si*, ou seja, no caso do rochedo, a questão será posta por aqueles que se inserem em uma situação<sup>15</sup> referente à ele, um escalador amador, um construtor de estradas, um alpinista experiente, o projeto particular de cada um estará em situações diferentes entre si, em oposto a isso, um empresário que lida somente com assuntos burocráticos em seu escritório não considerará a rocha nem fácil e nem difícil de se escalar, ela não será iluminada por ele, isto é, não será facticidade ao seu projeto de existência.

Porém, cabe dizer, que tanto o alpinista amador, o construtor de estradas, o alpinista experiente e o empresário são igualmente livres em seus respectivos

---

15 “Não há liberdade a não ser em situação, e não há situação a não ser pela liberdade. A realidade humana encontra por toda parte resistências e obstáculos que ela não criou; mas essas resistências e obstáculos só têm sentido na e pela livre escolha que a realidade humana é”. (SARTRE, 2015, p. 602)

projetos, isso se justifica pelo o que foi abordado anteriormente, a liberdade no existencialismo não é obtenção do que se deseja, é escolha livre ao agir, o alpinista amador que não conseguiu chegar ao topo da montanha, é tão livre quanto o experiente que realizou tal objetivo pois, captou – através de uma escolha livre – a montanha como insuperável para ele, da mesma forma ele poderá se preparar melhor, utilizar novas técnicas – carregadas de liberdade – e tentar novamente ou escolher outros esportes para praticar ou ainda dedicar-se somente a atividades e trabalhos intelectuais.

*O para-si é livre. Livre para agir e reagir contra a qualquer condição e não deixar que os dados factícios o definam, o ser humano é sempre e totalmente livre, está condenado a inventar-se. “Este é o único ser que pode “saltar” para a liberdade, como uma conquista de sua existência” (SANTIAGO, 2016, p. 120).*

Por fim, entende-se que as facticidades, na verdade, mais ajudam e condicionam a liberdade de ação do projeto do que a reprime. A realidade humana, estando em situação, questiona a facticidade que lhe é imposta e através da liberdade de escolha à traduz como utensílio ou constrangimento ao seu projeto de existência. Independentemente de sua interpretação, a sua ação é livre, e por isso, entende-se que a liberdade só encontrará limites em seu campo, ou melhor dizendo, nela mesma (SARTRE, 2014).

## **2.4 OS CONCEITOS DE TOTALIDADE E TOTALIZAÇÃO**

O conceito de totalidade e correntes sartreanas como o existencialismo, ambas advindas da filosofia, tomam destaque como complementaridade interdisciplinar para a apreensão do conceito de espaço e de seus conceitos-chave, tais como o lugar e o cotidiano. Para Santos (2006), o conceito de totalidade pode ser apreendido para uma formação epistemológica do espaço geográfico. Nesse sentido:

Cumpre-nos, desse modo, retomar o conceito de totalidade, reexaminar as suas formas de aparência, reconhecer as suas metamorfoses e o seu processo e analisar as suas implicações com a própria existência do espaço. (SANTOS, 2006, p. 115).

Dessa forma, entende-se a totalidade como uma unidade e/ou um todo em movimento, esse todo, segundo Santos (2006), é formado por partes, fragmentado, porém, essas partes não são suficientes para explicar essa unidade, muito pelo

contrário, a unidade – totalidade – é quem decifra os fragmentos, as partes e – no caso de uma sociedade – os tempos que a compõem. Nesse caso, a totalidade define-se como dinâmica, fluida, em movimento constante. Sendo a manifestação de uma determinada sociedade em diferentes tempos, um dos melhores exemplos desse deslocamento do todo.

Tomemos o caso de uma dada sociedade, uma Formação Social. O que a caracteriza no Tempo 1 não é aquilo que a define no Tempo 2. Imaginemos que ela dispõe de uma população global em crescimento, de uma população urbana em crescimento e de uma produção industrial também em crescimento. No tempo 2, encontraremos situações diferentes daquelas do Tempo 1. A população total já não é a mesma; a população urbana já não é a mesma; a produção industrial já não é a mesma... o Todo é diferente do Todo anterior. Mas trata-se de outra entidade? Ou estaremos diante da mesma sociedade em movimento? (SANTOS, 2006, p. 116)

Com isso, tem-se no lugar o plano espacial em que o indivíduo, em conjunto com a sociedade, cria e molda o seu projeto de existência, diariamente em sua vida cotidiana, nunca se consolidando ou chegando a um determinado limite preexistente. Analisa o autor que:

A Totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização, nos diz Sartre. Assim, é toda totalidade incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se. Não é isso mesmo o que vemos na cidade no campo ou em qualquer outro recorte geográfico? (SANTOS, 2006, p. 119)

Assim, a Totalidade será a noção de como o indivíduo relaciona-se com o espaço em que existe, com o lugar em que vive e realiza suas ações empíricas, relações, práticas e construções sociais, formando e participando de uma sociedade específica e tendo o mundial e o local como suas bases e alicerces.

Nesse sentido, entende-se, segundo Sartre (2014) e Santos (2006), que o ser e/ou o sujeito social não existe sem o espaço em que habita e nem esse espaço geográfico – como natureza transformada – existe sem o ser, por ser, justamente, essa totalidade o potencial e a existência que condiciona o surgimento e estabelecimento de sua sociedade, como nos aponta Santos:

Se o ser é a existência em potência, segundo Sartre, e a existência é o ser em ato, a sociedade seria, assim, o Ser e o espaço, a Existência. É o espaço que, afinal, permite à sociedade global realizar-se como fenômeno. (2006, p. 119)

Entende-se esse espaço como “aquele formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente” (SANTOS, 2006, p. 63). O conceito de espaço geográfico proposto por Santos traz consigo vestígios de uma influência significativa do existencialismo sartreano. Sartre (2015) interpreta os objetos como ser *em-si*, passivos e dependentes de ações humanas, opacos e não transcendentais, por não possuírem consciência alguma. Santos complementa que “os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos” (2006, p. 63).

Esses sistemas de ações apontados por Santos, em sua conceituação de espaço geográfico, diferem-se dos sistemas de objetos por serem ativos. E essa atividade pressupõe uma ação consciente que somente o ser *para-si* irá possuir. Dessa forma, Sartre (2015) entende que a atividade/ação irá existir e se realizar quando um ser consciente dispõe de meios com vistas a um fim, com um objetivo em mente, com a noção consciente dos possíveis resultados que a sua tomada de decisão ou até mesmo a neutralidade referente a uma situação, poderá gerar.

Sartre (2014) aponta que a existência precede a essência, que somos lançados ao mundo sem nenhum propósito pré-definido, que devemos nos edificar e construir nosso projeto de ser no mundo através, principalmente, da ação, do fazer: “O homem não é nada mais que seu projeto, ele não existe senão na medida em que se realiza e, portanto, não é outra coisa senão o conjunto de seus atos, nada mais além de sua vida” (SARTRE, 2014, p. 30).

Através dos objetos, das formas concretas que se moldam por meio dos atos, tornamos a totalidade real-concreta. Isso quer dizer que, a realidade do *ser* só existirá a partir de um conjunto de ações e vice-versa.

Porém, os objetos – naturais e sociais –, compreendem-se de forma diferente. A essência dos objetos sociais precede sua existência, ou seja, um determinado objeto existe graças a um conjunto de técnicas e ações que o formaram e o construíram, até ele existir como um objeto, e assim criando e construindo o espaço geográfico. Em razão disso, afirma o filósofo:

Consideremos um objeto fabricado, como, por exemplo, um livro ou um corta-papel; esse objeto foi fabricado por um artífice que se inspirou num conceito; tinha, como referenciais, o conceito de cortar-papel assim como determinada técnica de produção, que faz parte do conceito e que, por outro lado, tem uma utilidade definida: seria impossível imaginarmos um homem que produzisse um corta-papel sem saber para que tal objeto iria servir. Podemos assim afirmar que, no caso do corta-papel, a essência – ou seja, o conjunto das técnicas e das qualidades que permitem a sua produção e definição – precede a existência. (SARTRE, 2014, p. 05).

Pode-se então considerar que a ação, ou seja, o trabalho humano que produz o mundo e os objetos, isto é, a sociedade e a natureza segunda, encontram-se em uma relação existencial, pois uma das finalidades das ações é construir os objetos, formando assim, o que conhecemos por espaço geográfico.

Esse agir consciente é concomitante com a ação humana, com finalidade, remetendo-se a ideia de trabalho proposta por Marx<sup>16</sup> (ALMADA, 2013), o ser humano diferencia-se na natureza por esse conhecimento pressuposto do objeto em estado abstrato, como ideia e plano, para a sua posterior materialização. A própria natureza primeira condiciona a realização das ações aos seres humanos, como nos aponta Santos ao explicar o princípio da dialética do espaço.

Leia-se:

O conceito de *natura naturata* representa uma realidade que não se pode conceber na ideia, nem realizar-se de fato, sem as condições oferecidas pela outra realidade que o conceito de *natura naturans* representa. Essa realidade que, geneticamente, é a primeira, não é imóvel e se destina inexoravelmente a transforma-se em *natura naturata*. Enfim, há sempre uma primeira natureza prestes a se transformar em segunda; uma depende da outra, porque a natureza segunda não se realiza sem as condições da natureza primeira e a natureza primeira é sempre incompleta e não se perfaz sem que a natureza segunda se realize. Este é o princípio da dialética do espaço. (2012, p. 214, grifos do autor).

---

16 Em “O Capital”, o sociólogo e filósofo Karl Marx utiliza a analogia da aranha e da abelha para diferenciar as ações humanas das ações da natureza. Ele diz: “Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste já existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente” (MARX, 1985, p. 149-150), em outras palavras, somente o ser humano é capaz de realizar ações que visam um fim, somente este ser é o que consegue tornar sua ação abstrata e planejada para somente depois materializá-la, isto se torna possível por sua consciência, onde suas ações engajadas são carregadas de intencionalidade e transformadas em trabalho, como apontou Marx.

Sem a indissociabilidade dos sistemas de ações e objetos, o espaço geográfico não seria geografizado e humanizado. Tratando-se da ausência de ações,

num exercício de imaginação, se a humanidade deixasse de existir levaria consigo o espaço geográfico, o mundo, restando apenas o planeta com objetos desprovidos de ações humanas para animá-los, completar o geográfico do espaço. (ALMADA, 2013, p. 4)

A ideia de que, o ser *em-si* é “insociável, fechado, opaco e privado de uma estrutura interior” (LOPES, 2020, p. 28), é passivo de e para a ação humana e inanimado em sua ausência, em um mundo sem as ações que conduzissem esses objetos não seria um espaço geográfico, seria uma redução categórica, um fragmento do que já foi um Todo, uma paisagem, como expressa Santos (2006, p.106) em seu exemplo da “bomba de nêutrons”, destacou que:

Durante a guerra fria, os laboratórios do Pentágono chegaram a cogitar da produção de um engenho, a bomba de nêutrons, capaz de aniquilar a vida humana em uma dada área, mas preservando todas as construções. O Presidente Kennedy afinal renunciou a levar a cabo esse projeto. Senão, o que seria ainda o espaço, após a temida explosão seria apenas paisagem. (2006, p. 106).

Sem o *para-si* o mundo não poderia existir enquanto um espaço geográfico e nem mesmo como mundo, propriamente dito, uma vez que estaria destruída a relação indissociada entre os objetos e ações, pois não restaria ao terceiro planeta rochoso do sistema solar um ente consciente capaz de agir intencionalmente sobre si mesmo, sobre o outro e sobre o mundo que habita.

É esse ser consciente e temporal que por meio de uma subjetividade que se torna objetiva a partir de sua liberdade (LOPES, 2020), indaga sobre sua existência e sua essência no mundo, volta-se para si mesmo em exercício de nadificação e se constrói por meio de suas relações com os outros, ou seja, com a sociedade. Isso vai além de um discurso antropológico, é em síntese, o conhecimento de que esse *ser-em-si* não existiria sem o *para-si*, e este não existiria sem o *ser-em-si*.

O mundo não é gerado por esse consciente temporal<sup>17</sup>, ele é apenas determinado como mundo por essa consciência, pois “A flor não sabe que é flor. Nem a morte que morre” (LEFEBVRE, 2007, *apud* ALMADA, 2013, p. 3), é somente o

17 “Por exemplo, penso sobre o eu do passado, era um eu diferente do que sou no presente. Mas, ainda considero o passado para me comparar com o presente e reflito sobre o eu do futuro. Essa característica somente o *Para-si* possui, pois ele está em constante mudança, construindo a sua realidade e nenhum outro ser, segundo Sartre, é capaz de fazer tal análise”. (LOPES, 2020, p. 33).

ser *para-si* que poderá reconhecer, perceber e determinar o ser *em-si* e o mundo, construindo o seu projeto de existência no espaço geográfico.

Sartre (2015) entende a Totalidade como um resultado dinâmico, capaz de se reconfigurar e reformular, já a totalização seria o processo em que todas essas mudanças, ações, casualidades e eventos ocorrem, sem alcançar um limite ou desenvolver-se como um Todo, ou seja, também dinâmico. Esses pensamentos e conceitos podem se confundir ao abordá-los, por isso são delicados e requisitam atenção.

Santos (2006 p. 115), por sua vez, concebe a noção de Totalidade como “a mais fecunda que a filosofia nos deixou”, concebendo o próprio planeta Terra como uma totalidade-mundo, no qual, em momentos históricos, décadas e séculos pretéritos também são totalidades desse Todo.

Entende-se, que a Totalidade se desmancha, recompõe-se e se totaliza novamente, em uma nova totalidade, e o processo de totalização é quem guia esse movimento incessante e contínuo. Em síntese, o todo se transforma em um outro todo. Santos (2006) deixa claro que cada Totalidade possui partes que a explicam e a decifram, não cabe às partes de uma determinada Totalidade, explicar como ocorre a transformação de outra Totalidade, pois, não são somente as partes separadas e fragmentadas que explicam todos esses movimentos, mas o conjunto, a Totalidade, é quem explica outra Totalidade. Seguindo esse raciocínio, entende-se que:

A Totalidade B, ou seja, o resultado do movimento de transformação da Totalidade A, divide-se novamente em partes. As partes correspondentes à Totalidade B já não são as mesmas partes correspondentes à Totalidade A. São diferentes. As partes de A ( $a^1$ ,  $a^2$ ,  $a^3$ ...  $a^{11}$ ) deixam de existir na Totalidade B; é a Totalidade B, e apenas ela, que explica suas próprias partes, as partes de B ( $b^1$ ,  $b^2$ ,  $b^3$ ...  $b^{11}$ ). E não são as partes  $a^1$   $a^2$   $a^3$ ... que se transformam em  $b^1$   $b^2$   $b^3$  ..., mas a totalidade A que se transforma em totalidade B. (SANTOS, 2006, p. 116)

Para Sartre (2015) e Santos (2006), o próprio ser também pode ser entendido como uma totalidade em movimento de totalização, ao nascer, este ser é lançado em um mundo de possibilidades as quais serão acionadas por meio de suas escolhas e tomadas de decisões, à priori, existe no mundo e constrói-se diariamente em sua essência, o *Para-si* se relaciona com os outros que constituem a

sociedade que este ser pertence, a configuração da sociedade do tempo presente não é a mesma do tempo pretérito e do tempo das projeções futuras, suas ações, relações, técnicas, práticas, funções e conteúdos, diferem-se entre si, são voláteis e mutáveis por essas sociedades serem totalidades em movimento totalizante.

Foi Bukharin (1972) *apud* Santos (2005) que disse: “cada sociedade veste a roupa de seu tempo” (2005, p. 25), e o próprio Santos complementa: “Nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedades, de relações sociais” (SANTOS, 2005, p. 25).

O entendimento da sociedade como uma Totalidade em movimento parte da premissa do conhecimento da estrutura, processo, forma e função como categorias dessa mesma sociedade (SANTOS, 1977, p. 31), em um primeiro momento, os processos podem ser entendidos como revelações da totalidade – em tempo e escala –, eles são os meios pelos quais a totalidade transforma-se em uma nova totalidade, e nele encontram-se todas as categorias internas<sup>18</sup> – estrutura, forma e função – do estudo do conceito de totalidade.

O processo como um instrumento da totalidade cessa seu movimento quando essa determinada totalidade, torna-se real-concreta, ou seja, quando se materializa em uma forma específica, preenchida com estrutura e função singulares. Por obrigatoriedade, toda estrutura e função para existirem, de fato, reclamam uma forma, e “toda forma possui uma função que tanto pode cooperar com a estrutura como contradizê-la” (SANTOS, 1977, p. 40). Assim:

O ponto essencial é que as categorias, estrutura, função e forma bem como a de processo (tempo e escala) são indissociáveis tanto enquanto categorias analíticas como enquanto categorias históricas. Elas são as categorias que definem a totalidade concreta, a totalidade em seu processo permanente de totalização. (SANTOS, 1977, p. 40)

---

18 “O processo, entretanto, nada mais é do que um vetor evanescente cuja vida é efêmera; é um breve momento, a fração de tempo necessária à realização da estrutura, que deve ser geografizada, ou melhor, especializada, através de uma função, isto é, através de uma atividade mais ou menos duradoura e pela sua indispensável união a uma forma. A forma geralmente sobrevive à sua função específica”. (SANTOS, 1977, p. 40)

“Assim o existencialismo de Sartre nos ajuda, como ajudou a Milton Santos, compreender que os processos objetivos da evolução social se impõem a todos os homens e a todos os lugares, porém de forma distinta”. (DANTAS, 2014, p. 57).

Nesse sentido, os objetos como formas-conteúdo são frutos de uma totalidade social em movimento, isto é, a sociedade como instância socioeconômica dá sentido e faz uso de um determinado objeto de acordo com a finalidade a ser realizada. Santos (1977) é enfático ao diferenciar modo de produção – e nesse sentido, o capitalista – de formação socioeconômica, para ele, o primeiro existe como garantia de uma continuidade na história das formas-conteúdo, onde estas expressam o uso de um determinado modo de produção de uma época particular, porém, somente a segunda, impõem a essas formas uma efetividade na esfera social. Assim, entende-se a formação socioeconômica como uma totalidade. Porém:

Não obstante, quando sua evolução é governada diretamente de fora sem a participação do povo envolvido, a estrutura prevalente – uma armação na qual as ações se localizam – não é a da nação, mas sim a estrutura global do sistema capitalista. As formas introduzidas deste modo servem ao modo de produção dominante em vez de servir à formação sócio-econômica local e às suas necessidades específicas. Trata-se de uma totalidade doente, perversa e prejudicial (SANTOS, 1977, p. 42).

Neste sentido, apesar da formação socioeconômica participar ativamente, como totalidade, na construção das formas-conteúdo do espaço geográfico, a relação local-global pode, em algum momento, dificultar a liberdade de ação dessa determinada formação social e dos projetos que a compõem, isso ocorre devido a influência externa do capitalismo global que reivindica as formas introduzidas no espaço social-geográfico, ou seja, as formas – carregadas de estruturas, funções e conteúdos – não atendem as necessidades particulares da instância social local, dos outros, mas sim, ao modo de produção global que a governa – dos agentes hegemônicos, promovendo, possíveis desigualdades e exclusões sociais, atrapalhando a formação e o movimento de totalização dos *seres-Para-si*, bem como de seus respectivos projetos existenciais, limitando a liberdade de ação.

## **2.5 DA NECESSIDADE À ESCASSEZ: A MATÉRIA TRABALHADA NO ESPAÇO GEOGRÁFICO**

Sartre aponta que uma das primeiras relações que o ser humano mantém com o espaço geográfico a qual está inserido é a fome, na verdade, essa necessidade primordial é quem impulsiona esse ser *para-si* a agir, suprir a sua necessidade básica e humana, faz com que o sujeito busque em atividades, técnicas e ações pensadas sob objetos que compõem o mundo, resolver o que lhe constrange, escapar de sua situação insuportável – a fome – e se projetar para a superação, isto é, para uma condição suportável.

Nesse sentido, a totalidade-mundo, ou ainda, o espaço geográfico, se edificam de acordo com as ações empregadas pela humanidade, o ser humano comum é quem dita, inicialmente, o sentido, o poder e as formas de transformações espaciais humanizadas, pelo menos essa é a caracterização geral até surgirem relações antagônicas entre os sujeitos e em direção ao próprio espaço.

Tais relações, surgem por meio da ausência e da escassez da matéria possível de ser trabalhada, apresentando-se em diversos momentos temporais e em espaços da Totalidade, sob formas diferenciadas, a escassez consiste na falta de ter o que trabalhar, falta de sustento à necessidade primordial que é a fome, assim, o ser humano, torna-se lobo, predador de seu semelhante (PERDIGÃO, 1995).

A realidade humana e o seu projeto existencial são incompletos, estão sempre por se fazerem, e essa falta-de-ser algo, faz com que o ser humano busque sempre se preencher, se totalizar. Essa busca realizada por esse *Para-si* irá se aplicar no meio externo, ou seja, no mundo material composto por *seres-em-si* em suas materialidades, basicamente o ser humano necessita da matéria para sobreviver ou ainda “o Para-Si exige o Em-Si para existir” (PERDIGÃO, 1995, p. 184).

Essa relação de necessidade do ser humano – também denominado “ser orgânico” por Sartre – direcionada aos objetos que compõem a natureza – denominados seres inorgânicos, pelo autor – será a relação primária desse ser com o mundo material ou ainda, com o espaço geográfico em formação, e é a fome a necessidade gênese que impulsiona essa busca por satisfação daquilo que é necessário e indispensável a sobrevivência do ser orgânico e que se encontram no espaço, isto é, “tudo se descobre na *necessidade*: é a primeira relação totalizante desse ser material, um homem, com o conjunto material que ele faz parte” (SARTRE, 2002, p. 196, grifos do autor).

Nesse sentido, a ação que o ser humano executa com vistas a satisfazer a sua carência, a sua necessidade, primordialmente será concebida como o trabalho ou *práxis*, o acionamento do trabalho será executado justamente a partir da necessidade humana, que é o estímulo primário de toda a ação da humanidade.

A noção de trabalho então, passa a atrelar-se e a depender inteiramente do engajamento do sujeito, este sendo totalidade em movimento de totalização irá construir o espaço geográfico e seu projeto de existência neste, de forma intencional, pensada e planejada, com vistas a um fim a executar, por conta disso a própria

ideia de trabalho, aqui, também será concebida como um projeto em aberto, por pertencer a esse ser para-si, onde somente este pode superar sua condição presente – captada como insuportável – e visar a realização de um fim futuro – dada como estabilidade confortável – sendo assim:

O organismo vive no futuro, como um possível que lhe é próprio, e seus movimentos determinam-se em função desse futuro... Sem a totalidade futura a alcançar não poderia haver trabalho, já que o sentido desse trabalho é dado pelo fim futuro (sem o qual não teríamos uma atividade dirigida, mas uma conduta humana desvairada e desconexa, semelhante à dos animais quando saciam a sua fome). (PERDIGÃO, 1995, p. 185)

Um questionamento pertinente sobre a comparação acima, entre o ser humano e os animais, recai sobre os termos orgânico e inorgânico utilizados por Sartre em *Crítica da razão dialética*, em suma, os animais, as plantas, os seres vivos em geral que se encontram no espaço – com exceção ao ser humano – também constituem o grupo dos seres inorgânicos, isso se define pela práxis intencional, isto é, o trabalho realizado pela humanidade ao qual os demais seres vivos são incapazes de realizar, ainda que com tamanha perfeição em seus movimentos – a formação de uma colmeia, de um formigueiro, a construção de uma represa feita por um castor – , todos estes serão vistos como movimentos de instinto natural pois os animais não conhecem a necessidade e conseqüentemente o trabalho condicionado por esta, são carentes de um porvir, de fins que visam um futuro (PERDIGÃO, 1995).

Para facilitar o entendimento entre o trabalho e a necessidade, Perdigão (1995) credita o trabalho da totalidade em movimento, ou seja, a práxis do ser humano, como um processo dialético, dessa forma, o ser humano e o trabalho que realiza são negações, ou melhor dizendo, uma negação de negação<sup>19</sup>.

No espaço geográfico o ser humano é agente indispensável, por mais que ele não crie, por exemplo, objetos naturais – montanhas, florestas nativas, geleiras, vulcões etc. – esse ser é aquele que faz desses objetos, signos para o seu projeto

---

19 O processo dialético ocorrerá somente no que tange a realidade humana indo em contrapartida a toda ideia e argumentação que defendam a existência de uma dialética da Natureza. Perdigão explica essa ocorrência da seguinte forma: “(a) O homem é a negação (carência) que habita seu organismo; (b) O homem nega essa negação pelo trabalho, cuja meta é suprimir a carência. Eis aqui, em nossa ação mais elementar, a primeira experiência inteligível da dialética”. (PERDIGÃO, 1995, p. 185)

de existência, é ele quem preenche de significados e constrói, desconstrói, edifica e altera os elementos da matéria trabalhada no espaço por excelência, o ser humano muda ao tempo que também muda esse mundo material, “ele humaniza o espaço e grava os fins de seus projetos na matéria trabalhada” (PERDIGÃO, 1995, p. 187).

A relação ser humano e matéria – pode-se também dizer sistemas de ações e sistemas de objetos – ocorre tão estritamente que o próprio ser consciente, reduz o seu corpo à condição de matéria para atuar, objetivamente, sobre o próprio meio material. Inscreve seus objetivos, finalidades, conhecimento, técnicas, práxis nos objetos e formula formas-conteúdo em todo o espaço geográfico para suprir as suas necessidades, o ser humano então, se *coisifica*, não transformando-se em matéria inerte mas sujeitando-se à essa para alimentar sua sobrevivência, ou mais especificamente, garantir a duração de sua vida. Ocorre que:

Na medida em que o corpo é função, a função *necessidade* e a necessidade práxis, pode-se dizer que o *trabalho humano*, isto é, a práxis original pela qual ele produz e reproduz sua vida, é inteiramente dialética: sua possibilidade e necessidade permanente baseiam-se na relação de interioridade que une o organismo ao meio ambiente e na contradição profunda entre a ordem do inorgânico e a ordem do orgânico, ambas presentes em cada indivíduo; seu movimento primeiro e seu caráter essencial definem-se por uma dupla transformação contraditória: a unidade do projeto confere ao campo prático uma unidade quase sintética, o momento capital do trabalho é aquele em que o organismo faz-se inerte (o homem pesa na alavanca, etc.) para transformar a inércia circundante. (SARTRE, 2002, p. 205, grifos do autor).

O projeto de existência do *para-si*, lançado, inicialmente, em liberdade e sobre caráter de contingência passa a se constituir na plenitude do *ser-em-si*, faz-se inerte, como diz Sartre, e seu trabalho, acabado, cristaliza-se em repouso, em pretérito morto. Dessa forma, nesse primeiro estágio da relação humana-material é o ser humano quem intervém primeiro na matéria para suprir suas necessidades e realizar suas ações, aqui, o ser humano é condutor da relação com o espaço geográfico em ascensão, é ele quem desmata florestas para construir habitações e estradas, retém as águas dos rios para produzir energia, explora e *dinamita* montanhas ricas em carvão, ferro, bauxita e outros minérios; a humanidade comanda a matéria segundo seus critérios e necessidades.

Tal relação se manifesta também entre os próprios seres humanos, ou seja, entre os diferentes projetos dos sujeitos que compõem uma sociedade. Marx e

Sartre divergiam no que diz respeito a como essas relações humanas aconteciam inicialmente, para o primeiro, as relações recíprocas entre um sujeito com o mundo habitado e partilhado por outros sujeitos acontecia sob um caráter de exterioridade, isto é, por meio de condições de contingência impostas de fora, no mundo, por exemplo, o lugar que o indivíduo nasceu, a comunidade a qual pertence etc. As primeiras relações concretas entre os projetos de existência ocorrem por meio de agentes externos, das relações de produção e da divisão de trabalho (PERDIGÃO, 1995, p. 188).

Já Sartre, entendia exatamente o oposto do que defendia Marx, para ele as primeiras relações humanas acontecem sob o caráter de interioridade, assim, anteriormente aos fatos econômicos, históricos, políticos e culturais, os projetos são primeiramente humanos e se reconhecem e mantêm relações iniciais como tal, para somente a partir dessa reciprocidade inicial – a relação humana – é que possam surgir todas as outras esferas de vida. Sobre esse reconhecimento “gênese”, Sartre (2014, p. 35) relata:

Embora os projetos possam ser diferentes, ao menos nenhum deles me é completamente estranho, porque todos eles são uma tentativa de superar esses limites ou afastá-los ou negá-los ou acomodar-se a eles. Consequentemente, todo projeto, mesmo que seja individual, possui um valor universal. Todo projeto, inclusive o do chinês, do indiano ou do negro, pode ser compreendido por um europeu.

O espaço geográfico é uma única dimensão possível em os projetos existenciais podem existir e a interagir entre si e constituírem uma sociedade, os sujeitos não estão soltos de forma desconexa entre si dentro de uma unidade social, mas ligados e interligados através das ações, da práxis e dos trabalhos comuns que realizam em conjunto. Porém, em muitas vezes essa relação de reciprocidade positiva, parece ser caracterizada como utópica, a verdade é que ela é suprimida por uma relação de reciprocidade negativa, de relações antagônicas entre os projetos de existência, surge então conflitos e lutas entre as classes sociais e até mesmo exploração humana-humana. Sobre a ambiguidade que permeia a reciprocidade humana, Perdigão exemplificou que:

Nas relações de reciprocidade positiva, ou cada um mantém os seus respectivos fins em separado (o caso, por exemplo, das prestações de serviços) ou ambos, eu e o Outro, visamos um fim único (o caso em que cada um se faz deliberadamente meio para o

projeto do Outro, em uma conjugação de esforços). Nas relações de reciprocidade negativa, cada um sabe que, a contragosto, não passa de um meio para que o adversário realize os seus fins, e reage fazendo do outro um meio para o seu próprio fim. (1995, p. 190)

Por mais que o espaço geográfico, teoricamente, imponha a interação entre os indivíduos através do trabalho, e conseqüentemente a formação de uma estrutura social, um problema irá surgir afetando as relações de reciprocidade positiva entre os sujeitos, suprimindo-a e dando origem a reciprocidade negativa na sociedade, é o que Sartre (2002) denomina “a escassez da matéria”.

Basicamente, “a natureza carece de bens suficientes para satisfazer as necessidades de todos” (PERDIGÃO, 1995, p. 190), porém, pode-se pensar que, ao longo dos anos os avanços tecnológicos, culturais, científicos, sociais e econômicos provaram um certo equívoco nas afirmações de Sartre (2002) e Perdigão (1995) que à priori assemelham-se as ideias propostas por teorias demográficas malthusiana e neomalthusiana, que acreditavam que o aumento populacional no mundo viria a esgotar os recursos à todos, não que a matéria não se prove escassa em algumas regiões, países e nações do mundo, e em suas respectivas sociedades no século XXI, mas o que se identifica na contemporaneidade é uma má distribuição de recursos que resultam na escassez destes para alguns projetos, isto é, seres humanos; este, segundo Perdigão (1995), é o pensamento dos marxistas clássicos, onde a escassez não seria a origem dos males do modo de produção capitalista mas, sim, resultado maléfico desse sistema.

Dessa forma, os partidários desse pensamento, dão a entender que o mundo, o espaço geográfico, possuiria recursos e matérias em abundância capazes de saciar as necessidades de toda a humanidade e que somente o capitalismo é quem impede esse suprimento dando origem a escassez, ou seja, todos os aspectos e fatos negativos do modo capitalista – a divisão social do trabalho, a concentração dos meios de produção com os capitalistas – perderiam tal caráter antagônico e incentivariam uma convivência harmoniosa entre os projetos de existência nesse mundo abundante; o que irá romper com essa possibilidade contingente é a denominada “luta de classes”, discutida por Marx e Engels em *Manifesto do partido Comunista*, destacam que:

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, bárão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e

envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito. (MARX; ENGELS, 2008, p. 10).

O que se pode observar nas palavras de Marx e Engels é a ausência da escassez como fator condicionante aos malefícios do modo de produção capitalista. Sem o fator contingente da escassez não existiriam os conflitos entre as classes sociais ou ainda a divisão de projetos humanos nessas classes, isto é, todas as relações antagônicas, toda a exploração (des) humana por parte de outros humanos originam-se na escassez da matéria no espaço. Dessa maneira, entende-se que a escassez sempre fez parte da história, em diferentes momentos, formas e representações, como aponta Perdigão:

A todo instante, sentimos a realidade material como ameaça contra a nossa vida, como resistência ao nosso trabalho. É com base nessa contingência original, segundo Sartre, que se desenvolve toda a História humana conhecida até aqui: é por existir a escassez, e não a abundância, que *esta* História humana se nos apresenta como sendo vivida *desta* forma, por *estes* homens que somos. (1995, p. 191, grifos do autor).

Entende-se que assim como o mundo e o próprio ser humano, a escassez apresenta-se como um fator contingente, existindo em toda a história da humanidade e ao mesmo tempo como algo que poderia nunca ter existido, aparece sempre na relação do ser humano com o espaço geográfico porém, por meio de formas diferentes, se para Sartre a escassez faz surgir o capitalismo, para Marx é exatamente o oposto, de todo modo, a mesma está intrinsecamente ligada às relações antagônicas no espaço seja através da fome de alguns – necessidade primária – ou seja através do desemprego; da desigualdade cultural, social, econômica, política; da elitização dos espaços e objetos que o compõem; a escassez sempre se manifesta entre os momentos da vida humana.

A escassez então, pode ser entendida como uma facticidade primária, universal e particular ao longo da história humana, que inclusive faz surgir outras facticidades na totalidade-mundo, esses fatos indeterminados – lutas e conflitos de classes, divisão social do trabalho, concentração dos meios de produção etc. – pelas gerações que sucedem o momento de suas formações compõem um campo maior de facticidades, ou, em melhores palavras, “o campo material da ação prática circundante” (PERDIGÃO, 1995, p. 193).

## 2.6 O ESPAÇO COMO INÉRCIA-DINÂMICA

O ser humano é lançado em um mundo onde outros seres já existem ou existiram anteriormente a ele. Nesse mundo objetivo já se encontram objetos, matérias, técnicas, instrumentos, práxis de outros projetos que antecedem a existência do ser-para-si e não foram estabelecidos por suas escolhas livres e espontâneas. Sobre esse caráter factício Marx pontuou:

Os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. (2011, p. 25).

Sartre denomina todo esse campo de circunstâncias “herdadas” de outros projetos como “o inferno do Prático-Inerte” (PERDIGÃO, 1995, p. 193), dessa forma, os seres humanos e seus projetos de existência do tempo presente, encontram-se inseridos em um mundo construído por práticas e ações de outros seres humanos de um tempo passado, essas práticas, muito provavelmente estão petrificadas, cristalizadas em forma de matéria trabalhada e acabada, são formas-conteúdo preenchidas por conhecimentos, signos e funções pretéritas ao projeto do para-si, já finalizadas; em síntese, “o mundo do Prático-Inerte é o mundo das totalidades” (PERDIGÃO, 1995, p. 194).

Nesse mundo *prático*, de ações práticas produzidas por outros projetos, e ao mesmo tempo *inerte*, por muitas dessas ações estarem petrificadas, encontram-se algumas características marcantes que se expressam no espaço geográfico e nos projetos humanos. A primeira delas manifesta-se como uma intervenção da matéria – antes trabalhada pelo ser-para-si – na ação do sujeito, ou ainda segundo Sartre (2002) o mundo do prático-inerte rouba a ação dos indivíduos. Trata-se de uma contra finalidade da matéria que se manifesta na realidade humana, para esboçar como essa contra finalidade ocorre no prático-inerte Perdigão (1995, p. 194) utilizou o seguinte exemplo:

Durante séculos, milhões de camponeses da China, cada um agindo em seu próprio benefício, executaram práxis isoladas – desmatavam bosques inteiros para obter terras cultiváveis. Havia entre eles não uma ação comum, mas apenas uma pluralidade infinita de ações semelhantes (o desflorestamento), empreendidas em mútua ignorância. Por milênios, esse desmatamento de florestas produziu, afinal, sucessivos desmoronamentos de montanhas e das

encostas dos rios. À falta de árvores, o leito dos rios transbordou. Começaram inundações e as terras cultiváveis ficaram devastadas. Conclusão: cada camponês da China quis desmatar suas terras para cultivá-las e sobreviver, mas, no fim, apenas ajudou a produzir a sua própria destruição (inundações, terras devastadas).

Portanto, as múltiplas ações dispersivas, realizadas por diferentes indivíduos convergem em um mesmo fim no espaço, embora este fim não tenha sido o objetivo inicial dessas ações, a escassez da matéria faz com que as relações dos seres humanos, entre eles e, com o espaço geográfico tornem-se individualistas e egoístas, desconexas ao ponto de não perceberem que a pluralidade de ações individuais resulta em um final trágico e imprevisível a todos os projetos. Aqui a relação entre o ser humano e o espaço geográfico passa a ser regida pelo próprio espaço, por seu lugar e os diferentes cotidianos desse/nesse lugar, isto é, em diferentes escalas a matéria e o próprio espaço trabalhados anteriormente sob o comando humano irão comandar a humanidade. Seguindo esse raciocínio, entende-se que:

Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. (SANTOS, 2012, p. 172)

Com isso, compreende-se que não somente as *práxis* isoladas e desconexas de um tempo passado são capazes de resultar no comando da matéria sobre a humanidade, mas, também as práticas dispersivas do presente, vivas e até as mais comuns no cotidiano do/no lugar, condenam as ações dos projetos humanos à fins indesejados, na verdade estas por serem ativamente livres e conviverem em um mesmo tempo/espaço com as práticas do para-si são mais notáveis e possuem maior capacidade de sabotarem a *práxis* individual de seu projeto, invertendo-a e gerando contra finalidades da matéria trabalhada por ele:

São as ações como as dos camponeses chineses, dos capitalistas das revoluções industriais, dos colegas e chefes de trabalho, da família, dos outros que compõem as sociedades atuais que, quando desconexas, isoladas, sem interações positivas, resultam em contra finalidades típicas das relações de reciprocidade negativa (PERDIGÃO, 1995, p. 196).

Milton Santos denominará o prático-inerte de inércia-dinâmica, pela potência mútua entre os objetos e as relações humanas – antagônicas – resultam nas contra finalidades da matéria no espaço humanizado. A intervenção das ações isoladas e desconexas dos outros faz com que haja um desvio do trabalho do sujeito, ou seja, os fins trabalhados e realizados por ele não são os seus, mas sim os fins objetivados pelos outros, o sujeito passa a ser alienado. Essa alienação do projeto de existência é a segunda característica do mundo do prático-inerte, e nela:

A finalidade do indivíduo torna-se estranha a ele, pois constrói no futuro algo que não é almejado ou proposto por esse indivíduo. O trabalho do homem se lhe opõe, volta-se contra ele, como se o dominasse por leis próprias. Atingimos um determinado fim, e realizamos outra coisa diferente do pretendido, obtivemos algo não intentado. (PERDIGÃO, 1995, 196)

Porém, nem sempre o sujeito tem total desconhecimento do que está realizando, do fim que está por produzir. Na sociedade capitalista, por exemplo, o ser humano vende a sua força de trabalho, a sua *práxis*, em troca de suprimentos às suas necessidades – um salário, por exemplo –, realizando e construindo no espaço conscientemente, ocorre que, na maior parte das vezes, aqueles fins realizados por ele não lhe interessam, não foram objetivos de seu projeto, por exemplo, o trabalhador braçal de uma grande montadora de carros de luxo dificilmente verá no produto finalizado por ele, os seus interesses próprios, as vantagens que aquela mercadoria trará ao seu projeto de existência além do salário para o seu sustento ou o de sua família.

O ser humano, dessa maneira, irá atuar no espaço geográfico sobre a matéria de forma intencional, sabendo o que realiza, porém, essa realização não possui para ele nenhum valor significativo, com isso explica-se o porquê de sua alienação, por submeter-se aos fins de outros, por mais que isso signifique a sua sobrevivência.

Na matéria, encontram-se encravadas as intencionalidades, o trabalho e os fins de outros, na sociedade capitalista da Segunda Fase da Revolução Industrial, por exemplo, as máquinas como propriedades dos capitalistas – donos dos meios de produção – transparecem os fins objetivados por seus donos e não por quem as opera – o trabalhador operário que vende a sua força de trabalho – ela é quem dita a forma como quer ser operada, ligada, o que deve produzir, até que velocidade pode chegar, quando deve ser desligada etc., dessa forma, pode-se entender, nas palavras de Sartre que “O homem é, então, a máquina da máquina” (2002, p. 206).

Dado o exemplo do sistema capitalista, não se deseja inserir que somente o operário é quem se aliena, na verdade, o próprio dono dos meios de produção se torna também alienado por depender das práxis de outros indivíduos, e nesse caso tanto a dos trabalhadores quanto a daqueles a quem objetiva vender os fins que lhe interessam, isto é, os produtos fabricados pelos operários. Ocorre então, que o capitalista se reconhece no fim realizado, apesar de não ter sido ele quem realizou, mas é um fim objetivado por ele, ou seja, não lhe é estranho e desinteressante, com isso, contenta-se com o objetivo que obtém e desconsidera a sua alienação (PERDIGÃO, 1995).

O *Ser-Para-Si* é aquele lançado em liberdade no mundo do prático-inerte, porém, convém questionar até que ponto o seu projeto é realmente livre, anteriormente, discutiu-se as noções de facticidades que são impostas ao ser desde o momento em que este passa a existir, o trabalho que irá exercer, a classe social a qual pertence, as aprovações que terá que passar, o valor de seu salário, todas essas facticidades existem por meio das ações coaguladas do outrem anterior a sua existência, é como se o domínio das possibilidades a qual a humanidade está entregue segundo Sartre não existisse mais, ou ainda, no mínimo, “o campo de possíveis do indivíduo acha-se rigorosamente delimitado, tal qual um destino inevitável, antes mesmo que ele nasça e viva esse destino” (PERDIGÃO, 1995, p. 198).

E quando se fala em destino pode-se inserir um destino qualquer à todos os projetos que compõem um espaço (PERDIGÃO, 1995), o lugar, uma sociedade comum, pois a totalidade matéria – trabalhada e acabada – conduz e comanda as ações dos indivíduos que visam um interesse comum à todos, o de suprir a sua necessidade, alimentando a sobrevivência de seus respectivos projetos, os sujeitos, em muitas das vezes, acreditam estar utilizando os instrumentos e as ferramentas para realizar esses fins e objetivos de seus interesses, quando na realidade realizam apenas os fins e interesses dos donos desses meios.

Seguindo esse raciocínio convém questionar: os indivíduos não poderiam captar tais condições factícias como insuportáveis e escolherem, pois, se rebelarem contra essas condições herdadas? A resposta a essa indagação não poderia ser outra; Sim! Os indivíduos são livres para escaparem do destino pré-fabricado, porém, se os projetos são todos alienados – como discutido anteriormente – sempre haverá um outro ser-qualquer que o substitua e exerça as ações impostas pela máquina (ferramenta, instrumentos etc.), “os projetos perdem a sua identidade e tornam-se números de uma série” (PERDIGÃO, 1995, p.199).

Tanto a escassez da matéria quanto a alienação dos sujeitos condenam e resultam nas relações antagônicas entre estes, conflitos de classes, rivalidades entre os projetos tornam-se cada vez mais evidentes no mundo da inércia-dinâmica, os indivíduos não se vêem como iguais ou semelhantes, mas sim como rivais, conjugados apenas sob uma falsa união condicionada pela matéria exterior; no espaço geográfico, os projetos passivos à/da Inércia-Dinâmica estão em total *alteridade* – distintos, indiferentes etc.

Toda a discussão leva a um mesmo pensamento conclusivo: o mundo do prático-inerte não permite a liberdade de ação do ser-para-si. As heranças – costumes, formas, leis, máquinas, técnicas, modos de produção, classes sociais etc. – deixadas por projetos anteriores a sua existência se impõem contra a liberdade de seu projeto, promovem contra finalidades da matéria, alienam o seu ser, condena-o a relações de reciprocidade negativa e a fins indesejáveis.

Em resumo:

No Prático-Inerte, minha práxis é passiva. Acato o que me é imposto. Há um estatuto de inércia que se infiltra em minha liberdade. Será então o caso de afirmar que ocorre um domínio absoluto da matéria sobre a livre práxis para fazê-la mera fatalidade sofrida? (PERDIGÃO, 1995, p. 202)

De fato, no mundo da Inércia-Dinâmica a liberdade do ser-para-si encontra-se inteiramente alienada, presa nas correntes e âncoras formadas por outros antes de seu existir, porém, tal alienação não significa que a liberdade sucumbe a esse mundo inerte e dinâmico, ao contrário, a alienação da liberdade do para-si só poderá ocorrer caso haja, justamente, uma liberdade capaz de se alienar, o ser consciente, que escolhe, só poderá captar a sua situação como alienante, por, e unicamente, meio da liberdade.

Aqui, volta-se novamente a diferenciação proposta por Sartre entre liberdade de escolha e liberdade de obtenção, a primeira sendo o que se almeja discutir nesse trabalho, a liberdade em arriscar-se a tentar ainda que isso não signifique resultados satisfatórios, e a segunda como a ideia de liberdade imposta pelo senso comum, a de que a liberdade só se manifesta através da conquista favorável ao projeto. É somente por meio da liberdade de escolha que o projeto do para-si poderá captar as suas condições e situações como favoráveis ou desfavoráveis, confortáveis ou desconfortáveis, superáveis ou insuperáveis, em virtude disso:

Sartre acentua o papel dessa liberdade de escolha porque é a partir dela, e somente a partir dela, que se pode explicar os padecimentos do homem no Prático-Inerte e a sua eventual revolta, pela ação libertadora, rompendo com as amarras desse mesmo Prático-Inerte. Por mais restritos que sejam, por mais que nos induzam à alienação e à passividade, os possíveis sempre persistem. O fato de pertencemos a um mundo Prático-Inerte dificulta, mas não nos impede de vivermos a nossa situação do nosso modo individual e singular. (PERDIGÃO, 1995, p. 203)

Assim, entende-se que realmente a liberdade do Para-si poderá encontrar limites ao longo da construção de seu projeto, inclusive nos projetos livres de outros – anteriormente expressou-se que a liberdade só encontrará limites nela mesma – porém, por mais que as ações desse ser-para-si sejam delimitadas por esses agentes factícios, a sua liberdade de ação não deixará de ser particular, própria e livre, nascemos gordos ou magros, baixos ou altos, brancos ou negros, ricos ou pobres, burgueses ou operários, mas cabe somente a esses projetos particulares viverem as facticidades primárias que lhes foram herdadas, darem sentidos, objetivar os fins que almeja realizar, ainda que isso signifique submeter-se a realizar fins dos outros para saciar as suas próprias necessidades<sup>20</sup>; “cada indivíduo organiza um campo particular de ação, por mais restrito que seja” (PERDIGÃO, 1995, p. 204).

## 2.7 O PAPEL DAS RUGOSIDADES NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Quando se discutiu sobre a liberdade de ação dos indivíduos, constatou-se que para essa liberdade, de fato, ser acionada, o sujeito precisa estar em situação, precisa iluminar o mundo material e pôr questões sob seres *em-si* para interpretá-los como opositores ou facilitadores de seu projeto. Esse mundo material é o próprio mundo da Inércia-Dinâmica, ou ainda, o próprio espaço geográfico, a liberdade não poderia ser colocada a prova em um vácuo espacial, mas sim em um espaço já constituído por coisas anteriores a existência do ser-para-si, o espaço geográfico já construído anteriormente ao projeto presente é, por tanto, uma condição essencial para que a ação livre dos sujeitos vise algo a superar.

---

20 Em *Questão de Método* Sartre fala sobre como o ser humano pode se libertar da alienação de seu projeto, ele diz: “[...] Para que os homens dela se libertem e para que seu trabalho se torne a pura objetivação de si mesmos, não é suficiente “que a consciência se pense a si mesma”, são necessários o trabalho *material* e a práxis revolucionária [...] a prioridade da ação sobre o *saber*.” (SARTRE, 1987, p. 117, grifos do autor), isto é, o conhecimento em sua forma produzida e vivida.

Porém, essa ação, ou mais precisamente, esse conjunto de ações, não podem ser aqueles conjuntos comuns da Inércia-Dinâmica, conjugados de uma forma falsa, alienante, enganadora e com finalidades imprevisíveis; mas sim, um conjunto de ações unidas e fortalecidas, fruto da união dos projetos dos seres humanos que objetivam uma finalidade comum e satisfatória a todos, essa união tem sua gênese no próprio campo material da Inércia-Dinâmica.

O trabalho dos sujeitos unidos é o meio pelo qual esse campo de facticidades poderá ser superado, para isso, os projetos precisam visualizar uns aos outros como iguais, semelhantes, aliados que estiveram uma vez alienados à matéria e as condições impostas a eles, isto é, passivos às contra finalidades da matéria trabalhada por outrem.

Nesse contexto, retoma-se aos conceitos trabalhados por Santos em obras como *A Natureza do Espaço* e *Por uma Geografia Nova*, para o autor a ação humana no mundo da Inércia-Dinâmica depende tanto do trabalho vivo e dos tempos presentes quanto do trabalho morto, realizado por outros seres em um tempo passado. Santos (2006, p.140) explica que as divisões sociais e territoriais do trabalho na contemporaneidade se devem as suas divisões antepassadas, ou seja:

O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada, mas também a densidade ou a distribuição da população, participam dessa categoria de prático-inerte, a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas.

Portanto, nem sempre o que se foi herdado manifesta-se de maneira visualmente percebida e inicialmente clara, em muitas vezes, na paisagem, as formas que a compõem encontram-se presentes não somente em estrutura material, palpável e concreta, mas também nos próprios rearranjos abstratos que a constituem e que mutualmente estão na categoria da inércia-dinâmica, ou seja, nas palavras de Santos: “O que na paisagem atual, representa um tempo passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento” (SANTOS, 2006, p. 140).

Assim, tanto os objetos materiais – rodovias, ferrovias, pontes, praças, prédios, indústrias, máquinas, túneis, cidades e campos, entre outros – quanto as ações, as práticas e o trabalho que os constituíram, são auxílios ao geógrafo

na apreensão de seu objeto de estudo pois, são testemunhos de tempos que já se passaram, de momentos da história humana e das técnicas desenvolvidas por essa humanidade.

O espaço geográfico, é entendido como uma totalidade-totalizante, está sempre por se fazer e por conta disso possui tanto formas de uma totalidade passada como formas de sua totalidade atual, os vestígios característicos desse processo de totalização, Santos (2012) chamará de *rugosidades*, que possuem estritas relações com o mundo prático-inerte apresentado por Sartre (2002). As *rugosidades* do espaço podem ser entendidas como:

o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados. (SANTOS, 2012, p. 173)

Com isso, compreende-se o espaço geográfico, a inércia-dinâmica, como um facilitador e não opositor na realização de novas ações e práticas pelo ser para-si. Esse espaço, apesar de fornecer as condições ideais às relações de reciprocidade negativa entre os sujeitos, provê, também, as condições e os meios que esses seres podem utilizar para superarem os constrangimentos da inércia-dinâmica a seus projetos e cultivarem uma reciprocidade positivas uns com os outros. É testemunho de uma totalidade do mundo, dos momentos, das técnicas empregadas, dos conhecimentos, dos erros e acertos da humanidade em sua relação com o ambiente transformado.

As rugosidades passam a ter caráter de extrema importância para o entendimento de como essas manifestações ocorreram, por serem, elas mesmas, “coisas fixadas na paisagem criada” (SANTOS, 2012, p. 173) nesses momentos únicos.

Pegando à exemplo o sistema capitalista, os meios de produção resultantes de suas fases são necessários para entender o seu modo de produção e os seus momentos ao longo dessa totalização pois, no modo de produção seus processos se dissolvem entre as transições de suas fases e somente o espaço permanece como prova desses fatos, dessa forma, para Santos:

Ele testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto outros criam novas formas para se inserir dentro delas. (2012, p. 173, grifos do autor)

O ser humano – particularmente e em sociedade – trabalha sob esse legado que lhe foi deixado por gerações antepassadas, esse ser consciente é quem irá adaptar técnicas e processos para exercer a sua práxis em cima desse espaço herdado, ou ainda criar novas formas para relacionar-se objetivamente e positivamente com este.

As *rugosidades* são os meios pelos quais esse ser-para-si entende e apreende a matéria trabalhada anteriormente a sua existência, a divisão social do trabalho internacional representada em um determinado lugar – territorialmente – e os cotidianos nesse lugar, ou seja, as *rugosidades* então, “vistas individualmente ou nos seus padrões, revelam combinações que eram as únicas possíveis em tempo e lugar dados” (SANTOS, 2006, p. 141); o trabalho cristalizado e inerte influencia nas ações e *práxis* ativas e vivas que deverão ser realizadas por esse projeto e que perpetuam a formação social – em tempo e espaço – a qual faz parte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o estudo do espaço geográfico pode, de fato, partir de sua análise e interpretação indissociável como proposta por Santos. Tanto as aparências quanto as essências desse objeto, o espaço geográfico, são necessárias ao seu estudo e apreensão. Dessa maneira, as formas-conteúdo, as *rugosidades*, os equipamentos e os objetos traduzem, ainda que de forma não imediata, as relações existentes entre os sujeitos de uma sociedade e o conjunto de ações que esses seres *para-si* realizam no espaço geográfico que está inserido, totalizando-o e “*re-totalizando-o*” em um incessante processo de totalização.

Dessa forma, entender o espaço geográfico a partir da teoria *miltoniana* e do existencialismo sartreano, é entendê-lo como uma mútua dependência entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, isto é, o ser humano necessita e reclama os objetos que se encontram no mundo para suprir as suas carências, tornar sua ação engajada e livre, concomitantemente, esses objetos se impõem para que os seres humanos se ponham em situação à eles, para se tornarem animados e significantes, e assim, constituírem, de fato, o geográfico do espaço.

Nesse sentido de hibridização espacial, facticidades como a escassez da matéria resultam, diretamente e indiretamente, na pluralidade de ações humanas desconexas e egoístas, tornando os projetos existenciais dos seres humanos alienados e limitados, passíveis ao controle da matéria que antes era efetivamente trabalhada e reconhecível à sua consciência, mas que passa a lhe ser totalmente estranha e desinteressante pois é resultado dos objetivos de outros projetos, ou ainda dos agentes hegemônicos que se apropriam do espaço e nele (re) produzem formas de acordo com seus ritmos e ambições, exigindo alterações socioespaciais das dinâmicas cotidianas de um lugar.

# REFERÊNCIAS

ALMADA, José Alexandre Berto de. Espaço Geográfico e existencialismo: leitura de Sartre em Milton Santos. **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 3, n. 2, 2013.

DANTAS, Aldo. Geografia e Epistemologia do sul na obra de Milton Santos. **Revista Mercator**. Fortaleza, v. 13, n. 03. set/dez 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mercator/v13n3/1676-8329-mercator-13-03-0049.pdf>.

GEORGE, Pierre. Problemas, doutrina e Método. GEORGE, Pierre *et al.* **A Geografia Ativa**. 2. ed: São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, p.7-42

LEFEBVRE, Henri. **The Produtcion of Space**. Blackwell: Londres, 2007.

LOPES, Gleicy Kelly de Moraes. **A existência como absurdo em Sartre**. Monografia (Graduação em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciência Sociais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró, 2020.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Paopular, 2008.

MOUTINHO, Luiz Damon Santos. **Sartre**: existencialismo e liberdade. São Paulo: Moderna, 1995.

PERDIGÃO, Paulo. **Existência e liberdade**: uma introdução à filosofia de Sartre. Porto Alegre: L&PM, 1995.

SANTIAGO, Silvana Maria. **Absurdidade, liberdade e formação humana em Sartre**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **A totalidade do diabo**: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. São Paulo, Contexto-HUCITEC, 1977.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. 6. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1993.

# ESPAÇO CIDADE E TURISMO



a produção geográfica do Laboratório  
de Geografia Humana da Universidade  
do Estado do Rio Grande do Norte

## A CIDADE

# 03

**ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO URBANA:  
CIDADES MÉDIAS, FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL,  
REESTRUTURAÇÃO E RUGOSIDADES**

**Pedro Antônio Marques Firmino  
José Alexandre Berto de Almada**

## **ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO URBANA: CIDADES MÉDIAS, FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL, REESTRUTURAÇÃO E RUGOSIDADES**

Pedro Antônio Marques Firmino  
José Alexandre Berto de Almada

### **3.1 INTRODUÇÃO**

O conceito de espaço geográfico para Santos (2006), parte da premissa de entendê-lo como conjuntos de sistemas de ações e conjuntos de sistemas de objetos indissociáveis, isto é, híbridos (SANTOS, 2006). O ser humano está sempre construindo e produzindo objetos que constituem o espaço geográfico ou ainda o seu próprio lugar. A sua práxis – ação – é imprescindível para que de fato exista um espaço geográfico e essas mesmas ações materializam e promovem dinamicidade nos objetos idealizados por seu consciente. Os objetos formados por suas ações são essenciais para a formação de outros objetos, incorporando novas técnicas e funções a estes. Em síntese, o mundo necessita do sujeito como agente formador e modificador, através de suas ações, do espaço geográfico e essas ações necessitam dos objetos e do substrato espacial material para serem realizadas.

Os processos de expansão urbana e produção espacial são exemplos da relação entre os sujeitos – aqui traduzidos como ser-social, instituições, empresas, o próprio Estado etc. – com o espaço circundante à qual pertence, como por exemplo, as cidades médias brasileiras que se destacam não só em escala nacional, regional e local, mas também como fruto do momento atual de globalização, definidas pelas condições de mercado, de políticas públicas e sociais, que estas cidades oferecem aos agentes capitalistas nos setores da economia e à atuação desses agentes de poder e de suas consequentes manifestações socioespaciais.

As mesmas então, passaram a “atrair para si novas atividades, mercados de consumo e de trabalho, o que provocou em si própria um dinamismo cada vez mais atrativo.” (BESERRA, 2017, p. 72). A produção do espaço geográfico, por agentes hegemônicos do comércio e da prestação de serviços, nas malhas urbanas da cidade média, reivindica mudanças e ressignificações capazes de sustentar e apoiar os novos eventos que surgem no lugar (BESERRA, 2017). Tais mudanças se

expressam tanto materialmente nas paisagens urbanas, através da construção de vias e avenidas, viadutos e pontes, novos estabelecimentos e lojas, novas formas de habitação etc., como também, expressam-se de forma simbólica e inicialmente imaterial, nas possibilidades de ações acionadas pelos cidadãos e em suas práticas espaciais, manifestadas no cotidiano dos diferentes grupos, classes e sujeitos da cidade.

Dessa forma, a ocorrência de novos eventos na cidade resulta em uma reorganização do espaço e ressignificação das práticas espaciais possíveis de serem acionadas, porém, a reivindicação do novo polo de atração por agentes hegemônicos da produção capitalista do espaço, tem por consequência a segregação socioespacial de parcelas significativas da sociedade, além de gerar diferenciação espacial por sua alta valorização em relação a outros espaços da cidade, o que implica, paralelamente, a um processo de autosegregação daqueles que podem realizar o uso, efetivo, dos “novos” elementos do território.

Neste sentido o presente texto tem o objetivo de apresentar alguns elementos teóricos para compreender a urbanização a partir da discussão os fenômenos da cidade média, da fragmentação socioespacial, reestruturação urbana e rugosidades, tendo como base epistêmica o diálogo entre a geografia de Milton Santos (1977, 1993, 1999, 2006, 2012) e Carlos (2007), Harvey (2005; 2007), Lencione (2017), Soja (1993) e Spósito e Góes (2013).

### **3.2 A CIDADE MÉDIA SOB À ÉGIDE DA LÓGICA FRAGMENTÁRIA**

No Brasil, o marco da expansão urbana foi entre 1940 e 1980, segundo Santos (1993), é entre essas décadas que ocorreu a “inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira” (SANTOS, 1993, p. 29), principalmente na década de 1970, o movimento de contingente populacional conhecido por “êxodo rural” incrementou nas cidades cerca de cinquenta milhões de novos habitantes (SANTOS, 1993), o que resultou em um aumento de residências no espaço urbano e, conseqüentemente, em uma expansão das cidades.

Essa crescente produção do espaço, que acarreta na expansão da malha urbana, se dá, através do que Santos (1993) denominou de “meio técnico-científico-informacional”, ou seja, “[...] o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo da ciência, de técni-

cas e de informação” (SANTOS, 1993, p. 35), as cidades então, passam a ter suas configurações territoriais alteradas, onde novos objetos urbanos, novas formas e estruturas relacionadas a essa tríade que sustenta o fenômeno global, são incorporadas e passam a definir não somente como o território será produzido, remodelado e configurado, mas também, como os usos e as práticas espaciais dentro desse território e em relação à ele, irão ocorrer.

Essas transformações materiais e imateriais, são evidenciadas em maiores proporções, inicialmente, nas grandes metrópoles nacionais, à exemplo de São Paulo-SP, onde os fatores de atração necessários aos investimentos capitalistas, acabam sendo maiores e conseqüentemente, a oferta de prestação de serviços e a dinâmica comercial acabam tendo maiores expressões nas mutações da configuração territorial da cidade e nas práticas espaciais dos cidadãos (SANTOS, 1993).

Ainda assim, as cidades médias brasileiras vêm expressando aspectos materiais e imateriais de novas formas de consumo, comércio e lógicas do mercado imobiliário, que ao atingirem a cidade média reproduzem, sob uma lógica globalizante, as formas e os conteúdos dessas grandes metrópoles nacionais e até mesmo internacionais (SPOSITO; GOÉS, 2013).

É entre os anos 1980 e 2000 que ocorre o aumento de contingentes populacionais referentes a uma classe média, nas cidades médias (SANTOS, 1993), o meio técnico-científico-informacional requisita uma mão-de-obra cada vez mais especializada, capaz de garantir, sob a sustentação do Estado e do mercado privado, a sua perpetuação e efetiva realização nestas cidades.

Universidades, centros de pesquisa, tecnopolos, estabelecimentos de comércio especializado, novas ofertas de serviços e consumo e novas estruturas de redes de comunicações passam a incorporar o movimento totalizante das cidades médias brasileiras, que “[...] ao lado das metrópoles, representam os espaços de maior complexidade na rede urbana” (SOUSA, 2016, p. 56).

Corrêa (2007) discorre sobre as cidades médias, definindo-as como “[...] um tipo de cidade caracterizado por uma particular combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intraurbano” (2007, p. 25), isto é, enfatiza a importância de que as cidades médias têm sua relevância na dinâmica urbana local, regional, nacional e global, exercida, não somente, por suas características quantitativas do ponto de vista demográfico, ou ainda pela exten-

são territorial que ocupa, mas também, nos elementos funcionais, nos fluxos e nos conteúdos que apoiam o meio técnico-científico-informacional, a industrialização moderna, as práticas espaciais contemporâneas, as novas lógicas-fragmentárias de reorganização do espaço urbano, bem como as novas formas de consumir esse espaço.

Dessa forma, para Corrêa (2007), estudos que envolvem a cidade média como espaço geográfico de análises e interpretações, não devem centrar somente nos aspectos quantitativos desse espaço, mas também, nos elementos qualitativos que são condições e produtos dessa complexidade urbana. De mesmo modo, entende-se que as cidades médias brasileiras, passam por intensas transformações devido a essa força de atração exercida por estas, atração que abrange tanto o contingente populacional, sobretudo a partir dos anos 1970, quanto investimentos advindos da ação do capital contemporâneo, atraídos para essas cidades, principalmente, por fatores econômicos – ascensão da classe média nessas cidades – e isenções e incentivos fiscais, que resultam em uma competitividade que não se restringem, apenas, às dimensões intraurbanas mas, concomitantemente, entre diferentes cidades médias brasileiras, incentivando uma verdadeira “guerra fiscal” dos lugares (SANTOS, 1999).

Assim, novos eventos, novas formas de moradia, novas práticas de lazer e de consumo são incorporadas e reproduzidas na cidade média, que busca imitar e acompanhar o estilo de vida das grandes metrópoles, suas práticas espaciais e suas estruturas modernas e atrativas. Porém, as áreas, lugares, bairros, espaços intraurbanos da cidade média não são atingidos de forma equitativa e dispersa, mas sim, sob uma lógica centrípeta-concentrada, seletiva, excludente, hierarquizada e fragmentária.

A cidade média contemporânea, sobretudo no final do século XX e início do século XXI, passa então a apresentar uma complexidade em sua rede urbana que requisita novos instrumentos analíticos para entender e apreender o espaço geográfico e suas dinâmicas socioespaciais.

Nesse contexto, os estudos sobre a fragmentação socioespacial passaram a se interessarem pela dinâmica urbana-geográfica das cidades médias que “apresentam sinais bastante eloquentes de que a fragmentação socioespacial já se tornou um processo que as incorporou” (TEIXEIRA; SILVA; PEREIRA, 2022, p. 3), ou

seja, os processos de urbanização nestas cidades começaram a ser identificados como uma lógica socioespacial fragmentária, isto ocorre na valorização de áreas em consequência de outras, o que gera diferenciações espaciais intensas, na autoss segregação socioespacial realizada pelas parcelas socialmente elitizadas dessas cidades, que optam por se afastarem dos outros e ao mesmo tempo são amparadas por ações do Estado, usufruindo tanto do público quanto do privado.

A cidade então, torna-se fragmentada pelas suas diferentes áreas e espaços, homogeneizada nos espaços intraurbanos, através dos usos territoriais e das práticas espaciais e hierarquizada, por haver elitização em quem, quando, onde e como exerce o direito à cidade.

### **3.3 A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM MOVIMENTO TOTALIZANTE**

A filosofia sartreana influenciou grande parte dos estudos de Milton Santos, os conceitos de Totalidade e Totalização, por exemplo, foram discutidos, ainda como noções, na construção conceitual da dialética do espaço geográfico, proposta por Santos (2006).

Nos livros *Questão de método* e *Crítica da Razão Dialética*, o filósofo Jean-Paul Sartre, compartilha a compreensão de que o espaço-mundo, campo de matérias e objetos e os sujeitos que nele se encontram e o definem como mundo são projetos inconclusos, isto é, em constante movimento e, também, interdependentes, assim, totalidades em movimento.

Santos (2006), entende o espaço geográfico como um projeto em constante movimento de produção, ou seja, uma totalidade que está sempre por se fazer, nunca acabada e consolidada, sempre dinâmica. Dessa forma, “é toda totalidade incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se. Não é isso mesmo o que vemos na cidade, no campo ou em qualquer outro recorte geográfico?” (SANTOS, 2006, p. 119).

Entendendo a cidade enquanto um subespaço que passa por constantes mudanças e transformações, apresenta-se dentro dessa totalidade-totalizante momentos, lugares, eventos e formas, que são testemunhos de sua história e de sua produção socioespacial.

Desse modo, esses espaços, lugares, territórios, eventos, formas e conteúdos, representam impactos e expressões sociais, espaciais, ambientais, políticas etc., vivenciadas ao longo de sua formação e que se manifestam tanto de forma material e palpável – a configuração territorial, os objetos, os aparelhos urbanos etc. – quanto de forma abstrata e imaterial – a técnica, os usos e práticas, o simbólico, a idealização sobre um objeto, leis, normas, costumes e diretrizes etc. Ou seja, no espaço geográfico se encontram tanto os produtos de uma práxis viva e ativa quanto de práxis morta e cristalizada, vestígios de um momento da Totalidade-cidadina.

Ainda que a influência da filosofia Sartreana na discussão sobre o espaço, proposta por Santos, possa ser representada por meio do conceito de totalidade, Sartre não foi o primeiro e o único a tratar desse conceito com cuidado e sob uma devida atenção, Lefebvre (1955) já o fizera ao apresentar duas concepções sobre a totalidade, sendo a primeira como uma totalidade fechada e a segunda como uma totalidade aberta, onde essa última se assimila à concepção de Sartre (1987), e que corroborou com a discussão da dialética do espaço na epistemologia de Santos (2006). Assim, utilizando-se da explicação de Lencioni (2017), acerca da concepção de Lefebvre sobre a totalidade, entende-se que:

Na segunda forma de compreensão, a totalidade é aberta e em movimento, incluindo outras totalidades, igualmente abertas e em movimento. Nesse caso, é mais próprio imaginarmos uma figura em espiral, uma vez que ela não constitui uma representação fechada, permitindo representar a ideia de uma totalidade aberta e em relação com outras totalidades, igualmente abertas e em movimento. Essa segunda forma de compreensão assenta-se na lógica dialética, enquanto a primeira, na lógica formal. (LENCIONI, 2017, p. 13)

O conceito de totalidade foi para Lefebvre uma das principais bases para sua discussão precoce acerca da urbanização planetária, sobretudo na década de 1970 no século XX, entender que o planeta Terra é uma totalidade inacabada e em movimento infinito, constituído por outras totalidades em movimento de totalização e que se relacionam mutualmente entre si, é crucial para apreender a gênese da discussão Lefebvreana de que as interdependências e interrelações, mediadas por agentes da produção capitalista do espaço, entre as totalidades abertas acarretam em replicações, reestruturações e em uma reprodução do urbano de forma mundializada e generalizada, isto é, o princípio, teoriza Lencioni (2017) a partir

de Lefebvre, de que se instaura um “desenvolvimento de uma urbanização completa da sociedade, que naquela década apenas se anunciava e que hoje encontra-se plenamente realizada” (LENCIONI, 2017, p. 15).

Sendo a cidade uma totalidade em movimento, no atual momento em que se encontra o período técnico-científico-informacional, a urbanização, sobretudo a brasileira, encontra-se diretamente imersas em processos de fragmentação socioespacial. Santos (1990) ao estudar o processo de urbanização da cidade de São Paulo, introduziu ao vocabulário da geografia urbana brasileira a noção de fragmentação, ao descrever o fenômeno de que a periferia da metrópole se fragmentava pela imobilidade urbana dos mais pobres, em lhes impunha a autossegração pelas distâncias proibitivas de suas moradias em relação ao centro econômico da metrópole.

Spósito e Góes (2013) indicam que o fenômeno da fragmentação se inicia primeiro nas grandes cidades e a partir dos anos 2000 passa a ocorrer nas cidades médias, tendo como principal expoente, mas a ele não se restringindo, a autossegração espacial dos mais ricos e a segregação socioespacial dos mais pobres.

Destaca-se ainda que o processo de fragmentação socioespacial, composto pelos elementos de segregação, autossegração, exclusão e diferenciação adjetivados como urbanos, espaciais e socioespaciais (SPÓSITO;SPÓSITO, 2020), que refuncionaliza e reestrutura a lógica urbana das metrópoles, cidades médias e cidades pequenas do Brasil, a partir das práticas espaciais de cidadãos, tendo como principal expressão socioespacial dessa fragmentação da tessitura urbana os condomínios horizontais murados, ou cidades muradas Spósito e Góes (2013).

Para Gomes (2002, p.191) “as práticas sociais não são independentes de uma certa organização espacial [...]”, no qual apoia a sua argumentação a partir do conceito de espaço geográfico elaborado por Milton Santos (2012a) na obra *A Natureza do Espaço*, no qual define como característica central deste conceito enquanto uma relação indissociável entre um sistema de objetos e um sistema de ações, ou seja, “Ele é composto do dialético mantido entre a disposição física das coisas e as ações ou práticas sociais que aí têm lugar.” (GOMES, 2002, p.171).

As práticas espaciais de um tipo específico de cidadão, composto principalmente por alguns segmentos da classe média brasileira (GOMES, 2002); tensionam no espaço geográfico da cidade a sua fragmentação a partir de uma lógica

que produz o espaço urbano ambientes de moradias cada vez mais homogêneos e isolados, condomínios exclusivos, murados e vigiados, distantes do antigo centro, que procuram “[...] reproduzir todos os equipamentos urbanos possíveis” (GOMES, 2002, p.186).

As cidades que passam pelo processo de fragmentação socioespacial pela proliferação de condomínios horizontais, murados e vigiados, nomeado por Gomes (2002) de arremedo de cidade ou de ilhas utópicas, onde ocorrem simulacros de cidadania, “[...] é o padrão monetário que determina a possibilidade de ingresso” (GOMES, 2002, p.187), ou seja, ocorre um processo de transformação dos sujeitos, pois “[...] teriam passado de cidadãos que reclamam direitos a consumidores que demandam produtos e serviços personalizados e individualizados, como apenas o mercado (e suas empresas) é capaz de oferecer, porque incompatíveis com o caráter universal dos direitos” (SPÓSITO; GOÉS, 2013, p.277-278).

A fragmentação sócioespacial, conforme destacaram Spósito e Spósito (2020, p.11) pode ser abordada a partir de quatro recortes analíticos “a) centro, centralidade e mobilidade; b) cotidiano e práticas espaciais; c) espaços públicos; d) produção e consumo da cidade”. Entre esses destaca-se a questão dos espaços públicos, que na perspectiva dos autores esse recorte é orientado pelo objetivo de compreender os desdobramentos da lógica fragmentária sobre o par espaço público-espço privado.

A interpenetração entre esse par dialético que estrutura a lógica socioespacial fragmentária das cidades contemporâneas do Brasil, no qual pode ser “[...] concebida como fragmentada, como soma de parcelas mais ou menos independentes, havendo uma multiplicação de espaços que são comuns, mas não públicos” (GOMES, 2002, p.174), cujo processo, conforme destacado neste edital de bolsa de pós-doutorado, “[...] origem na ação de cidadãos de maiores ingressos, seja como consumidores dos novos produtos do mercado imobiliário, seja como habitantes da cidade que orientam suas práticas espaciais cotidianas no trabalho, no consumo e nos lazeres” (FAPESP;GASPERR, 2022, p.4).

Esse no qual resulta, principalmente nas cidades médias, em uma configuração territorial que materializa condomínios horizontais murados, distantes dos centros antigos, que negam a sociabilidade do espaço público, do encontro com o diferente, em pró de uma homogeneização fragmentária, no qual os espa-

ços públicos são frequentado pelas práticas espaciais dos mais pobres, conforme identificado por Spósito e Goés (2016, p.64) no calçadão de Presidente Prudente, São Paulo, onde as “[...]classes populares, fazem do calçadão e dos seus espaços contíguos, espaços praticados como públicos, porque pautados no livre acesso, na sua abertura”, em contraponto aos espaços privados de acesso e uso coletivo, como os shopping centers, que em tese é de acesso público, mas possui barreiras simbólicas ou mesmo físicas, que impedem dos mais pobres acessarem estes espaços, como o ocorrido em dezembro de 2021, quando um jovem de 17 anos, em situação de rua, foi retirado pelos seguranças do shopping Midway Mall, em Natal, Rio Grande do Norte, (TRIBUNA NO NORTE, 2022), pois, apesar do acesso ao estabelecimento ser público, nem todo os públicos são permitidos, principalmente aqueles que destoam da utopia elitista dos muros fechados dos condomínios como os da AlphaVille.

Neste sentido, a fragmentação socioespacial para as grandes e médias cidades é a atual expressão material e imaterial do capitalismo urbano, reestruturando o tecido urbano, que assume a forma de uma colcha de retalhos, que guardam entre si a semelhança de estar presente no mesmo território municipal, porém, as práticas espaciais do cotidiano e as formas-conteúdos urbanos segregam os mais pobres e enquanto os mais ricos se autossegregam em simulacros utópicos urbanos, que são os condomínios fechados, tendo em uma mesma cidade várias cidades, a primeira, convivendo com a miséria do subdesenvolvimento, a segunda, com a utopia dos países desenvolvidos.

### **3.4 REESTRUTURAÇÃO URBANA NA CIDADE FRAGMENTADA**

Paralelo à concepção de uma urbanização planetária, Henri Lefebvre, ainda na década de 1970, também propõe a partir de projeções advindas dos estudos urbanos, uma dinâmica contraditória de “implosão-explosão” da cidade, ou seja, uma consequência da atomização de atividades, práticas espaciais, possibilidades de ações, riquezas, aparelhos e objetos urbanos, ligados à urbanização, de forma homogênea e generalizada ao mesmo tempo que fragmentária, dispersa, descontínua e explodida na cidade, no regional, no nacional e no mundial (BRENNER, 2018). Essa crescente urbanização concentrada e simultaneamente estendida se dá principalmente a partir do processo de reestruturação urbana que à acompanha, e este:

Em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural. (SOJA, 1993, p. 171)

Dessa forma, a reestruturação é somente racional no sentido da acumulação e reprodução do capital por aqueles que à forçam e lhe regem; pensada para a obtenção de lucros do capital ainda que seus resultados não possam ser inteiramente previstos e predeterminados. Seu agir socialmente e espacialmente é, repetidamente, desorganizado, fragmentário, desconfortável e incoerente, apesar de constantemente entronizado pela sociedade.

Com isso, ela pode ser impedida de acontecer, porém as tentativas sobretudo dos agentes do capital internacionalizado é fazer dela um processo inevitável, impossível de se combater e automático (SOJA, 1993); em verdade é que, dentre toda a complexidade que permeia a apreensão sobre a reestruturação urbana, a principal concordância diz respeito ao seu surgimento e ressurgimento como processo contemporâneo em momentos de declínio dos eventos e das fases do modo de produção capitalista ou, em melhores palavras, em suas crises.

Desse modo, é a reestruturação urbana contemporânea um resultado do próprio capitalismo em sua fase atual, e essa reestruturação visa atender as demandas e as necessidades de seus agentes hegemônicos e das elites sociais e não as do ser-social comum hegemônico, com isso, segundo Brenner (2018, p. 106) “o espaço está sempre sendo produzido e transformado sob o capitalismo; ele nunca é uma realidade fixa, estática ou preestabelecida”. E nesse espaço:

Ele se empenha e negocia, cria e destrói, sem jamais ser inteiramente capaz de se decidir. O capital é visto como uma coreografia bifacial da crônica interação entre tempo e espaço, história e geografia, primeiro tentando aniquilar, com a eficiência temporal, a intransigente física social do espaço, apenas para dar meia-volta outra vez e comprar, da própria espacialidade que ele procura transcender, o tempo para sobreviver. Essa tensionante ambivalência esboça-se por toda parte, organizando as formas materiais e as configurações da paisagem numa dança oximórica de criatividade

destrutiva. Nada é completamente determinado, mas o enredo está estabelecido, os personagens principais, claramente definidos, e o tom da narrativa, inabalavelmente afirmado. (SOJA, 1993, p. 169-170)

A leitura de Soja (1993) sobre a reestruturação da paisagem urbana pode se associar aos estudos de Harvey (2005; 2007) acerca da ação do capital e de como este produz e se reproduz no espaço geográfico na contemporaneidade e sob múltiplas escalas – incluindo as cidades médias.

Na cidade, por exemplo, tanto as formas produzidas atuais quanto aquelas herdadas às quais os agentes optam por destruir ou readaptar, transformam o espaço geográfico do lugar, influenciando em possíveis mudanças nas práticas socioespaciais que se manifestam no cotidiano dele. Dessa forma, em um primeiro momento instrumentos, instituições e investimentos locais – internos à cidade – se beneficiam das “novidades” reaplicadas através de uma reestruturação urbana vigente no espaço geográfico, onde os atores de prestações de serviços e zeladores locais se validam esporadicamente desses novos eventos no lugar (BRENNER, 2018) sob uma falsa e ilusória sensação de participação efetiva e lucrativa nos grandes investimentos desse capital externo e muitas vezes especulativo, de risco.

Brenner (2018) é ainda mais preciso e enfático em sua explicação sobre como a falsa sensação de participação lucrativa, dos agentes e mecanismos internos, é instaurada e rapidamente arrancada pelos agentes externos maiores e potencialmente mais fortes da produção capitalista. Embora extensa a citação é, para a construção teórica, pertinente:

Nessas áreas experimentais do urbanismo, a tendência global predominante continua a apontá-lo para os interesses das “máquinas de crescimento” – interesses frequentemente vinculados a investimentos especulativos e predatórios dos recursos financeiros globais de mercados – de modo a colher as principais recompensas financeiras derivadas daí. Por conseguinte, essas iniciativas do início do século XXI em prol da construção de um “bem comum urbano” também produzem reiteradamente o efeito oposto: a produção de uma cidade em que as classes dominantes continuam a reforçar seu controle rígido da produção e da apropriação do espaço urbano. Por mais socialmente vibrantes e esteticamente atraentes esses tipos de urbanismos chegam a ser, por outro, muitas das vezes, não oferecem mais do que um vislumbre fugaz do que seria o modelo de urbanismo genuinamente democrático e socialmente igualitário impedido de se ampliar numa escala maior, urbana ou metropolitana.

na, pelas forças político-institucionais e coalizações que geralmente os levam a se circunscreverem a uma escala menor. (BRENNER, 2018, p. 196-197)

A problemática principal que recai na explicação de Brenner (2018) se dá justamente no “vislumbre” raso do que poderia vir a ser um planejamento urbano democrático e consequentemente uma cidade para todos por direito, entretanto, ocorre que os sujeitos, de diferentes classes, se conformam com os atrativos até então inéditos no lugar, são os Shoppings centers, os grandes hipermercados, os “novos” mall’s, os condomínios de luxo verticais e horizontais, grandes residenciais e aglomerados de “ilhas utópicas”, são as formas inéditas somente no lugar mas replicadas e reproduzidas no espaço e na configuração territorial do mesmo devido a sua predisposição, quantitativa e qualitativa, em abraçar e entronizar o que é de fora, das metrópoles e das grandes cidades ditas “globais” e mais especificamente de uma cultura ocidental (estadunidense e europeia) consumista e massificada.

### **3.5 ELEMENTOS PARA APREENDER A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL**

Destarte, a investigação sobre a produção espacial de um lugar pode partir de uma análise sobre os testemunhos e aparências que o espaço geográfico desse lugar apresenta, por exemplo, em relação as formas-conteúdo a ideia de rugosidades, discutida por Santos (2006; 2012) que se traduz como os elementos factícios que foram herdados pelas sociedades atuais e que suas formações independem da mesma, pois, foram idealizados, produzidos e acabados por gerações anteriores, isto é, por pessoas de um passado à sua existência. Em suma, as rugosidades são as formas que ainda permanecem no espaço, na paisagem, de um momento e evento do lugar e que contam a história do mesmo, mas é preciso sempre reconstruir essa história, “para incorporar novas realidades e novas ideias ou, em outras palavras, para levarmos em conta o Tempo que passa e tudo muda” (SANTOS, 1994, p. 4).

Na cidade, tanto as formas produzidas atuais quanto aquelas herdadas às quais o ser humano preenche de novas técnicas e conteúdos, transformam o espaço geográfico do lugar, influenciando em possíveis mudanças no/do cotidiano dele. Essas formas-conteúdo se tornam, influentemente, mais fortes quando regidas pelo capital privado isolado ou ainda amparadas pelo poder público, acontece

que “através da ação sobre as formas[...] o planejamento urbano constitui muitas vezes meramente uma fachada científica para operações capitalistas.” (SANTOS, 1977, p. 35).

Para Santos (2006), a concepção de eventos pode ser entendida como uma categoria presente na geografia capaz de auxiliar nos estudos do espaço geográfico. Os eventos podem ser compreendidos como representações das ações que os sujeitos realizam, estes não aparecem espacialmente, apenas de forma concreta e materializada, mas também nas técnicas incorporadas, nos modos de produção e no trabalho idealizado e planejado em antecedência à sua realização/produção.

O shopping, como um elemento inicial do evento/momento, através de sua (re)organização espacial em uma rua, provoca mudanças significantes nos arranjos urbanos daquele lugar, “pois o evento é uma brutalidade eficaz[...] e a cada novo acontecer as coisas preexistentes mudam o seu conteúdo e também mudam sua significação” (SANTOS, 2006, p. 146).

Dessa forma, não há somente metamorfoses e ressignificações na paisagem urbana da rua/avenida, mas também, mudanças nas práticas espaciais e cotidianas que os sujeitos realizam naquele lugar, como atores principais, coadjuvantes, subordinados e/ou subordinadores, “ora como vítima, ora como figura intransigente e subversiva” (CARLOS, 2007, p. 51).

Com isso, entende-se que os eventos ocorrentes na rua, ou ainda na cidade média, não se apresentam de forma isolada e dispersiva, pelo contrário, todos aparentam terem relações e influências estritas uns com os outros, conectados pela valorização da terra e por suas consequentes “disputas pelas porções deste espaço” (BESERRA, 2017, p. 82).

Estes eventos continuam sendo impulsionados e sucessivos aos eventos preexistentes a eles no lugar – eixo das sucessões – ainda sendo necessários para o entendimento do hoje pelo ontem, ao mesmo tempo ocorrem de forma tão rápida que alguns tornam-se concomitantes na realidade geográfica – eixo das coexistências – (SANTOS, 2006), tornando as velozes metamorfoses urbanas, espaciais, sociais e cotidianas mais evidentes na paisagem, tanto na aparência quanto em sua essência, e com proporções cada vez maiores. Assim, “[...] aparência de uma cidade e o modo como os seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais” (HARVEY, 2007, p. 69).

Esses agentes hegemônicos ditam as práticas, vivências e experiências cotidianas dos sujeitos que fazem uso da rua, em tempo, turnos e horários predefinidos. Ou seja:

[...] Na rua se tornam claras as formas de apropriação do lugar e da cidade, e é aí que afloram as diferenças e as contradições que permeiam a vida cotidiana, bem como as tendências de homogeneização e normatização impostas pelas estratégias do poder que subordina o social. (CARLOS, 2007, p. 51)

Os eventos entendidos como novidades são, em sua maioria, frutos do capital privado que objetiva subverter a ordem cidadã da população, reestruturando práticas espaciais urbanas em que estes passam a ser consumidores de seus produtos e mercadorias, portanto, buscam atrair somente as parcelas responsáveis por seus ganhos lucrativo, excluindo, deste modo, aqueles que não podem se inserir nesta nova lógica socioespacial que fragmenta o tecido urbano. Neste sentido, Carlos (2007) salienta que a rua pode exercer o sentido de segregação social e econômica pois, “[...] elas apontam a hierarquia social através de uma hierarquia espacial – marcada nas formas de uso” (CARLOS, 2007, p. 53). Todas essas influências resultantes da territorialidade e espacialidade elitista do capital de investimento privado ganham resistência quando amparados, também, pelo poder Estatal, fator crucial para a persistência da autossegregação socioespacial, segregação socioespacial e da desigualdade no acesso e uso territorial dos espaços.

Dessa maneira, o uso e a apropriação tanto do shopping, quanto dos condomínios de luxo, das universidades privadas, dos restaurantes, dos bares, das modernas academias etc, refletem o poder de ação na seletividade socioespacial assim como as tentativas de exclusão à parcelas da sociedade que encontram limites em seus usos, seja geograficamente, por sua distância como lugar de trabalho, lazer e entretenimento, ou por outros elementos culturais, econômicos e políticos que hoje constituem as cidades contemporâneas fragmentárias.

Estas, que enquanto lugar para eventos na totalidade do espaço geográfico, possui formas-conteúdo inseridas pelos agentes de produção capitalista referentes ao terceiro setor econômico, e que essas formas “servem ao modo de produção dominante em vez de servir à formação socioeconômica local e às suas necessidades específicas. Trata-se de uma totalidade doente, perversa e prejudicial” (SANTOS, 1977, p. 42).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade urbana é composta por uma multiplicidade de fenômenos, que são a expressão material e imaterial do seu tempo histórico, revelando em cada forma, conteúdo, cotidiano e prática espacial um momento, uma totalidade finalizada. Mas em sendo a cidade uma totalidade em movimento, e a produção do espaço urbano é o meio para absorver o excesso de capital (HARVEY, 2011), a cada momento a cidade passa por processos de reestruturação urbana, impondo a cidade um acúmulo desigual de tempos, expresso materialmente nas diversidades de forma urbanas, que são as rugosidades.

As rugosidades, mais expressivas nas maiores e mais antigas cidades, são uma barreira para absorção do capital urbano excedente, fenômeno que transborda a expansão urbana para além das metrópoles. Neste caminho encontram-se as cidades médias, enquanto lócus do destino capital produtivo urbano.

Entretanto o processo de produção do espaço urbano nas cidades médias no Brasil, a partir dos anos 2000, ocorre a partir da lógica fragmentária, pautado em um modelo de expansão em duas vias. A primeira pautada num seguimento de habitação de alto padrão, focado nas classes médias e altas, marcada pela proliferação de condomínios habitacionais horizontais murados, que buscam reproduzir em seu interior um simulacro urbano, esta é a cidade que se autossegrega.

A segunda, marcado pela construção de conjuntos habitacionais populares em lugares distantes do centro urbano, sem infraestrutura urbana mínima, como escolas, hospitais, comércio, praças e/ou transporte público, esta é a cidade segregada, onde habita a classe trabalhadora. Resultando em uma cidade que os diferentes não se encontram, recortes espaciais homogêneos e uma cidade heterogênea. Neste sentido, estudar a urbanização brasileira na atual conjuntura, sobretudo nas cidades médias, perpassa pelos processos tanto de reestruturação urbana quanto de fragmentação socioespacial.

# REFERÊNCIAS

BESERRA, Fábio Ricardo Silva. **Diferenciação do espaço e transformações urbanas**: expansão da indústria da construção em Mossoró (RN). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2017.

BRENNER, N. **Espaços da Urbanização**: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital, 356 p, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FAPESP; GASPERR. **Projeto temático**: fragmentação socioespacial e urbanização brasileira:escalas,vetores,ritmos,formas e conteúdos (FRAGURB)- Processo de seleção de bolsistas de pós-doutorado. 2022.

GÓES, Eda Maria; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Práticas espaciais, cotidiano e espaço público: o consumo como eixo da análise do calçadão de Presidente Prudente-SP. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 19, p. 39-65, 2016.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A Condição Urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós- moderna**. São Paulo: Loyola, 2007.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LEFEBVRE, Henri. La notion de totalité dans les sciences sociales. **Cahier Internationaux de Sociologie** (Nouvelles Série), D. 18, p.55 7Z 1955. DOI: 40688912.

LENCIONI, Sandra. **Metrópole, metropolização e regionalização**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

TRIBUNA DO NORTE. **Defensoria recomenda tratamento sem distinção por vestimentas ou classe social em shopping de Natal.** 03 de fevereiro de 2022. Disponível em << <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/defensoria-recomenda-tratamento-sem-distina-a-o-por-vestimentas-ou-classe-social-em-shopping-de-natal/531203#:~:text=A%20Defensoria%20P%C3%BAblica%20do%20Rio,suas%20vestimentas%20ou%20classe%20social>>>. Acesso em 18 de abr. 2022.

SANTOS, Milton. **A totalidade do diabo:** como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. São Paulo, Contexto-HUCITEC, 1977.

SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa Fragmentada:** o caso de São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Ed. Hucitec, 157 p, 1993.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo:** Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **Guerra dos lugares.** Folha de São Paulo, 1999. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs08089904.htm> >. Acesso em: 05/12/2022

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova.** 6. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método.** 3. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores).

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUSA, Michele de. **A produção da diferenciação socioespacial em Mossoró-RN.** Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, SP, 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação B.; GÓES, Eda M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação socioespacial. **Mercator**. V. 19, 2020.

TEXEIRA, Vanessa Moura de Lacerda. SILVA, Cleiton Ferreira da. PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. Divisão social do espaço e fragmentação socioespacial em Mossoró/RN/Brasil. **Mercator**, v. 21, p. 1-14, set. 2022.

# ESPAÇO CIDADE E TURISMO



a produção geográfica do Laboratório  
de Geografia Humana da Universidade  
do Estado do Rio Grande do Norte

## A CIDADE

# 04

TERRITÓRIO USADO PELO COMÉRCIO DE VESTUÁRIO  
EM CIDADES PEQUENAS:  
UM OLHAR SOBRE BARAÚNA, RIO GRANDE DO NORTE

Denis Gabriel de Souza  
José Alexandre Berto de Almada

## **TERRITÓRIO USADO PELO COMÉRCIO DE VESTUÁRIO EM CIDADES PEQUENAS: UM OLHAR SOBRE BARAÚNA, RIO GRANDE DO NORTE**

Denis Gabriel de Souza

José Alexandre Berto de Almada

### **4.1 INTRODUÇÃO**

A globalização da cultura e a mundialização da economia, apresentam a sociedade novas formas de realizar transações comerciais, tanto pelo advento de novas tecnologias de pagamento, via integração virtual dos sistemas bancários, quanto pela possibilidade de comercialização de produtos importados a partir da constante diminuição de barreiras alfandegárias.

Nesse sentido, as novas formas do comércio e as modernas (pós-modernas e até hipermodernas) maneiras de consumo apresentam uma variedade de possibilidades para a análise que aparecem como inovações no campo científico, provocando desafios aos pesquisadores que buscam compreender e explicar a realidade. Mediante esse contexto, a temática do Comércio e do Consumo para análise geográfica tem como desafio compreender o papel desta nova rede mundial de comércio desempenha na produção do espaço, principalmente nos espaços urbanos.

O comércio e o consumo, característica marcante neste momento atual, no qual, segundo Pintaudi (2009), para a sociedade contemporânea o consumo “parece” ganhar uma vida própria, tal a centralidade alcançada por esta esfera da produção material da sociedade capitalista, particularmente nas últimas três décadas. Sem autonomizar este momento da produção, consideramos necessário destacá-lo da produção, distribuição e circulação de mercadorias para entendermos como esta subtotalidade se hipertrofia para sustentar a reprodução econômica crítica que se apresenta toda financeirizada. Constata-se uma valorização do próprio valor.

As relações de comércio e de consumo estabelecidas em escala mundial estão presentes nas mais diversas escalas regionais, porém, ao direcionar o olhar

para as pequenas cidades, esta presença oscila, consideravelmente, dependendo das condições proporcionadas pela rede urbana na qual estão inseridas, nesse sentido, as cidades que estão localizadas em centros de aglomeração estão sujeitas a ter seus papéis ampliados e consequentemente um quadro comercial diversificado.

A escala regional das pequenas cidades no Brasil representa o maior quantitativo de espaços urbanos, no qual segundo o IBGE (2020 em seu estudo sobre a Região de Influência das Cidades (REGIC)<sup>21</sup> de 2018, que classifica as pequenas cidades como Centro Locais, com 4.037 centros urbanos deste tipo, representando 82,4% das unidades urbanas analisadas. Estas pequenas cidades representam o último nível hierárquico da rede urbana, no qual, “define-se pelas Cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade” (IBGE, 2020, 13).

O Rio Grande do Norte segue a mesma tendência da concentração de centros urbanos no nível de Centros Locais da urbanização brasileira, porém, com uma concentração percentualmente maior, uma vez que, dos seus 160 centros urbanos, 144 estão classificados como Centros Locais, representando 90% (IBGE, 2020b) da realidade urbana do estado.

Apesar de coabitarem no último nível hierárquico da rede urbana, as pequenas cidades ainda resistem com muitas das características que as tornam peculiares frente a modernização contemporânea. Entre estas cidades, o presente capítulo tem como objetivo analisar a inserção da pequena cidade Baraúna, Rio Grande do Norte, na rede urbana a partir do seu território usado pelo comércio de vestuários

O capítulo está dividido quatro partes, a primeira tece comentários sobre as pequenas cidades e sua inserção na rede urbana; a segunda parte apresenta a cidade de Baraúna, a partir de suas principais características; a terceira parte por sua vez, expõem a atual configuração territorial do comércio em Baraúna; a quarta e última parte destaca o território usado pelo comércio de vestuário em Baraúna, tendo como os trabalhos de campo realizados entre maio e setembro de 2022.

---

21 O REGIC classifica os centros urbanos das cidades brasileiras em cinco grandes níveis, com subdivisões internas, são eles: Metrópoles; Capitais Regionais; Centros Sub-Regionais; Centros de Zona e Centros Locais (IBGE, 2020).

## 4.2 PEQUENAS CIDADES

As cidades brasileiras apresentam especificidades quanto as suas dinâmicas, processos de criação e estabilização, os quais devem ser estudados e analisados sob diferentes perspectivas. O estudo das cidades brasileiras, no contexto atual, é fundamental, visto que nos leva a compreender o desenvolvimento progressivo urbano e socioeconômico contemporâneo.

Relativo aos estudos urbanos das pequenas cidades, Fresca (2010, p. 75) ressalta que a importância desse recorte de análise:

[...] tem a ver com as intensas modificações na organização socioespacial brasileira que provocaram transformações em redes urbanas; que permitiram realização de novos papéis nestas cidades; que possibilitaram às mesmas tornarem-se lócus privilegiado da realização de uma parcela da produção propriamente dita; que permitiram a inserção das mesmas em interações espaciais de grande alcance; enfim a redescoberta destas cidades como uma particularidade da urbanização brasileira.

Conforme Santos (1996), para compreender a escala local é necessário compreender de onde vem as forças operantes quanto ao lugar geográfico, econômico ou político, uma vez que os eventos locais se conectam com sua escala de origem, são os espaços derivados.

Assim, para a compreensão da cidade de Baraúna/RN, nesse trabalho, também se mostrou necessário entender o contexto em que a cidade está inserida e suas interações com outras cidades, principalmente, de seu entorno, como veremos posteriormente, privilegiando, sobretudo, as escalas local e regional, sem desconsiderar a importância das demais escalas.

Para entender as relações que a cidade realiza, cabe compreender como se organizam as interações hierárquicas entre as cidades e como se dão suas relações. É notório que a reestruturação no sistema capitalista levou a modificações nas relações interurbanas, uma vez que demandou a desconcentração das atividades das metrópoles para médias e pequenas cidades, possibilitadas sobretudo pela modernização dos sistemas de transporte e de comunicação.

Nesse sentido, as relações entre as cidades de uma região, para Sposito *et al* (2007), passaram a ser de complementaridade e concorrência. Diante desse contexto, Henrique (2012) destaca que:

[...] toda cidade, independentemente do tamanho, será foco de organização, atração ou centralização de uma região. As cidades são elementos articuladores de espaço. (...) Toda cidade atrai, articula e, por isto, intensifica-se funcionalmente e diversifica-se, levando a uma gradativa expansão funcional. Deste modo, no aprimoramento e especialização, vão acontecendo esses rearranjos que definem seu papel na rede urbana, como cidades com diferentes potencialidades de articulação, com diferentes construções e possibilidades dentro da rede urbana e de suas regiões. (p. 65)

Vale salientar, que devido a organização do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996) a formação da rede urbana deixa de depender apenas da continuidade territorial, determinadas pelas redes hierárquicas, e passa a determinar relações de acordo com interações entre diferentes centros. Portanto, de acordo com Sposito et al (2007), os fluxos excedem as regiões de comando de um determinado centro, podendo se conectar com cidades fora de sua área de ação em uma dinâmica de complementaridade ou de concorrência. Assim, o fluxo de informações é fundamental no estabelecimento de relações entre cidades.

Mesmo que atraia poucos olhares para sua observação e estudo, a pequena cidade apresenta suas minúcias como, por exemplo, no que diz respeito às condições econômicas, de comércio, de produção e de consumo. Nos aspectos inferiores da rede urbana, elas discernem contextos e elementos que devem ser estudados, por representar uma elevada porcentagem das cidades brasileiras, visto que o país possui a quantidade 5.570 municípios, sendo, em 2010, ano do último censo, 3.913 destas possuíam uma população de até 20 mil habitantes (IBGE, 2010). Por consequente, essas cidades são desconsideradas e colocadas em segundo plano nas políticas públicas nacionais, já que a repercussão e a dimensão dos problemas são preferencialmente visualizadas nas metrópoles e nas grandes cidades.

O setor terciário compreende as atividades que não correspondem e nem reestruturaram objetos físicos e que se materializam quando são realizadas, dividindo-se em categorias: comércio varejista e atacadista, prestação de serviços, atividades de educação, profissionais liberais, sistema financeiro, marketing etc. (VARGAS, 2001).

Dessa maneira, é na área central das pequenas cidades que se concentram o comércio, bem como a igreja, os bancos e as demais atividades e serviços intercalados com áreas residenciais. É neste mesmo espaço que acontecem as feiras livres nos finais de semana que são favorecidas e favorecem o comércio local da cidade.

Salgueiro (1992) destaca que as atividades comerciais se realizam a partir de um ponto fixo, com a finalidade é despertar a atenção do maior número de consumidores a um menor custo, deste modo, a fixação dessas atividades deve ser realizada em um ponto central da cidade.

Dessa maneira, Santos (1979) ao discutir a economia urbana nos países subdesenvolvidos apresenta a teoria do espaço dividido em dois circuitos, o superior e o inferior. De acordo com o Santos (1979), nas pequenas cidades é possível identificar a presença dos dois circuitos, no entanto, a influência desses circuitos não acontece de forma homogênea, sendo a atuação do circuito superior limitada, dessa forma, as atividades do comércio sustentam-se basicamente nas atividades do circuito inferior. O circuito inferior detém alcance espacial máximo nas pequenas cidades e retém grande parte da oferta de trabalhadores.

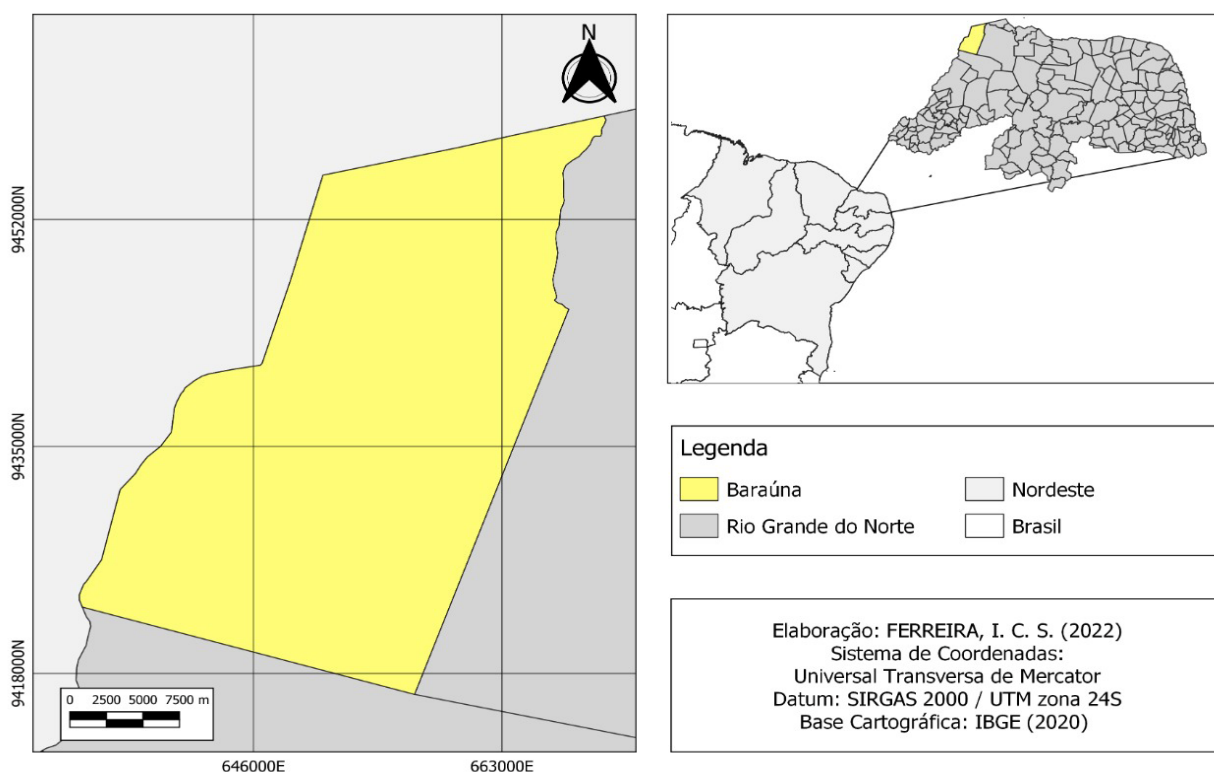
Já ao que se refere a distribuição dos estabelecimentos de comércio nas pequenas cidades, para Salgueiro (1992) os estabelecimentos comerciais possuem três níveis de atração: a) comércio de esquina (que atende à demanda da rua); b) comércio de bairro (como o próprio nome diz atende à demanda do bairro); c) centro (tende a atrair demandas internas e externas). No caso dos espaços urbanos reduzidos das pequenas cidades, esses três níveis acontecem em um mesmo lugar, com pequena dispersão de estabelecimentos.

Portanto, é na área central das cidades pequenas, carregada de significados e de utilização que o comércio se destaca. É neste local, que as relações acontecem, é o ponto de encontro, de consumo, de troca de informações, de apresentações culturais, de serviços públicos e privados, gestão pública, terminais rodoviários (sendo ele desde os ônibus, passando pelo transporte de linhas, como por exemplo as vans ou carros de cooperativas, até a utilização dos “paus de arara”, meio de transporte irregular que ainda é utilizado no Nordeste do Brasil entre outros. É a área utilizada de forma intensa, na qual as questões econômicas se destacam e o setor terciário recebe seu destaque.

## **4.3 BARAÚNA**

Baraúna, é uma cidade localizada no interior do Rio Grande do Norte, conforme apresenta o Mapa 1, cuja área total do município é de 825,681 km<sup>2</sup>. Possui 24.182 habitantes, sendo 15.210 vivendo na zona urbana e 8.972 vivendo na zona rural (IBGE, 2010), com população estimada, em 2021, de 29.112 pessoas.

## Mapa 1: Localização de Baraúna-RN.



**Fonte:** Ferreira, I. C. S. (2022)

Limita-se com o município que lhe deu origem, Mossoró/RN (a leste), Governador Dix-Sept Rosado/RN (ao sul), e com o estado do Ceará (ao norte e a oeste), sendo Aracati/CE (ao norte) e Quixeré/CE e Jaguaruana/CE (a oeste).

O município pertence à microrregião de Mossoró, cuja rede urbana, de acordo com o estudo da Região de Influência das Cidades (REGIC), de 2018, é constituída por Mossoró - Capital Regional C <sup>22</sup>Sendo ainda Mossoró a Região intermediária e Região imediata (IBGE, 2020b).

A publicação do REGIC (IBGE, 2020b) verifica a influência que as cidades exercem umas em relação às outras de acordo com a atração que os seus serviços desempenham. Baraúna está diretamente a um nível inferior a Mossoró, esta apresenta-se Capital Regional da rede urbana. Apesar de ser um Centro Local, Baraúna pode relacionar-se diretamente com as cidades que constitui a rede, inclusive com as de mesmo nível hierárquico, como Governador Dix-Sept Rosado, ou com outras cidades fora da região de influência a que se insere, Russas e Jaguaruana, cidades cearenses a cerca de 50km de distância.

22 Classificação do REGIC do grupo cidades com população entre 200 mil e 360 mil habitantes que exercem influência no estado e em estados próximos.

O crescimento populacional vivenciado em Baraúna/RN nos últimos 11 anos, que viu sua população variar de 24.182 em 2010 (IBGE, 2010), para 29.112 em uma estimativa do para o ano de 2021 IBGE (2021); além disso, há que se destacar que em 2019, o salário médio mensal era de 1.9 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 15.2%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salários-mínimos por pessoa, tinha 46.8% da população nessas condições. Essas estatísticas, quando somado ao crescimento total da população acaba funcionando como incremento para o alargamento do mercado consumidor da cidade, visto que precisou atender as demandas crescentes.

Destaca-se ainda a implantação da indústria de cimento no município no ano de 2011, causando assim, uma interferência na dinâmica do município, lhe proporcionando “transformações” a essência anteriormente constituída do local. Os novos movimentos que surgiram em função da produção neste espaço, viabilizaram um fluxo inédito no município. Apesar da indústria cimenteira está inserida na cidade há apenas uma década e, conseqüentemente ser considerada razoavelmente uma atividade jovem no município, os seus impactos sobre o território foram notados no crescimento populacional do local no mesmo período.

Embora tenha apresentado um crescimento do setor terciário na cidade e da população utilizar e necessitar do comércio e serviços do setor central da cidade, para atender uma necessidade peculiar, com maior especialização, essa população busca a cidade de Mossoró/RN, visto que ela apresenta uma estrutura com disponibilidade mais ampla de produtos e serviços na porção mais a oeste do estado, na região geográfica imediata de Mossoró.

## **4.4 COMÉRCIO EM BARAÚNA**

Visto que este capítulo tem como objetivo central a discussão sobre a dinâmica do comércio de vestuário em Baraúna, mostra-se pertinente destacar, nesse momento, os resultados da pesquisa, no qual permitiram a análise e entendimento da cidade, tendo como base os trabalhos de campos realizados entre o primeiro e o segundo semestre de 2022, nos quais priorizaram a observação da configuração territorial e o território usado pelo comércio de vestuário no centro da cidade,

O roteiro de campo, privilegiou os caminhos em que se observava a maior concentração de estabelecimentos. Nesse sentido, constatou-se, em um primeiro momento, que a localização comercial seguia as avenidas e ruas de maior disponibilidade de atividades comerciais que, especificamente ocorre no cruzamento

da avenida Jerônimo Rosado com a rua Horto Florestal, em Baraúna, na área do entorno do Mercado Público (João Nepomuceno da Silveira), o único na cidade.

Para definição do número de estabelecimentos nos quais seria aplicado o questionário, foi realizado um recorte espacial nas proximidades do encontro entre a Avenida Jerônimo Rosado e a Rua Horto Florestal. Este espaço foi definido como a área central da localização do comércio de vestuário em razão da existência de um maior número de estabelecimentos, conforme destaca o mapa 2.

**Mapa 2:** Localização da área de estudo.



**Fonte:** Ferreira, I. C. S. (2022)

Tendo o comércio e a disponibilidade de serviços concentrada no centro da cidade, sobretudo, na avenida Jerônimo Rosado – iniciando nas proximidades da Praça da Matriz (onde está localizada a Igreja Católica) chegando até o Mercado Público - e ao início da Rua Horto Florestal - sentido leste do Mercado – Baraúna (RN) desenvolve essas atividades que formam assim o desenho de uma letra T, como observado no mapa 2.

Destaca-se que a partir das observações não se notou a presença de formas comerciais modernas<sup>23</sup>, tão pouco os estabelecimentos apresentavam, com raras exceções, uma estética que indicasse alguma modernização local, além do mais, muitos estabelecimentos se confundem com as casas dos comerciantes.

<sup>23</sup> A maioria dos estabelecimentos comerciais do comércio varejista de vestuário em Baraúna não possuem uma infraestrutura arquitetônica de grandes lojas do mesmo ramo.

A observação do fluxo de consumidores na área destacada foi realizada entre os meses de maio, junho e agosto de 2022, privilegiando os horários da manhã e tarde, entre 08 horas – 12 horas e 13h30min – 18h, no qual constatou um fluxo reduzido nos estabelecimentos durante as primeiras horas da manhã, entre 08h – 10h, e no período vespertino, entre 13h-16h.

Segundo relatos informais dos vendedores de alguns estabelecimentos, esse fato decorre que uma parcela dos clientes visita a loja após a saída do trabalho, a partir das 11 horas e 17 horas, o que ocasionou que os lojistas ampliassem um pouco mais o horário de fechamento da loja, funcionando entre 8h e 12h no período da manhã e entre 13h30 e 18h no período da tarde, uma vez que a maioria das lojas estão fechadas no horário do almoço

Alguns estabelecimentos possuem infraestrutura reduzida, não possuindo uma fachada de destaque que chame a atenção do consumidor em um primeiro contato de vista, sem portas de vidros e até mesmo não tendo uma placa de identificação com o nome do estabelecimento, assim, podendo ser associada ao circuito inferior. Também foi comum notar um fluxo mediano de alguns idosos, andando de loja em loja, talvez manifestando uma sociabilização que se estendia para os arredores do Mercado Público, onde se aproximavam das lojas e permaneciam conversando por algum tempo.

É visível em cidades pequenas essas raízes de sociabilidade em espaços públicos mais tradicionais, frequentados em sua maioria por pessoas adultas ou idosas. Nos últimos anos essa sociabilidade tem desaparecido com um mundo cada vez mais globalizado e moderno juntamente com a privatização de espaços públicos, como no caso dos Shoppings Centers, clubes etc., que tornam essa sociabilidade a um nível de consumo.

Pode-se compreender tal análise de uma outra maneira, na qual, esses espaços públicos de sociabilização estão deixando de cumprir sua tradicional função política (SOUZA, 2018). Episódio esse que, geralmente, é interpretado como parte de um contexto maior de “regressão”, “decadência” ou “crise” da vida pública, da esfera pública e dos espaços públicos, que teria ocorrido ao longo do processo de constituição da modernidade (ARENDT, 2007; HABERMAS, 1984; SENNETT, 1989). No entanto, em pequenas cidades, e em especial em Baraúna, a praça ainda é um importante ponto de sociabilidade.

Os trechos das ruas Jerônimo Rosado e Horto Florestal, destacado no mapa 2 apresentam os locais com a maior movimentação da população no dia a dia devido a sua proximidade com as atividades econômicas. Outra análise que pode ser realizada é a limitada disponibilidade de espaço na área central da cidade, uma vez que, praticamente, toda a área urbana já está edificada.

Dessa maneira, a expansão urbana baraunense impõem que os novos bairros fiquem mais distantes dessa área central – que possuem o valor de aluguel ou compra mais baixos em comparação às áreas mais próximas –, uma vez que os novos loteamentos do setor público/privado surgem nos locais em que o preço do solo se converte mais acessível à população de menor poder aquisitivo.

Nos horários de trabalho da população, entre 07 horas e 11 horas, nota-se a intensa mobilidade urbana nessa área central, especificamente na área estudada. Os trabalhadores que moram nas ruas mais distantes não possuem opções de deslocamento via transporte público ou mesmo disponibilidade de automóveis que ofereçam serviços de aplicativos de viagem de carro, como por exemplo a UBER, 99 ou Maxim, visto que possui uma área pequena, de apenas 825,681 km<sup>2</sup> (IBGE, 2021). Mas é importante destacar que a cidade dispõe de mototáxi, mesmo que seja pouco utilizado pelos moradores devido a sua pequena área, além de que é possível verificar um fluxo intenso de motocicletas, pois é comum e presente em praticamente todas as famílias.

Quanto as atividades encontradas nesta área central, destaca-se as lojas de roupas e sapatos, lanchonetes, restaurantes, pousada e farmácias, conforme apresenta a figura 3.

**Figura 3:** Estabelecimentos comerciais na Avenida Jerônimo Rosado, Baraúna/RN.



Fonte: Trabalho de Campo (2022).

Na figura 4, na qual destaca a Igreja Católica, em um segundo plano é possível verificar a fachada do estabelecimento da Rede de Supermercados Queiroz, que possui 27 lojas espalhadas pelos estados do Ceará e Paraíba, além do Rio Grande do Norte (CISS, 2023).

**Figura 4:** Igreja Nossa Senhora das Graças Baraúna/RN.



Fonte: Trabalho de Campo (2022).

Na área central além do Queiroz, também é possível encontrar a presença da rede de supermercado Rede 10, uma loja de eletrodomésticos, Márcio Eletrodomésticos, além de uma unidade lotérica da Caixa Econômica Federal (figuras 5,6 e 7). Atividades essas contrastam com a paisagem urbana do município, uma vez que apontam para a modernização do seu terciário, com a inserções de representantes de cadeias comerciais.

**Figura 5:** Unidade do Supermercado Rede 10 na cidade de Baraúna/RN.



Fonte: Trabalho de Campo (2022).

**Figura 6:** Loja de Eletromóveis na cidade de Baraúna/RN.



Fonte: Trabalho de Campo (2022).

**Figura 7:** Casa lotérica da cidade de Baraúna/RN.



Fonte: Trabalho de Campo (2022).

A cidade ainda apresenta algumas atividades comerciais direcionadas a atender as necessidades do campo, como por exemplo a recente unidade da Terra Fértil instalada na cidade, entretanto, elas não se concentram na área central delimitado na área de estudo, se apresentando de forma especializada na zona urbana.

Constata-se, portanto, a presença de um comércio relativamente diversificado, mas que atende as primeiras necessidades da população de Baraúna/RN. A área que se destaca como central para o comércio, não se desenvolve de forma considerável, desta maneira, a cidade acaba por se concentrar neste espaço para a realização de várias atividades além das comerciais, como por exemplo, as de

lazer, porém, ressalta-se que , esses são escassos, uma vez o município apresenta insuficiência quantidade de espaços públicos e privados para o lazer da população, sendo escassos os parques naturais ou aquáticos, teatros, museus, bibliotecas, cinemas, shoppings, clubes de dança entre outros.

## **4.5 O TERRITÓRIO USADO PELO COMÉRCIO DE VESTUÁRIO NA PEQUENA CIDADE DE BARAÚNA (RN)**

A análise e caracterização do comércio varejista de vestuário em Baraúna foi realizado por meio de trabalho de campo nos meses de fevereiro, março, agosto e setembro de 2022, com o intuito de identificar a função que o comércio varejista de vestuário desempenha na rede urbana na qual está inserido e analisar o seu papel para a formação socioespacial da cidade.

Os departamentos considerados como “de vestuário” abarcam: moda masculina e feminina; infantil; íntima; unissex; calçados; bolsas e acessórios. Ademais, algumas lojas trabalham com diversos segmentos.

Levando em consideração o banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), constatou-se que em 2019 apenas 5 dos 20 estabelecimentos de comércio de vestuário identificado no trabalho de campo estão registrados neste banco de dados. Ao considerar a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) municipal verificou o registro de 6 estabelecimentos, sendo que apenas uma está localizada fora da área de estudo desta pesquisa.

Segundo Bauman (2008, p. 73), na sociedade de consumidores “todo mundo precisa ser, deve ser e tem que ser consumidor por vocação” sendo “ao mesmo tempo um direito e um dever humano universal que não conhece exceção”. Devido a isso que paradoxalmente nota-se em Baraúna um conjunto de lojas do rumo de vestuário que contém preços mais acessíveis, designadas ao público com menor poder aquisitivo, que nem por isso é excluído do mercado. É a lei do mercado no mundo capitalista: existem produtos a serem consumidos para todos os gostos e preços.

A esse respeito é importante notar que o Brasil está entre os 10 (dez) países que mais gastam com roupas em todo o planeta. Considerando apenas os países emergentes, o país fica na quarta colocação, atrás apenas da Rússia, Índia e China. (QUEIROZ, 2021). Além disso, segundo o jornal, o que chama a atenção é que os brasileiros são muito sensíveis aos preços.

Possuir preços baixos é o fator número um para a escolha do consumidor de uma determinada loja, com 38% da preferência. A variedade e a qualidade dos produtos, é o segundo e terceiro fator mais importante respectivamente. Por fim, o serviço pós-venda e possuir bons descontos, também são levados em consideração para a escolha.

Ainda segundo a publicação, de acordo com a distribuição socioeconômica, as classes B e C (classes com renda entre R\$3.085 e R\$5.642) são as que mais gastam com roupas, com 31% e 21% respectivamente. A classe D (com renda acima de R\$720), fica em terceira posição, com 16% do consumo total.

A pesquisa de campo no setor de vestuário listou um total de 20 estabelecimentos, no qual foram aplicados questionários para que fosse possível alcançar os objetivos da pesquisa: i) Caracterizar a lógica de funcionamento do comércio varejista de vestuário em Baraúna; ii) Identificar a função que o comércio varejista de vestuário de Baraúna desempenha na rede urbana na qual está inserido; iii) Analisar o comércio de vestuário para a formação socioespacial de Baraúna, em pelo menos um estabelecimento das seguintes categorias: produtos infantis, roupas para adolescentes, roupas femininas, roupas masculinas, unissex, vestuário/calçados/acessórios, roupas esportivas, roupas íntimas e loja de vestuário junto com artigos de cama/mesa/banho.

A partir do trabalho de campo foi possível constatar que alguns estabelecimentos comerciais se enquadram na identificação de Lima (1987) sobre pequeno comércio:

[...] Caracteriza-se pelas pequenas dimensões de seu negócio; às vezes, reduzidíssimo espaço físico, capital, até mesmo reduzível. Estoques de mínimas quantidades; poucas pessoas ocupadas nos estabelecimentos, geralmente familiares; e pelas jornadas intensivas de trabalho, isso tudo lhe permite aumento de produção sem que haja necessidade mobilizar mais capital de giro (LIMA, 1987).

O pequeno comércio funciona com crédito facilitado, que facilita as compras dos consumidores que não possuem uma renda fixa e ao mesmo tempo assegura sua própria existência e essência dentro do comércio. Foi identificado a utilização de notas promissórias<sup>24</sup> comprovando que ainda consta uma parcela de

24 Nota promissória é “um título emitido pelo devedor diretamente a seu credor, com promessa de pagamento em data de vencimento pré-fixada. A falta de pagamento dá ao credor o direito de levar a nota promissória ao cartório de protesto e promover sua cobrança judicial.” (SANDRONI, 1994, p. 291).

clientes que, provavelmente, não faz uso de cartões de crédito e contas em banco.

Com relação à criação de empregos, o questionário apurou que: 20% dos estabelecimentos empregam entre 1 a 3 funcionário(s) assalariado(s), sendo que dos 9 trabalhadores com vínculo empregatício, 6 deles são funcionários das duas lojas que possuem melhor infraestrutura e fluxo de mercadorias provenientes de outra região; também foi possível apurar que 75% dos estabelecimentos empregam de 2 a 5 funcionários e 25% empregam apenas um único funcionário, totalizando o total de 27 funcionários sem registro na carteira de trabalho.

Os quadros 1 e 2 destacam as informações relacionadas à classificação dos estabelecimentos por número de funcionários e o número de funcionários com e sem carteira assinada, respectivamente.

**Quadro 1:** Classificação dos estabelecimentos por número de funcionários

| Funcionários | Estabelecimentos |
|--------------|------------------|
| Nenhum       | 0                |
| Apenas 1     | 5                |
| Entre 2 e 5  | 15               |
| <b>Total</b> | <b>20</b>        |

Elaboração Própria.

**Quadro 2:** Número de funcionários com e sem carteira assinada.

| Relação trabalhista               | Funcionários |
|-----------------------------------|--------------|
| com carteira de trabalho assinada | 9            |
| sem carteira de trabalho assinada | 27           |
| <b>Total</b>                      | <b>36</b>    |

Elaboração Própria.

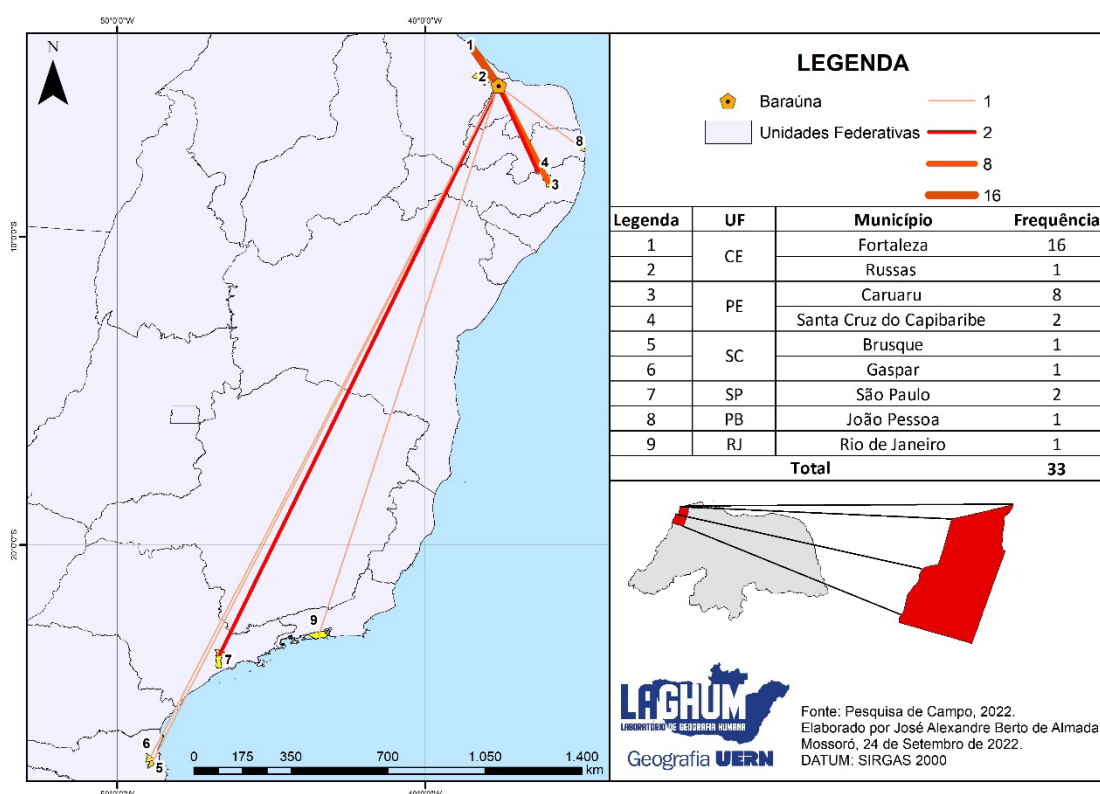
Quanto à forma de remuneração, 60% dos funcionários recebem o salário-mínimo<sup>25</sup>. Aqueles que recebem apenas comissão estão em 20%. O restante, 20%, recebe uma combinação de salário fixo (menor que o valor do salário-mínimo) mais comissão por venda mensal. A comissão paga varia entre 1 a 7% sobre o valor total da venda. Em 25% dos estabelecimentos constatou-se o pagamento da comissão de 5% sobre o valor total da venda aos funcionários. Apenas 3 esta-

<sup>25</sup> No valor de R\$ 1212,00 nos meses da pesquisa em 2022.

belecimentos pagam 10% de comissão por peça vendida. Através de conversas informais foi possível notar que a remuneração atrai pessoas com ensino médio completo, uma vez que mais da metade dos funcionários dos estabelecimentos que participaram da pesquisa possuem tal grau de escolaridade.

Todas as respostas confirmaram que não atendem clientela de outros municípios, o que apenas confirma a dependência que o comércio de Baraúna possui. A origem das mercadorias mostrou-se variada, sendo possível identificar 9 locais de compras em 6 estados diferentes, conforme a figura 3 abaixo.

**Figura 3:** Mapa do fluxo de compra das mercadorias de vestuário em Baraúna-RN - 2022



Fonte: Trabalho de Campo (2022).

Do total de 20 lojas, 9 comerciantes informaram que adquirem suas mercadorias na cidade de Fortaleza-CE. O polo de moda da Rua José Avelino, situado na região central da capital cearense ou como é conhecido, a Feira da Madrugada de Fortaleza. É de lá onde 16 comerciantes de vestuário de Baraúna informaram que compram suas mercadorias e todos confirmaram que viajam semanalmente ou a cada 15 dias para encontrar roupas baratas para revender no comércio baraunense. Assim, constata-se que existe uma predominância do fornecimento pelo mercado cearense devido à proximidade física com essa região, acerca de 220 km, pouco mais de 3h de viagem.

Os municípios pernambucanos de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe apareceram em várias respostas das lojas do setor de vestuário, somando 30% da origem das mercadorias, assim, confirmando a importância do Polo Têxtil do Agreste Pernambucano. Do estado de Santa Catarina foram elencadas duas cidades, Brusque, conhecida como berço da fiação catarinense (CORRÊIA E PIMENTA, 2006) e Gaspar. Duas lojas compram na capital São Paulo-SP, e as capitais Rio de Janeiro-RJ e João Pessoa-PB, receberam uma citação cada.

Há de ser destacado que as duas lojas que mencionaram comprarem mercadorias em Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro foram as únicas que possuem ar-condicionado em sua infraestrutura, além de abranger todos os seus seis (6) funcionários com carteira assinada. Além disso, a partir do trabalho de campo foi possível atestar que essas duas lojas contam em sua estrutura interna com design arrojado desde os móveis até as peças que são vendidas, todas sendo de marcas, o que às conferem um preço maior em relação àquelas que são vendidas nas demais lojas das cidades.

Sobre a origem de residência dos proprietários, 95% informaram ser do município de Baraúna-RN. Outro município citado foi Mossoró-RN, que se encontra acerca de 40 km de distância, percurso que pode ser realizado em 35 minutos em automóvel, em média. Esse dado evidencia uma tendência entre as lojas investigadas, que é a necessidade da presença de forma mais frequente do proprietário nas atividades cotidianas do estabelecimento.

Quando perguntado se o proprietário possuía estabelecimento em outras cidades ou atividades econômicas além do estabelecimento pesquisado, 60% responderam que não, conforme o quadro 3. Essa constatação auxilia no envolvimento nesta atividade e um maior afinho em sua rentabilidade, entretanto, atesta que qualquer crise de consumo, duradoura, reflita instantaneamente no aumento de estabelecimento necessitando fechar suas portas no centro da cidade. Ademais, foi possível identificar que 75% dos estabelecimentos atuam no comércio barau-nense há menos de 10 anos, sendo que 45% desses atuam há menos de 5 anos, de acordo o quadro 4.

**Quadro 3:** Estabelecimentos em outras cidades ou em Baraúna (RN) por parte do proprietário comercial.

| Local                          | Proprietários |
|--------------------------------|---------------|
| Mais uma ou duas em Baraúna-RN | 5             |
| Mais uma em Mossoró-RN         | 1             |
| Mais uma no Ceará-CE           | 2             |
| <b>Total</b>                   | <b>8</b>      |

Elaboração Própria.

**Quadro 4:** Tempo do Comércio no Local - Baraúna (RN).

| Tempo           | Estabelecimentos |
|-----------------|------------------|
| 0 a 1 ano       | 1                |
| 1 a 3 anos      | 4                |
| 3 a 5 anos      | 4                |
| 5 a 10 anos     | 6                |
| mais de 10 anos | 4                |
| mais de 20 anos | 1                |
| <b>Total</b>    | <b>20</b>        |

Elaboração Própria

Em relação à propriedade do imóvel, foi constatado que 85% são alugados. Essa porcentagem chama a atenção no conjunto da pesquisa para que possamos ter um melhor entendimento sobre o contexto ao qual Baraúna está inserido. Não foi possível apurar através da pesquisa a propriedade dos imóveis, mas sugere-se que haja uma concentração do número de estabelecimentos em propriedade de famílias mais antigas, que há várias décadas fazem parte da sociedade baraunense, podendo ser nas conversas com os moradores da cidade, que foi evidenciando que a área de estudo está inserida na localização dos primeiros povoamentos construídos no início da criação da cidade.

Do total, 100% não quiseram declarar o valor pago pelo aluguel ou o rendimento mensal médio do estabelecimento, em parte explicado, pelo receio de causar, nos clientes, a impressão de que a mercadoria na loja pode ser mais cara

em razão do custo do aluguel ou do valor arrecadado, se comparado com os concorrentes. Porém, Baraúna não foge à regra e obedece à lógica da valorização da localização, pois quanto mais próximo do centro, maior o valor do aluguel<sup>26</sup>.

Com base no cruzamento das informações levantadas pelo questionário e de informações obtidas nas imobiliárias, foi possível determinar que quanto mais próximo da área central mais elevado é o valor dos aluguéis. Esse dado empírico fortalece a leitura da “competitividade dos lugares” (SANTOS, 1996, p.197-198):

[...] Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) (...). Essa eficácia mercantil não é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto e não a um produto qualquer.

A área de estudo desta pesquisa, abrange os elementos que apontam aumento da “produtividade espacial”: local de maior circulação de pessoas, pontos de táxi para o deslocamento para as cidades vizinhas, principalmente para Mossoró, maior concentração de estabelecimentos comerciais, ruas com semáforos<sup>27</sup> (responsáveis pela redução da velocidade e pelas paradas nos cruzamentos), presença das lojas de maior movimento, atraindo consumidores para apreciação e compras.

Na Avenida Jerônimo Rosado, correspondente ao início da praça da Igreja Católica (sentido Mossoró) até o intermédio do Supermercado Rede 10, em um dos locais de maior circulação de carros e pedestres, os estabelecimentos possuem o aluguel estimado entre R\$ 800,00 e R\$ 1.500,00. Na Rua Horto Florestal o valor é estimado em média de R\$ 700,00 cada porta, diminuindo de acordo com a distância para a Avenida. Ambas são os principais espaço de circulação comercial da cidade, além do mais, as duas possuem maior circulação de pedestres, veículos de passeio e ônibus do transporte coletivo escolar, visto que a Horta Florestal conta com duas unidades escolares, sendo uma pública e outra particular.

---

26 Considera-se o centro da cidade a área ao entorno do cruzamento entre a Avenida Jerônimo Rosado e a Rua Horto Florestal.

27 Recentemente a área central de Baraúna-RN passou por remodelagem em sua estrutura viária, onde os cruzamentos mais movimentados que antes possuíam semáforos, passam a ter a travessia fechada.

Há que se observar que em 95% dos estabelecimentos se faz uso de maquinetas e contam com o “pix” como forma de pagamento. Apenas um único comerciante não faz uso de tais modernidades, sendo o mesmo atuante no comércio da cidade há mais tempo, mais de 20 anos e tendo uma idade já avançada. Em um mundo globalizado e altamente competitivo como o que vivemos hoje, devem se esforçar para fazer a diferença, e assim, conquistar seus clientes. Dessa forma, 80% dos comerciantes baraunense, que participaram da pesquisa, fazem uso de redes sociais para se comunicar com seus clientes, seja ela por meio tanto do WhatsApp, quanto do Instagram.

Os dados elencados acima evidenciam uma tendência que cada vez presente na sociedade e no circuito inferior: o uso das tecnologias. É importante salientar, que essa digitalização não é nova ao setor do comércio. A busca pela evolução tecnológica nesse setor é algo que caminha lado a lado com a inovação no varejo. Nesse quesito, a pandemia foi um divisor de águas, apesar de ter causado um tremendo estrago ao comércio, especialmente de forma física, ao mesmo tempo representou um enorme avanço tecnológico para o setor da economia, com estratégias centralizadas na agilidade dos processos, bem como na otimização da jornada do consumidor.

Essa evolução, foi “apressada” para atender às necessidades da comunicação à distância, também foi responsável por um outro fenômeno mais ávido, digamos assim: a tecnologia em prol do comércio.

O consumo com as mídias digitais foi intensificado com a pandemia do Covid-19, onde o comércio foi bastante afetado, em alguns casos precisaram trabalhar de portas fechadas e com atendimento apenas pelas redes sociais, fazendo o uso de delivery para que as vendas não parassem como um todo. Foi notório pelas entrevistas que o uso das redes sociais impulsionou as vendas, uma vez que os comerciantes informaram que é rotineiro os clientes tirarem dúvidas sobre o produto desejado e reservarem as peças de vestuário por meio de comunicação digital.

O surgimento de novos canais apresenta-se como uma tendência imperativa no mercado consumidor, principalmente neste período técnico-científico-informacional. Apesar de Baraúna contar com maior número de estabelecimentos comerciais de vestuário fazendo parte do circuito inferior, os mesmos utilizam novas ferramentas digitais, assim, não “ficando para trás” no meio informacional, uma vez que mesmo utilizando essas novas ferramentas sua lógica de atuação

e reprodução se mantém neste seguimento dos circuitos espaciais da economia urbana.

Verificou-se também que apesar das peculiaridades, a maior parte dos estabelecimentos vendiam um pouco de tudo: Roupas feminina, masculina, infantil, moda praia, calçados, roupas íntimas etc. Desse modo, em 90% das lojas foi possível observar a venda de roupas masculinas e femininas, infante juvenil, calçados, abrangendo o público em geral. Além disso, nessas lojas de vestuário não havia a presença de roupas de grife ou marcas renomadas, em apenas duas lojas vendem mercadorias desse porte (sendo as mesmas duas lojas que adquirem suas mercadorias fora da região Nordeste e que possuem ar condicionado em sua estrutura, podendo conferir à elas maior poder de capital na cidade) e os comerciantes esclarecem que não conseguem a compra desse tipo de mercadoria por não possuir capital estabelecido e que dessa maneira, prevalece em seu estoque por peças mais “básicas”, sendo mais acessível economicamente à população.

Por consequente, o comércio local é incapaz de disputar com as modernas instalações comerciais de seu entorno, como o caso de Mossoró. Neste contexto, a proximidade com Mossoró gera uma competitividade que reduz o interesse dos comerciantes locais, que pouco investem na modernização do comércio da própria cidade.

Em Baraúna, o recente incremento do comércio de vestuário pode ser elencado os seguintes pontos: a) a natureza das interações espaciais estaduais, regionais e nacionais se modifique e deixe de ser apenas ligada ao já conhecido ramo da fruticultura; b) a intensidade das interações espaciais aumente; c) a periodicidade torne-se mais intensa e; d) os alcances tornem-se mais dinâmicos, porque são interestaduais. Nota-se, portanto, a presença de um comércio relativamente diversificado, mas que visa atender as primeiras necessidades da população de Baraúna.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dados e as informações levantadas, bem como as análises realizadas, elucidam que Baraúna não aumentou significativamente as atividades comerciais de vestuário na área central nos últimos anos visto que o número de estabelecimentos não sofreu grande crescimento, segundo a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) municipal. Vale destacar que o órgão conta apenas com estabelecimentos cadastrados, o que pode haver uma certa discrepância em relação ao número total

identificado no trabalho de campo e os dados oficiais. Contudo, a mesma manteve um comércio que atende as demandas básicas da população local, em sua maioria da população de renda mais baixa.

De acordo com os dados oficiais da CDL, havia 7 estabelecimentos de vestuário com registros no órgão municipal em Baraúna no ano de 2009. Nos anos posteriores houve um acentuado acréscimo de abertura de lojas desse segmento, 12 em 2010, 14 em 2012 e, o obtendo o seu auge de estabelecimentos no ano de 2015, quando um total de 18 lojas de vestuário estavam cadastradas formalmente. Em contrapartida, a cidade vem notando uma queda desses números, sendo atualmente, para o ano de 2022, apenas 6 estabelecimentos comerciais varejistas de vestuário em Baraúna. Vale salientar, que essa quantidade é referente ao cadastro de associados da Câmara de Dirigentes Lojistas municipais.

Também foi possível constatar que o comércio de vestuário baraunense possui um padrão especializado, possuindo lojas que vendem ao mesmo tempo peças masculinas, femininas, vestuário infanto-juvenil, roupa íntima, esportivas.

A área central, do recorte estudado, concentra as atividades comerciais e de serviços com a presença das atividades com capital externo, que estão de forma lenta se instalando na cidade, o que pode levar a uma queda do comércio local, criado e administrado pelos moradores naturais de Baraúna.

Economicamente, o município se destaca pelas atividades agrícolas, pecuárias e industrial dos ramos de cimento e cal. É notório que a presença dessas duas indústrias, importante propulsor do crescimento econômico para a cidade, todos os setores econômicos foram afetados, especialmente o terciário, ao qual o comércio varejista de vestuário está inserido, que atende os trabalhadores fixos e os que esporadicamente se instalavam e ainda se instalam na cidade para executar suas atividades profissionais durante um período de tempo.

Dessa maneira, é importante compreender essa dinâmica do comércio de vestuário, visto que apesar de ser uma cidade pequena, ela e as demais da região criam fluxos, especialmente, no qual a população busca produtos e serviços cada vez mais especializados nas cidades no seu entorno como, por exemplo, em Mossoró e em algumas do estado vizinho, o Ceará, justamente, Limoeiro do Norte, Jaguaruana e Russas. Desse modo, a dinâmica e a rede comercial geram interferências em todas as cidades. Em Baraúna, por exemplo, algumas atividades comerciais

não se desenvolvem com tamanho afínco, sobretudo as lojas de vestuário, uma vez que a dinâmica entre custo e retorno financeiro acaba por impossibilitar a sobrevivência do estabelecimento.

A posição geográfica que deveria ser um diferencial favorável por ser ponto de passagem entre diversas cidades de maior destaque, entre elas Mossoró e os municípios da região leste do estado do Rio Grande do Norte em direção para a capital cearense, Fortaleza e vice-versa, fazendo uso de trechos de uma das principais estradas do país, a BR-116<sup>28</sup>, para o deslocamento até o estado vizinho ao oeste, sendo rota para a circulação de diversos ônibus, vans ou carros de cidades próximas, o que poderia facilitar o contato dessas pessoas ao comércio de Baraúna, permitindo que a cidade se consolida-se como um ponto de parada para que esses viajantes, em alguns casos, pudessem usufruir do comércio local, restaurantes, lanchonetes, hotéis, pousadas etc.

Ademais, podendo encurtar o trajeto dessas pessoas que estão deslocando entre as cidades mencionadas acima, uma vez caso possuísse em sua estrutura comercial os serviços e demandas que fazem com as pessoas de Mossoró e vizinhança precise se deslocar até Fortaleza ou Natal para atender a sua necessidade específica.

Desse modo, a circulação de pessoas das cidades vizinhas, associadas as demandas dos habitantes de Baraúna, estimularia o crescimento comercial da cidade, entretanto, a sua posição geográfica é reconhecida como um diferencial desfavorável para que a cidade desempenhe a função de centro comercial, fazendo parte do aglutinado de pequenas cidades ao entorno de Mossoró e assim enfraquecendo a capacidade da elite política local buscar a atração de investimentos públicos necessários em infraestrutura, como também para a implantação de shopping center, universidades, hospital regional, além de outros importantes equipamentos públicos para atendimento da demanda regional. Assim também diminuindo a possibilidade de investimentos privados para oferecer serviços especializados e uma ampla diversificação de estabelecimentos comerciais que, cumulativamente, realçaria a diferenciação regional de Baraúna.

---

28 A BR-116 é uma rodovia longitudinal brasileira que tem início no município de Fortaleza, no estado do Ceará, e termina em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai. Ao lado da BR-101, é um dos principais eixos rodoviários do país, sendo também a maior rodovia totalmente pavimentada do Brasil, com mais de 4.500 km de extensão.

Nota-se que o comércio varejista de vestuário em Baraúna apesar de sofrer forte influência da rede de comércio ao qual está inserida, como mostrada pelo fluxo de compra de mercadorias, sendo o estado vizinho, Ceará, e sua grande maioria, possui mais importância localmente, pois, apesar de não atrair pessoas diariamente ao município, garante emprego e renda para os residentes. Mas não consegue servir como atrativo para investidores escolherem a cidade para abertura de empreendimentos e, conseqüentemente, não tem assegurado ampliação de arrecadação de impostos, resultando em menor capacidade para a realização de investimentos em melhorias por parte do Poder Público municipal ou até mesmo dos próprios comerciantes que, em sua maior parte, corresponde ao circuito inferior da economia urbana.

Por fim, por todos os aspectos compilados nesta pesquisa em tela, entende-se que foi perceptível demonstrada a importância da atividade comercial varejista de vestuário para o sustento de uma parcela econômica da cidade de Baraúna, bem como, o papel pelo qual essa atividade vem desempenhando na configuração espacial da cidade, além de elucidar os motivos que acarretam a falta de dinamização da economia local.

# REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**. Tradução de Raquel Soeiro de Brito. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. 525 p. Tradução de: Geographie Urbanie.

CISS. **A expansão da Rede Queiroz com as soluções CISS**. Disponível em << <https://ciss.com.br/cases-de-sucesso/queiroz>>>. Acesso em 25 de maio de 2023.

CORRÊA, M. K.; PIMENTA, M. C. A. **Reestruturação produtiva na indústria do vestuário no município de Brusque – SC**. Revista Discente Expressões Geográficas, n. 2, p. 84-98, 2006.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HENRIQUE, W., Do rural ao Urbano: dos arquétipos à espacialização em cidades pequenas. In DIAS, P. C., SANTOS, J. (orgs), **Cidades Médias e Pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. SEI, Salvador, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos de 1970 e 2010**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/> Acesso em: 10 junho. 2022.

IBGE. **Regiões de Influência das CIDADES**. 2018. Rio de Janeiro, 2020.

IBGE. REGIC - **Regiões de Influência das Cidades**. REGIC 2018 - Cidades - Base tabular (xlsx | ods) - atualizado em 09/10/2020. 2020b. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>>>. Acesso em 24 de jan. 2023.

LIMA, T.T. de. **O pequeno comércio e o grande comércio**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, p. 121-125, 1987.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 143-158.

QUEIROZ, Ana Laura. Você sabia? Brasileiros estão entre os que mais gastam com

roupas no mundo. **Estado de Minas**. Minas Gerais, 19 de ago. de 2021. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2021/08/19/inter-nas\\_economia,1297571/voce-sabia-brasileiros-estao-entre-os-que-mais-gas-tam-com-roupas-no-mundo.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2021/08/19/inter-nas_economia,1297571/voce-sabia-brasileiros-estao-entre-os-que-mais-gas-tam-com-roupas-no-mundo.shtml)> Acesso em: 26 de ago. de 2022.

SALGUEIRO, T.B.; CACHINHO, H. As relações cidade-comércio: dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: CARRERAS, C.; PACHECO, S. M. M. (Org.). **Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional**. Armazém das Letras, Rio de Janeiro, 2009. p.9-39.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1994.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Hucitec, São Paulo, 1996.

SOUZA, A. F. de. Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re)visão/ Public spaces in the contemporary city: a (re)view. **Geografares**. [S. l.], n. 26, p. 182-213, 2018.

SPOSITO, M. E. B., ELIAS, D., SOARES, B. R., MAIA, D. S., GOMES, E. T. A., O Estudo das Cidades Médias Brasileiras: uma proposta metodológica. In SPOSITO, M. E. B. (org), **Cidades Médias: espaços em transição**. Expressão Popular. São Paulo, 2007.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VARGAS, Heliana C. **Espaço terciário: o lugar, a Arquitetura e a Imagem do Comércio**. São Paulo: SENAC. 2001

# ESPAÇO CIDADE E TURISMO



a produção geográfica do Laboratório  
de Geografia Humana da Universidade  
do Estado do Rio Grande do Norte

## O TURISMO

# 05

LUGAR TURÍSTICO SAZONAL E O USO DO SEU TERRITÓRIO:  
CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE

Rafael Silva de Souza  
José Alexandre Berto de Almada

## LUGAR TURÍSTICO SAZONAL E O USO DO SEU TERRITÓRIO: CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE

Rafael Silva de Souza  
José Alexandre Berto de Almada

### 5.1 INTRODUÇÃO

O turismo, enquanto prática social, é um fenômeno multidisciplinar, segundo Netto (2011), os fundadores desta temática de estudo, em sua perspectiva acadêmica, foram os suíços Hunziker e Krapf, no qual definem que o turismo “[...] é o conjunto das relações e fenômenos decorrentes das viagens e estada de forasteiros, desde que não vinculados a alguma atividade produtiva nem com residência permanente no destino” (HUNZINKER; KRAPF, 1942a p.21 *apud* NETTO, 2011, p. 72). Esta definição “[...]foi considerada a oficial por vários organismos internacionais, inclusive pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e pela Aiest<sup>29</sup>” (NETTO, 2011, p. 72).

A definição elaborada por Hunziker e Krapf sofreu críticas, pois nega o *animus lucrandi* das viagens, desconsiderando da prática turística os deslocamentos relacionados a trabalho. Após um longo período de discussões sobre essa conceituação, as motivações econômicas passaram a ser incorporadas à definição de turismo, segundo Netto (2011, p.75).

A partir dos anos de 1980, a OMT se afastou gradualmente da Aiest, motivada especialmente por divergências teóricas, e também deixou de adotar a definição de Hunziker & Krapf como definição oficial de turismo. Hoje aceita a posição de que o turismo pode ser motivado por questões econômicas, e não apenas por uma necessidade de lazer.

A nova definição oficial do turismo adotada pela OMT, conforme destaca Assunção (2012, p. 13-14), foi definida:

[...] em 4 de março de 1993, a qual se estabeleceu uma definição a fim de unificar os critérios estatísticos para quantificar as

29 Aiest – *International Association of Scientific Experts in Tourism*, fundada em 1951 dedicada a melhorar a indústria mundial de viagens e turismo através da análise de tendências e desenvolvimentos mais recentes em turismo e soluções visuais para problemas à medida que surgem, de acordo com seu *website* oficial < <https://www.aiest.org/home/>>.

correntes turísticas mundiais. Dessa forma, o termo *turismo* é compreendido como: “atividades realizadas pelas pessoas durante as suas viagens e estadas em lugares distintos da sua residência habitual, por um período consecutivo, inferior a um ano, com fins de lazer, negócios ou outros motivos”.

Para a análise geográfica da prática turística, o elemento de destaque não é a motivação da viagem, pois é o elemento espacial que envolve o deslocamento de indivíduos, do seu local de origem em direção a outro local com o intuito de desenvolver alguma atividade recreativa, independente se esse é o objetivo primário ou secundário da viagem, a centralidade da análise, admitindo que “[...] o turista é sempre alguém que não pertence ao lugar visitado, toda prática de turismo envolve lugares emissores de turistas, espaços de deslocamento e lugares receptores” (CRUZ, 2012, p.6.).

A prática turística, neste sentido, pressupõe uma dinâmica espacial do turismo, no qual, a partir da mobilidade entre o lugar emissor e o lugar receptor, permeado pelos espaços de deslocamento, que são os meios e vias de transportes utilizados para realizar o deslocamento, é possível verificar uma produção específica do espaço geográfico, uma materialidade que dá suporte as ações da prática do turismo.

É a partir da dinâmica espacial do turismo que a geografia, enquanto ciência se interessa pela prática do turismo, principalmente nos lugares receptores, sendo estes, conforme destaca Almada (2019) o lugar turístico, espacialidade onde a prática e o consumo do turismo se realizam, ou ainda conforme Fratucci (2000, p. 123), é “na escala local que o fenômeno turístico se manifesta territorialmente, estabelecendo-se com toda a materialidade das suas relações e interações”.

Sobre o conceito do lugar, destaca-se que este é composto por inúmeras variáveis, e a produção do espaço geográfico pode ter sido realizada, ou impulsionada, a partir de uma ou pelo conjunto dessas variáveis que se materializam de modo singular no território. Neste ponto é necessário entender a produção do espaço geográfico a partir da variável do turismo, tendo como premissa analítica a noção do Lugar Turístico, ou seja, os lugares onde a sua produção, ou reprodução, se deu em função da atividade turística.

Um lugar torna-se turístico a partir de sua refuncionalização, mas, o que torna isso possível é o evento, compreendido como “agente-ação” que materializou essa possibilidade no território. O evento está relacionado com o processo que possibilita a emergência de novas funções e formas, ou refuncionaliza as antigas, resultando em um novo uso do território no lugar. O fenômeno do turismo ao ser analisado a partir de sua configuração territorial, leva em consideração a totalidade existente em um dado lugar turístico, ou enquanto processo que está transformando e/ou refuncionalizando o lugar para receber a prática do turismo.

Na escala do lugar é possível perceber as formas singulares, a história, a identidade e sua importância na perspectiva de localização espaço geográfico (SIQUEIRA; BERDNACHUK, 2019). No âmbito do turismo, na escala do lugar, essas transformações dizem respeito ao conjunto de transformações, sejam elas infraestruturais, políticas ou comerciais, que possibilitam determinada localidade estar preparada para receber fluxo turístico, tornando-se deste modo, um lugar receptor, um lugar turístico.

Uma vez constituído o lugar turístico ele passa a apresentar diferentes usos do seu território. Lopes Junior (2011) afirma que o turismo se apresenta com uma nova roupagem que busca se afastar daquilo que seria convencional, dando origem a várias modalidades, como: o turismo cultural, religioso, desportivo, estético e saúde, ecoturismo, turismo de negócio entre outros. Cruz (2003) informa que a abundância de tipos turísticos é motivada pela busca do exótico por parte do turista, em que se distingue daquilo que é vivenciado no seu cotidiano.

A diversidade turística está ligada também ao contexto da sua permanência no lugar, visto que algumas modalidades não conseguem manter o contínuo fluxo durante todo o período. Para melhor refletir sobre tal característica aponta-se a ideia de um lugar turístico sazonal. Segundo Santos e Araújo (2021) a sazonalidade ligada ao turismo possui laços com a inconstância de serviços, pois há uma dependência com certos períodos do ano. Já que há a ausência de serviços no lugar isso faz refletir que é muito motivado pela falta do turista.

Para além dos diferentes tipos de turismo que podem se enraizar no lugar, há outra especificidade do lugar turístico que é importante ressaltar que é a característica da sazonalidade. Este fenômeno pode ser definido como o período em que a atividade turística só ocorre em determinados dias do ano, podendo se

observar uma variação na concentração turísticas e atividades de comércio no decorrer do espaço e do tempo (RUSCHMANN, 2005; MOTA, 2001).

A sazonalidade diz respeito ao conjunto de transformações temporárias que possibilitam que um lugar se torne turístico no período em que estiver ocorrendo determinado evento, ou seja, são áreas urbanas ou rurais que não foram feitas ou transformadas para serem turísticas o ano inteiro, apenas em curtos períodos, ao término do evento o lugar retorna as práticas cotidianas habituais e o fluxo turístico cessa.

Portanto, com o propósito de melhor compreender essa discussão, o presente capítulo tem como objetivo realizar um ensaio teórico acerca dos processos que contribuem para a materialização do turismo no lugar e como a sazonalidade se acrescenta como característica a essa atividade.

O texto está dividido em duas partes, a primeira apresenta elementos para discutir o conceito de lugar turístico, a segunda parte, apresenta a sazonalidade, apresentando este enquanto uma característica ou condição à temporalidade dos turistas e de quase todas as atividades que dão suporte para o turismo acontecer, visto que a promoção dele está intimamente ligada com períodos específicos do ano como feriados, datas comemorativas realização de eventos entre outros pontos.

## 5.2 O LUGAR TURÍSTICO

Na perspectiva da constituição do lugar turístico, Knafo (1991) chama a atenção para o seu processo de invenção, reconhecendo, que para alguns casos, a importância da presença de celebridades para a divulgação de lugares turísticos, nesta lógica, além da realidade material, dos objetos, também é necessário que as ações para completar o sentido existencial do espaço geográfico, garantindo que esse lugar torne-se um destino turístico, pois, sem a presença dos turistas, que são “[...] os primeiros atores, historicamente, no desenvolvimento dos espaços turísticos realizando distinções, designações de uma área mais do que a outra” (ÉQUIPE MIT, 2008, p. 190), um lugar não pode tornar-se efetivamente turístico.

No movimento de tornar-se turístico do lugar, encontra-se um processo inacabado de uma parte do espaço geográfico, e esse é uma totalidade em movimento que nunca está pronta, em constante transformação, onde “[...] a cada momento do tempo o espaço possui uma configuração territorial específica, com ações e objetos contemporâneos àquele momento” (ALMADA, 2015, p. 90).

Nesta perspectiva, a emergência de um dado momento é vivenciada a partir do lugar, pois é “no lugar, estamos condenados a conhecer o mundo pelo que ele já é, mas, também pelo que ainda não é. O futuro, e não o passado torna-se a nossa âncora” (SANTOS, 2012b, p.163). O futuro se apresenta enquanto possibilidade de existência, e essas são dadas pela realidade presente, materializada no lugar, essa por sua vez, resultado de uma construção processual e possibilidade já materializadas no lugar.

O turismo materializado no lugar é resultado de “[...] um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares” (SANTOS, 2012a, p. 337), nesse sentido, pode-se estabelecer o conceito de lugar turístico para analisar o fenômeno do turismo a partir da abordagem geográfica.

Conforme lembra Boyer (2003), nenhum lugar é turístico a priori. Sobre isso, Knafo (1991, p.15) destaca que o lugar passa por um processo de invenção por meio de uma construção socioespacial, “portanto, um lugar que se torna turístico modifica brutalmente o seu estatuto de utilização”, ou seja, novas possibilidades existenciais passam a fazer parte da realidade material do lugar.

O processo de transformação de um lugar para um lugar turístico tem como ponto central a sua refuncionalização. A análise do território usado pela prática do turismo no lugar, traz à luz uma possibilidade da ação humana nos objetos, já transcendida em ato, materializada, enraizada no solo, um instante do movimento da totalidade, uma forma de cindi-la para realizar sua apreensão, pois, “[...] a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer” (SANTOS, 2012a, p. 117).

O lugar turístico enquanto, possibilidade já realizada, tem a sua existência efetivada a partir das formas materiais, que compõem a sua configuração territorial, essa não é um dado material uniforme, com formas de um mesmo tempo, de um mesmo período ou realidade técnica, pois é resultado acumulativo de tempos desiguais, um amálgama entre a configuração territorial e o território usado, onde convivem as formas e funções socioespaciais para atender a atividade do turismo e as formas e funções para atender as necessidades cotidianas do lugar, ressaltando que “os lugares, pois, se definem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade comunicacional, cuja fusão os caracteriza e distingue”. (SANTOS, 2012b, p. 160), acrescentando essas variáveis na classificação dos lugares turísticos.

Neste ponto, far-se-á uma ressalva em relação a densidade comunicacional, no qual será utilizado a expressão técnica-científica-informacional, pois, os conteúdos técnicos da atualidade são indissociáveis ao conteúdo científico, ele vale para a dimensão informacional que é solidária à essa dinâmica. A variável comunicacional do lugar é resultado, um produto do acúmulo da densidade técnica-científica-informacional (DTCI) do lugar.

Os lugares encontram-se em diferentes níveis de DTCI, uma vez que o processo de turistificação pode ocorrer de modo diferenciado, podendo ter uma maior ou menor densidade. Os enclaves turísticos, são exemplos de lugares turísticos com grande nível de DTCI, no qual esses são “porções de espaço relacionadas a um uso turístico, visivelmente apartadas do contexto espacial em que se inserem, tanto por sua arquitetura dominante como pela fragilidade das relações que tecem com seu entorno imediato” (CRUZ, 2012, p.21).

Os enclaves, lugares onde ocorre superespecialização do território usado pelo turismo, aparentemente apartados do contexto socioespacial em que estão inseridos, interpretado por alguns autores como pseudolugares, devido a sua artificialização, por exemplo, o caso dos hotéis resorts que possuem em suas dependências uma densa infraestrutura especializada em satisfazer as necessidades de consumo dos turistas sem que esses precisem se ausentar das dependências do hotel, sobre esses casos, Cruz (2012, p. 25) afirma que os pseudolugares “[...] são lugares cuja história e identidade são prostituídas em nome de um uso especializado de relações alienadas e alienígenas produzidas pelo e para o turismo”.

Embora os enclaves turísticos possam aparentar uma existência artificializada na paisagem, não é possível interpretá-los como pseudolugar, pois, de fato, eles existem enquanto possibilidade realizada, em um dado do contexto socioespacial, mesmo que a população local não venha, comumente, desfrutar das opções de lazer oferecidas pelos resorts, muitas vezes ela é utilizada como mão de obra ou como fornecedora de insumos necessários para o cotidiano desse tipo de empresa. Portanto, mesmo com formas e funções destoantes da paisagem em que se inserem, os enclaves são lugares turísticos, logo, solidários com o seu entorno.

A análise do lugar leva em consideração os elementos que o constituem, tantos os materiais quanto os imateriais, no qual participam o Estado, por meio de políticas públicas, de normas e leis, os empresários, comerciantes, das mais diver-

sas naturezas, os moradores, visitantes e principalmente os turistas, permeados por imagens preenchidas por discursos que individualiza cada lugar.

A invenção do lugar turístico, uma porção do espaço geográfico transformado pelo turismo, ocorre a partir de um duplo movimento, “o primeiro sendo um processo de desvio de utilização predominante do lugar – este é o poder subversivo do turismo – e o segundo sendo a incorporação de novos territórios ao lugar turístico – este é o poder de conquista do turismo” (KNAFOU, 1991, p.16).

A partir desses dois poderes é possível identificar os processos de turistificação do lugar, no qual “a invenção do lugar turístico começa, portanto, com um desvio da utilização tradicional do território e, ao mesmo tempo, em que ocorre uma mudança de significação” (KNAFOU, 1991, p.16).

O processo de subversão do lugar em lugar turístico está alicerçado “[...] em grande parte na elaboração de um discurso, que contribui para uma coisificação e uma fetichização de certos pontos do território” (SILVEIRA, 2002, p. 36). Nesse sentido, os elementos naturais do sol e do mar contribuem para ressignificar o território usado no litoral, tratando-se do que Silveira (2002, p.37) chamou de aptidão paisagística, que “através de preferências moldadas ao ritmo da publicidade, de modas culturais e esportivas, de critérios estéticos, de possibilidades técnicas e estratégias de mercado. Eis porque as paisagens são valorizadas, diferentemente, a cada momento histórico”.

A aptidão paisagística, que transforma pontos do território em mercadoria, e por seguinte o fetichiza, não pode ser analisada apenas por seus atributos naturais, pois o fetiche em visitar um dado ponto no planeta é uma manifestação da psicoesfera. Logo, a aptidão paisagística é um conjunto de dados psiconaturais, esses “são processos de apropriação dos elementos ditos naturais, porque se esses dados não têm artifício na sua constituição material, eles o têm na sua constituição simbólica e social” (SILVEIRA, 2002, p. 37).

Apenas a transformação psicológica da praia pela valoração dos elementos naturais, como a praia, o mar e as dunas não são suficientes para consolidar a existência do turismo, pois, é necessária uma realidade material que suporte a essa atividade, é nesse sentido que o processo de invenção do lugar turístico resulta de um duplo movimento. Após a subversão material e simbólica do lugar há a conquista de novos territórios por meio da incorporação de lugares já existentes ou a

criação de lugares ex nihilo que irão garantir a configuração territorial necessária para a realização da atividade turística no lugar.

A invenção do lugar turístico não ocorre homogeneamente na superfície terrestre, podendo ocorrer em variadas escalas e intensidade, resultando na transformação da essência dos lugares, isso é, na maneira como o território é usado, a partir do momento em que ocorre algum fator que modifica o modo como o território é usado, a sua essência também se modifica, não apenas isso, a configuração territorial também se modifica para atender a demanda dos novos usos do território. A cada momento novos usos do território transcendem da potência ao ato e é nesse sentido, de nunca estar pronto, de estar inserido num ciclo infinito de mudanças, que o espaço geográfico é uma totalidade em curso, porém uma “totalidade irrealizável” pois nunca estará pronto (SANTOS, 2012a).

O vetor que instala a possibilidade de mudança da materialidade, e das ações sobre elas, pode ser interpretado pelo que Santos (2012a, p. 144) denomina evento, dessa forma, os diferentes tipos de lugares turísticos estão relacionados com os diferentes tipos de eventos que os originou.

Existe uma gama de eventos que se materializam em um mesmo lugar, uns com origens semelhantes, outros não, mas para a análise do turismo o que interessa é identificar os eventos diretamente relacionados com a turistificação do lugar.

Para Knafo (1996), há três fontes de turistificação dos lugares, podendo estar ou não diretamente relacionadas com a origem do evento que possibilitou o turismo no lugar. A primeira parte da premissa de que “são os turistas que estão na origem do turismo” (ibidem, p.70), e ainda, conforme Cruz (1999, p. 19), “sem turista, o lugar turístico não tem razão de ser”.

Entretanto, apenas essa característica tautológica do lugar turístico não é suficiente para explicar a razão de ser turístico. Além da presença do turista, é necessário que o mercado tenha interesse, ou seja, “o mercado é a segunda fonte de criação” (KNAFOU, 1996, p. 70). Porém, esse interesse é consolidado a partir da terceira fonte: “planejadores e promotores ‘territoriais’” (ibidem, p. 70). Esses, geralmente, estão presentes na figura do Estado desenvolvedor de políticas públicas para a atividade turística.

O Estado promove a invenção do lugar turístico por meio das políticas públicas, podendo assumir a função de vetor para a materialização do turismo, possibilitando os processos de subversão e de conquista do território para o turismo,

modificando a configuração territorial, criando e/ou refuncionalizando formas para atender as funções dessa atividade.

Corroborando sobre o papel das políticas públicas para a existência do lugar turístico, Cruz (1999, p. 3) argumenta que o modo como se dá a apropriação de um dado espaço pelo turismo depende da política pública de turismo que se leva a cabo no lugar. À política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento socioespacial atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada. Na ausência da política pública, o turismo se dá à revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares (CRUZ, 1999, p. 3).

Essas políticas estão relacionadas com o evento que possibilita a materialização do turismo no lugar, e a essência do modo de produção capitalista está na origem das políticas públicas, dotar os espaços de meios para aumentar a produtividade econômica para garantir o processo de acumulação de riquezas, para garantir a reprodução do sistema.

O potencial de desenvolvimento econômico pelo turismo de um determinado lugar está diretamente relacionado com o número de turistas por ano e do total de receitas geradas, em que quanto maior a concentração de densidade técnica-científica-informacional relacionada ao turismo no lugar possui maior a probabilidade de o turismo contribuir de forma significativa para o seu desenvolvimento econômico.

Compreender o lugar turístico pela geografia é realizar uma análise situacional de um determinado momento no tempo e no espaço, tendo como premissa que um lugar turístico é aquele que possui uma função turística, ou seja, um território usado pelo turismo, que está diretamente relacionado com as formas, indissociadas de suas funções, que completam o seu sentido existencial do espaço geográfico, pois, o território usado são as formas e funções em ato, em outras palavras, o espaço geográfico no eterno movimento de realizar-se como tal. A primeira etapa do estudo geográfico do turismo é identificar onde e por que o turismo se materializa num determinado ponto e momento do espaço geográfico, e não em outro ponto ou momento.

Um lugar que tem na fonte de sua invenção o papel preponderante dos turistas geralmente é caracterizado pelas frentes pioneiras, um ponto de visitação

pouco frequentado, onde a taxa de visitação tende a aumentar de acordo com o aparecimento gradativo dos primeiros turistas e sua consequente publicidade. Quando esta fonte tem como premissa o mercado, deve-se levar em consideração os investimentos do setor privado do turismo que convergem no lugar, produzindo e modificando o espaço geográfico de acordo com os seus interesses.

O Estado, por sua vez, tem como principal atuação na elaboração de políticas públicas com o intuito de desenvolver ou criar a atividade turística em um determinado lugar, principalmente na dotação de infraestrutura possibilitando o incremento da demanda e hospedagem turística no território pretendido. Ressaltando que as três fontes de turistificação podem estar relacionadas na origem do lugar turístico, podendo variar em nível de participação e articulação nesse processo.

O espaço geográfico enquanto totalidade em movimento a cada instante passa por transformações, criando novas formas e/ou refuncionalizando as antigas, evocando a sua qualidade não estática, essa premissa para o processo de produção do espaço pelo turismo também é verdadeira, fazendo-se necessário identificar as transformações que um lugar sofreu ao longo do tempo a partir do surgimento da atividade turística. Para esta análise pode-se recorrer a metodologia da periodização, essa segundo Santos e Silveira (2001, p.24) são realizadas em períodos, que são “[...] pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo”.

### **5.3 A SAZONALIDADE DO LUGAR TURÍSTICO**

A sazonalidade é um fenômeno típico das sociedades na qual tem a regularidade de suas atividades ditadas por comportamentos externo. Seja no campo ou na indústria, os funcionamentos desses setores são regulados por ações que nem sempre estão sobre o controle de um único agente. Quanto ao turismo não é diferente. A atividade turística possui na sua natureza o aspecto da sazonalidade, visto que possui uma grande dependência com a questão de trabalho, férias, períodos festivos entre outros aspectos (PEREIRA; EICHENBERG, 2016).

Partindo desse pressuposto, pode-se apontar que a sazonalidade ligada ao turismo tem como ideia a concentração de turistas em certos períodos do ano, bem como a presença marcante de atividades econômicas que vão variar conforme a temporada (HENZ; LEITE; RUIZ, 2014). Partindo desse pressuposto, pensar em um lugar turístico sazonal é apontar como o espaço em determinados períodos passa por uma refuncionalização para receber a atividade turística.

Para compreender como se dá a organização do lugar turístico sazonal é preciso apontar a configuração territorial do lugar. Para Santos (2021) a configuração territorial é descrita como a porção do território mais o conjunto de objetos entreposto. Tais objetos podem ser descritos como naturais ou artificiais.

A configuração que o território apresenta deve ser entendido pela totalidade que se materializa no lugar em um determinado tempo. Sendo a totalidade um meio para compreender a realidade, pode-se descrever que ela é formada pela concretude dos homens e das coisas a partir das suas relações que estão sempre em movimento (SANTOS, 2020).

A totalidade está sempre em movimento em um dado processo de totalização, afirma Santos (2020) a partir dos pressupostos de Sartre. O que se escreve como totalização é a realidade que nunca se apresenta como concreta, mas sim como algo que se coloca como posto em um dado momento, mas logo em seguida se refará. Saquet e Silva (2008, p. 07) afirmam que a totalidade é, pois então “conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente.

Pensar na configuração territorial do turismo é compreender que ele acontece onde estão situados os fixos, representados por todos os objetos que compõe o turismo, e os fluxos que são gerados a partir dos objetos turísticos (STEINBERG, 2010). Partindo desse princípio, o lugar turístico sazonal pode ser entendido como aquele espaço composto por um sistema de fixos que só assumem a função turística em momentos específicos e, por conta disso, têm seus fluxos modificados em decorrência da flutuação da atividade turística.

Nesse caso, quando o lugar turístico sazonal se materializa nas formas preexistentes que vão receber novas funções ao passo que novas formas também passam a ser criadas para fim de agregar uma maior infraestrutura para a atividade. Uma vez que estruturado o lugar turístico sazonal o seu território passa a ser usado em função dessa atividade.

Para compreender como se dá o uso do território pelo turismo é preciso inicialmente considerar como Santos o descreve. Para Santos (2014, p. 255) “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” uma vez que “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço”. Observar a constituição do território pelo seu uso torna-se importante para apontar quem usa e como usa.

O resultado do uso do território sempre se dá na escala do lugar onde é possível observar as condições específicas de cada uso. Santos, na obra *Metamorfose do Espaço Habitado*, aponta que “cada elemento do espaço tem valor diferente segundo o lugar em que se encontra” (2014, p. 21). Desse modo, tem-se o território pelo uso e a escala do lugar como o meio que operacionaliza esse uso (DANTAS, 2016).

No caso do lugar turístico sazonal pode-se dizer que o uso atribuído ao território ocorre de maneira descontínua no tempo e no espaço. Por tanto, dentro da periodização do lugar turístico sazonal, Steinberg (2010) destaca que apreender o uso do território torna-se importante para refletir sobre quem usa e como atua.

Para início de reflexão, como já elencado nesse texto a partir de Knafo (1996) a materialização do lugar turístico se dá pela atuação do papel do Estado, mercado e do turista. Partindo desse pressuposto, é concebível analisar como se dá o processo de uso do território pelo turismo que vai muito além do processo de construção.

Em primeira instância, o papel do Estado deve ser visto como aquele que assume o protagonismo na materialização e gestão da atividade turística. Segundo Oliveira e Oliveira (2012) o Estado, efetivamente, desempenha o papel de agente das políticas públicas encarregado de promover o planejamento, investimentos, qualificação da mão de obra, bem como regular e regulamentar as ações do setor turístico.

Nesse sentido, o Estado tem o papel de criar o lugar turístico por meio das ações públicas, onde Almada (2019, p. 210), argumenta que:

[...] assume a função de ser um vetor da materialização do turismo no lugar, no qual possibilitam os processos de subversão e de conquista do território para o turismo, modificando configuração territorial, criando e/ou refuncionalizando formas para atender as funções dessa atividade.

Por sua vez, no caso do lugar turístico que detém perfil da sazonalidade denota-se o papel do Estado a promover investimentos e criar a infraestrutura para que ocorra a materialização do turismo no lugar. As formas que compõem o lugar turístico são chamadas de sistema de objetos. Através desses objetos são encontrados a ação do mercado, apontado como o segundo agente do turismo.

O mercado é descrito como aquele que promove investimentos para fins privados. Para Cruz (1999) é pouco provável encontrar uma outra atividade que consuma o espaço como faz a atividade turística. O seu consumo é observado por toda carga de serviços que uma vez instalado no lugar permite a atividade turística acontecer.

No lugar turístico sazonal a oferta de bens e serviços são apresentados por dois tipos. O primeiro pode ser descrito como o estático como a infraestrutura básica necessária para o turismo se fazer, dentre elas podem-se apontar os meios de hospedagem e a infraestrutura básica onde vai ser possível agregar outras atividades. Normalmente, costuma ser espaços que fora do período turístico eles assume outras funções que não são para tal atividades.

O segundo é descrito como os não estáticos representados pelos estabelecimentos itinerários, estandes e ambulantes. São aqueles que só se instalam no lugar quando a demanda de turista está presente. Esse tipo de serviço vive da dependência de eventos. Assim, ele só se encontra presente onde o turismo esteja se realizando.

Os agentes responsáveis por materializar a oferta de bens e serviços apresentam características diversificadas, apesar conviverem no mesmo espaço. A diferenciação está na sua infraestrutura e nos aspectos modernos que condicionam o seu funcionamento. Para melhor entender como ocorre essa distinção entre aqueles que distribuem a oferta de bens e serviços admite-se uma leitura geográfica a partir da teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos na qual o autor oferta uma análise acerca das relações econômicas a partir dos países subdesenvolvidos.

Para Santos (1979) o circuito da economia pode ser entendido a partir da sua divisão em circuito superior e inferior. O primeiro seria “constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores” (SANTOS, 1979, p. 31). Aplicado ao turismo sazonal, esse circuito é constituído por parcela de serviços que dão suporte a existência do lugar turístico como meios de hospedagem de luxo, resort, parques aquáticos, centro de convenções entre outras infraestruturas que estão no espaço do lugar turístico e são essenciais para a sua prática.

Por outro lado, o circuito inferior pode ser compreendido por um meio “não moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie” (SANTOS, 1979, p. 155). Marcado pela informalidade, o circuito inferior atrelado ao turismo pode ser entendido a partir da atuação de toda atividade representada pelos ambulantes, itinerários, estandes entre outras formas que, em decorrência da sazonalidade, só são vistos no lugar turístico quando há demanda.

Entre o circuito superior e inferior pode-se encontrar um superior marginal. Onde Santos (1979, p. 103) descreve como sendo “[...] o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas. Essa demanda pode vir tanto de atividades modernas como do circuito inferior”.

Na ideia de Rodrigues (2019) o circuito superior marginal possui em si uma grande importância quando atrelado ao turismo. As atividades situadas nesse setor são representadas por toda infraestrutura que compõe a circulação dos turistas através de empreendimentos que ofertam para o turista pacotes que englobam roteiros que vão conduzir os turistas para explorar o espaço dos atrativos.

De todo modo, a existência de atividades que situadas nos circuitos da economia urbana no lugar turístico sazonal é caracterizada por uma relação de hierarquia e dependência do inferior para com o superior. De acordo com Almada (2021) a subordinação do circuito inferior do turismo está atrelada a dependência dos turistas captados pelo circuito superior, possibilitando assim a capacidade de venda dos produtos comercializados pelos ambulantes.

O outro agente importante no turismo é o próprio turista, visto que ele é um elemento primordial, pois sem ele a atividade turística não se realiza. Um lugar só pode ser concebido como turístico se tiver aquele que o complementa, o turista (ALMADA, 2021). Tais indivíduos podem ser caracterizados como parte dos fluxos que estão em constante movimento no lugar turístico.

Santos e Araújo (2021) reiteram que o turismo é um tipo de atividade que tem em sua característica básica o deslocamento de pessoas em um recorte temporal que é marcado por mais de 24 horas permanecendo no lugar e com menos de um ano fora do seu lugar de moradia. No caso do lugar turístico sazonal, conforme Boiteux e Wener (2009) a presença do turista, fruto do processo de sazonalidade, pode variar conforme o período do ano e ainda tem seu tempo de estadia no lugar condicionado em determinados momentos ao período em que a atividade atrativa acontece.

**À vista disso, pode-se descrever que a materialização de um lugar turístico sazonal é formada por uma série de elementos descritos como o sistema de objetos que produzem as ações que se caracterizam no papel exercido pelo Estado, mercado e turistas e que só dão significado ao espaço em um tempo determinado, marca expressiva da sazonalidade. Por meio da categoria de análise do território usado, torna-se possível identificar como esses agentes do turismo atuam na construção, mas também no uso do território do lugar turístico sazonal de forma que seja possível refletir acerca das relações e contradições que se estabelecem entre eles.**

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O turismo como uma atividade capaz de promover transformações no espaço geográfico pode ser analisado a partir da escala do lugar, dimensão essa onde está inserido o cotidiano e a relação entre os indivíduos que o constituem. Desse modo, o lugar turístico, a partir da potencialidade presente no espaço, pode ser apresentar com diferentes roupagens, podendo ser turismo cultural, religioso, histórico, negócios entre outros. Somado a esse aspecto, pode-se apontar a relação de temporalidade da atividade turística no lugar, fenômeno que é conhecido como sazonalidade.

O lugar turístico terá seu uso realizado por diferentes agentes, dos quais se destacam o Estado como agente construtor e regulador do espaço, o mercado que contribui para materializar as atividades econômicas de cunho privado e por apresentar uma diferença na densidade técnica e de capital podem ser analisadas a partir dos dois circuitos da economia urbana, e por fim tem-se o turista na qual sem ele o turismo não se realiza. Dentro dessa conjuntura manifesta-se a sazonalidade, na qual fará com que tanto as formas presentes no espaço e suas funções, bem como os agentes que contribuem para a formação do turismo no lugar só se materializem apenas em momentos específicos do ano.

O lugar turístico sazonal nesta perspectiva é aquele é temporariamente transformado para a atividade turística durante a ocorrência de algum evento, seja ele de natureza religiosa, de negócios ou de lazer. A análise da prática turística que transforma o lugar temporariamente leva em consideração o papel no estado; as políticas públicas de fomento quanto pela normatização do uso espaço público/privado, do mercado; as empresas e comerciantes que atuam na organização os eventos e as empresas especializadas em infraestruturas móveis, e principalmente, os turistas, que envolvem as suas práticas.

## REFERÊNCIAS

ALMADA, José Alexandre Berto de. **Situações geográficas em movimento nas praias da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu**: das ideologias ambientais ao território usado pelo circuito inferior do turismo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2015.

ALMADA, José Alexandre Berto de. Lugar Turístico e Território Usado: contribuições teóricas ao estudo do Turismo a partir da Geografia de Milton Santos. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 4, n. 15, p. 197-221, 2019.

ALMADA, José Alexandre Berto de. **Lugar turístico e os circuitos da economia urbana no Litoral Norte do Polo Costa das Dunas, Rio Grande do Norte**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2021.

ASSUNÇÃO, P. **História do turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX**: viagens, espaço e cultura. Baurei: Manole, 2012.

BECKER, E. L. S. Geografia e turismo: uma introdução ao estudo de suas relações. **Rosa dos Ventos**, v. 6, n. 1, p. 52-65, 2014.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Bauru: EDUSC; Salvador: EDUFBA, 2003.

CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. Ed. 1, FFLCH: São Paulo, 2007, 74p.

CRUZ, R. C. A. **Introdução a Geografia do Turismo**. 2. Ed. São Paulo: Roca, 2003, 126p.

CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e (re) ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil**. Tese de Doutorado. 359f. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

CRUZ, R. C. A. da. **Geografias do Turismo**: De lugares a pseudo-lugares. São Paulo, 2012. Colaboradores: SABINO, André Luiz; MOLINA, Fabio Silveira; CHAGAS, Rodolfo Pereira das.

DANTAS, A. Geografia e epistemologia do sul na obra de Milton Santos. **Mercator**, v. 13, n. 3, p. 49-61, 2014.

ÉQUIPE MIT. **Tourisme 1**: Lieux touristique. Paris: Belin, 2008.

FRATUCCI, A. C. **Os lugares turísticos**: territórios do fenômeno turístico. **GEOgraphia**, v. 2, n. 4, p. 121-133, 2000.

HENZ, A. P.; LEITE, F. C. L.; RUIZ, T. C. D. Um ensaio teórico sobre a sazonalidade e turismo. In: Fórum Internacional de Turismo do Iguaçu, 01. 2016. Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: Epagri. p. 01-19, 2014.

KNAFOU, R. L'invention du lieu touristique: la passation d'un contrat et le surgissement simultané d'un nouveau territoire. In: *Revue de géographie alpine*, tome 79, n°4, 1991. pp. 11-19.

KNAFOU, R. Turismo e território. "Por uma abordagem científica do turismo". In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques

regionais. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 62-74.

KNAFOU, R. ; BRUSTON, M. ; DEPREST, F. ; DUHAMEL, P. ; GAY, J. C. ; SACAREAU, I. une approche géographique du tourisme. **Espace géographique**, v, 26, n. 03, p. 193-204, 1997.

NETTO, A. P. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2011.

LOPES JÚNIOR, W. M. Contribuição geográfica ao estudo do turismo. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 10, n. 22, p. 137-145, 2011.

OLIVEIRA, M. F. S.; OLIVEIRA, O. J. R. Estado e turismo: trajetórias do caso baiano. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 12, n. 3, p. 384-398, 2012.

PEREIRA, F. L.; EICHENBERG, F. O. Efeitos dinâmico da sazonalidade: estudo de caso da estância Mimosa Ecoturismo em Bonito-MS. **Revista Turismo y Desarrollo Local**, v. 9, n. 20, p. 01-13, 2016.

RODRIGUES, D. S. A.; **Qualidade dos Serviços Hoteleiros**: percepção dos turistas de negócio de Teresina-PI. 2015. 119f. Dissertação (Mestrado em turismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

RODRIGUES, A. F. A. C. Os Circuitos da Economia Urbana na Perspectiva do Turismo em Belém, Pará. **Turismo & Sociedade**. v. 12, n. 1, p. 130-151, 2019.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4ed. São Paulo: Edusp, 2012a.

SANTOS, M. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2012b.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. Ed. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2020, 260p.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. 6. Ed. Edunesp: São Paulo, 2021, 133p.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos 1. Ed. Edusp, 1979, 440p.

SANTOS, R. P.; ARAÚJO, J. S. B. O espaço geográfico como palco do espaço turístico e suas complexidades. **Ambiente e Sociedade**, v. 1, n. 8, p. 126-137, 2021.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **GeoUERJ**, v. 10, n. 18, 24-42, 2008.

SILVEIRA, Maria Laura. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo**. Modernidade. Globalização. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 36-45.

SIQUEIRA, A. C. C.; BERDNACHUK, C. A. Lugar turístico e a relação com as redes geográficas e a mobilidade. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 41, p. 103-117, 2019.

STEINBERGER, M. O turismo como uso do território: uma reflexão teórica baseada na categoria “território usado” proposta por Milton Santos. **Revista Turismo e Desenvolvimento**. v. 3, n. 13/14, 1169-1170, 2010.

# ESPAÇO CIDADE E TURISMO



a produção geográfica do Laboratório  
de Geografia Humana da Universidade  
do Estado do Rio Grande do Norte

## O TURISMO

# 06

**TURISMO E A COVID-19 NO RIO GRANDE DO NORTE: OS  
IMPACTOS NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM MOSSOROENSE**

Rafael Silva de Souza  
José Alexandre Berto de Almada

## **TURISMO E A COVID-19 NO RIO GRANDE DO NORTE: OS IMPACTOS NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM MOSSOROENSE**

Rafael Silva de Souza  
José Alexandre Berto de Almada

### **6.1 INTRODUÇÃO**

O turismo alcançou uma importância econômica, social e ambiental pós Segunda Guerra Mundial. Essa conjuntura contribuiu para que a mesma passasse a se tornar um vetor de desenvolvimento para diversas regiões (HENRIQUE; SILVA, 2012; VENÂNCIO, 2018). Junto a isso, aponta-se que o processo de globalização foi um fator também importante para tornar a prática social do turismo em um evento vivenciado no cotidiano e se afastando do ideal de manifestação pontual (FERREIRA; GOMES, 2011). Foi nesse universo de expansão do fenômeno turístico que se deu a chegada da pandemia da Covid-19. A paralisação das atividades, com o propósito de reduzir a taxa de disseminação, gerou impactos adversos nas localidades em que o turismo detém uma importância.

A primeira manifestação do vírus da Covid-19 teve sua origem em na província de Wuhan da China no final de 2019. Em poucos meses a mesma atingiu um grau de disseminação em escala global e passou a ser categorizada como pandemia. Esse cenário provocou uma grande crise nos sistemas de saúde pública dos países. No entanto, os efeitos decorridos da Covid-19 não ficaram concentrados apenas no campo saúde, visto que consequências passaram a ser presenciadas em outros meios da sociedade, especialmente no setor econômico (CLEMENTE et al., 2020). Dentre as atividades mais afetadas, o turismo ganha lugar de destaque.

Dentro desse contexto encontra-se o município de Mossoró, situado no Rio Grande do Norte. Enquanto atividade turística, segundo Ministério do Turismo (Mtur) por meio de dados referentes ao ano de 2019, destaca-se por concentrar a segunda maior demanda turística do estado sendo constituída por diferentes segmentos, como o cultural, religioso, eventos e de negócios. Mas, com a propagação do vírus da Covid-19 em seu território, a localidade teve toda a sua dinâmica espacial alterada pela necessidade de cancelar todas as atividades de cunho turístico.

Devido à situação de crise, provocada pela pandemia da Covid-19, dos quais afetou desde o fluxo de pessoas até os estabelecimentos voltados para o turismo, o presente capítulo tem como objetivo identificar os impactos socioespaciais da pandemia da Covid-19 na atividade turística de Mossoró/RN a partir da percepção dos meios de hospedagem.

## **6.2 OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM DE MOSSORÓ**

A difusão dos impactos ocasionados nos meios de hospedagem de Mossoró, pode representar consequências negativas para dinâmica espacial da localidade, uma vez que o município se apresenta como um importante centro urbano na realidade regional.

Conforme dados do estudo das Regiões de Influências das Cidades (REGIC, 2018, p. 192) apresentado pelo IBGE no ano de 2018 na qual “define a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimita as regiões de influência a eles associados” classifica Mossoró como Capital regional tipo C1. Essa categorização condiciona o município como a segunda maior localidade com grau de influência no contexto do Rio Grande do Norte. Esse aspecto é derivado pela participação dos três setores da economia, sobretudo, pela atividade agropecuária, industrial, comércio e serviços no PIB do estado, uma vez que Mossoró ocupa o segundo lugar no ranking na geração de divisas (IBGE, 2018).

Assim sendo, é possível constatar a importância do setor turístico perante o município, bem como no cenário potiguar, é resultado de toda uma cadeia de atividades econômicas que, somada ao cultural e religioso, acabam contribuindo para que a localidade apresente a segunda maior demanda de visitantes do estado. Mas, confirma-se que em função da Covid-19 a atividade turística foi afetada à medida que se observou uma redução na circulação de pessoas e no cancelamento de eventos ligados aos diferentes segmentos.

Para melhor compreender essa conjuntura, o presente capítulo buscou tratar sobre os impactos socioespaciais da pandemia da Covid-19 no turismo de Mossoró entre os meses de março de 2020 a março de 2021 através da percepção dos gestores dos meios de hospedagem. Desse modo, para alcançar os resultados, traçou-se um caminho metodológico capaz de apresentar as características dos

meios de hospedagem, os impactos adversos da pandemia da Covid-19 nos alojamentos, analisar as principais preocupações que o setor apresenta, bem como apontar as decisões tomadas para um retorno da atividade turísticas no município.

Em um primeiro momento, foi realizado levantamento bibliográfico de trabalhos científicos (artigos, dissertações, teses, livros entre outros escritos) presentes em plataformas de dados científicos como o *Google scholar*, *Scielo*, *Web of Science*, *Scopus*, bem como repositório de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso. A pesquisa envolveu os principais temas que perfazem a conceitualização do turismo, sua relação com a saúde, os impactos socioespaciais da pandemia entre outras discussões que corroborassem com a discussão.

No segundo momento, foi realizada a identificação do universo investigado por meio de consulta no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastrur) foi possível identificar os meios de hospedagem do município que se encontram cadastrados na plataforma. Para apontar os demais empreendimentos que não estão presentes no Cadastur, foi realizada uma busca no site de pesquisa *Google*. Assim, foi possível constatar um total de 22 meios de hospedagem para o ano de 2021.

Partindo desse entendimento, foram contatados os alojamentos. De uma amostra de 22 estabelecimentos, 18 decidiram participar do estudo, os demais optaram por não participar ou encontravam-se fechados. Contudo, foi possível obter uma amostra que representa 81,8% de todos os meios de hospedagem do município em funcionamento para o ano de 2021.

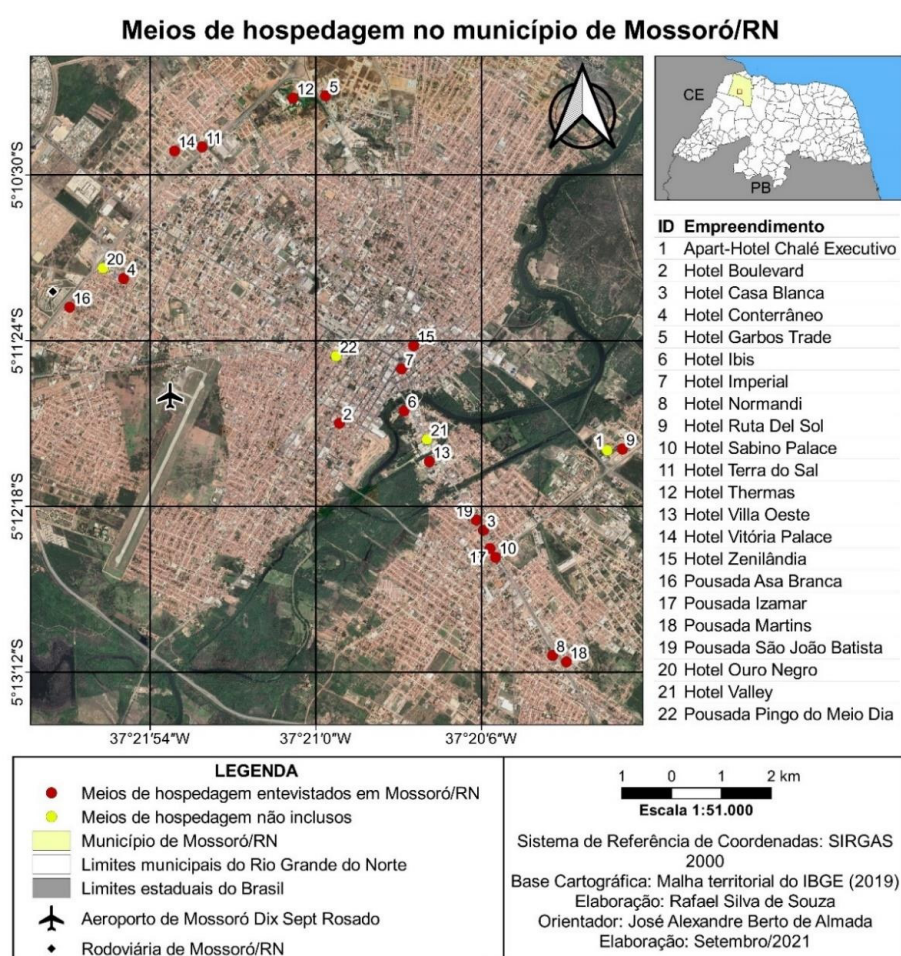
Desse modo, aplicou-se um questionário semiestruturado com os 18 meios de hospedagem entre os meses de abril e maio de 2021. O levantamento dos dados ocorreu através da plataforma *Google Forms*, para aqueles que optaram pela participação de forma *online*, totalizando 7 gestores, enquanto os outros 11 responderam de forma presencial através do questionário impresso. Seguidamente, a exposição das questões objetivas foram sistematizadas em gráficos, enquanto as questões subjetivas recorreu-se a metodologia de nuvem de palavras, recurso que permite dar evidência para os termos que foram mais citados pelos entrevistados. Por fim, a discussão ficou dividida em subcapítulos.

## 6.3 OS MEIOS DE HOSPEDAGEM DE MOSSORÓ

De acordo com a Imagem 1, é possível observar que os 22 meios de hospedagem registrados, considerando os 18 entrevistados e 4 que optaram por não participar da pesquisa ou tinham decretado falência, estão em sua maioria situados na avenida Wilson Rosado e na Avenida Presidente Dutra, consideradas duas principais vias de Mossoró. Essa concentração se dá pela facilidade de acesso a diversos equipamentos como rodoviária, aeroporto, shopping, restaurantes e a própria área central.

Do mesmo modo, por serem apontadas como vias que estão interligadas com as capitais Natal e Fortaleza, deste modo, os meios de hospedagens estão localizados nas áreas com maior fluidez territorial para os turistas que chegam ao município de Mossoró.

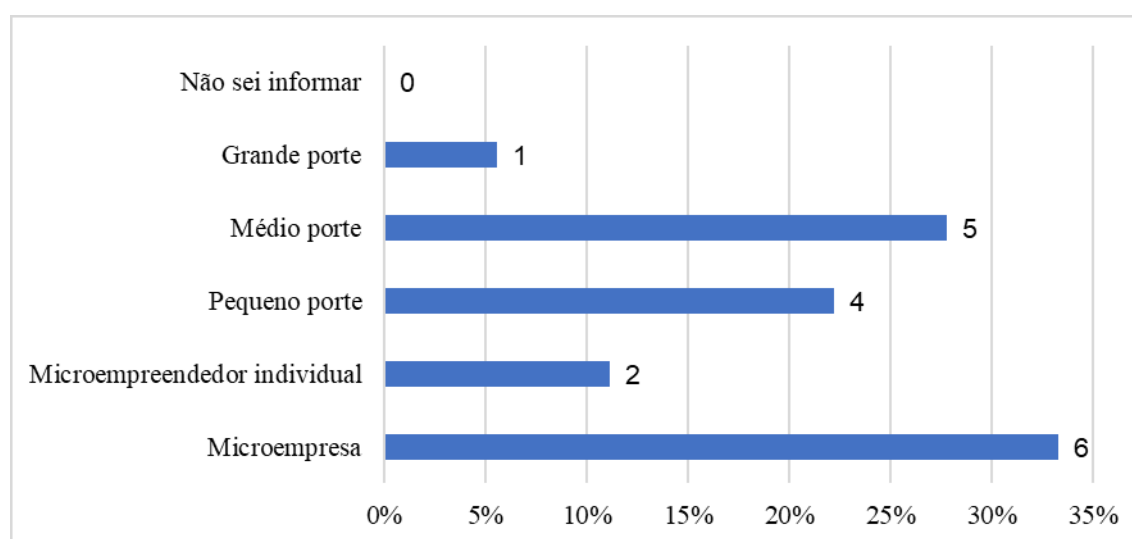
**Imagem 1** – Espacialização dos meios de hospedagem no município de Mossoró - 2021



Fonte: Autor, 2021

Apesar de estarem situadas em avenidas semelhantes, os mesmos apresentam uma distinção quanto a sua infraestrutura. Sabe-se que a localidade recebe diferentes públicos, desde daqueles que visitam para usufruir os festejos, até os que vem a trabalho, negócios ou participar de algum evento. Assim, estimulado por essa assimetria, a primeira indagação com os gestores dos meios de hospedagem se deu em busca de compreender qual era o porte de seus respectivos alojamentos. Organizados no Gráfico 1, as respostas apontam uma diversificação quanto a dimensão, mas elas estão concentradas em 3 portes específicos.

**Gráfico 1** – Porte dos meios de hospedagem de Mossoró - 2021



**Fonte:** Autores (2021)

Observa-se que em sua maioria são categorizados sucessivamente em micro, médio e pequeno porte. Apenas um empreendimento foi classificado como de grande porte, visto que este pertence a uma cadeia internacional de hotéis. Enquanto os demais empreendimentos fazem parte de uma cadeia regional como o Hotel Sabino ou tiveram seu desenvolvimento no próprio município, como relatam os entrevistados. Em relação ao número de unidades habitacionais<sup>30</sup> e leitos de hospedagem<sup>31</sup> a pesquisa apontou que até abril de 2021 existiam mais 400 unidades habitacionais e 650 leitos de hospedagem.

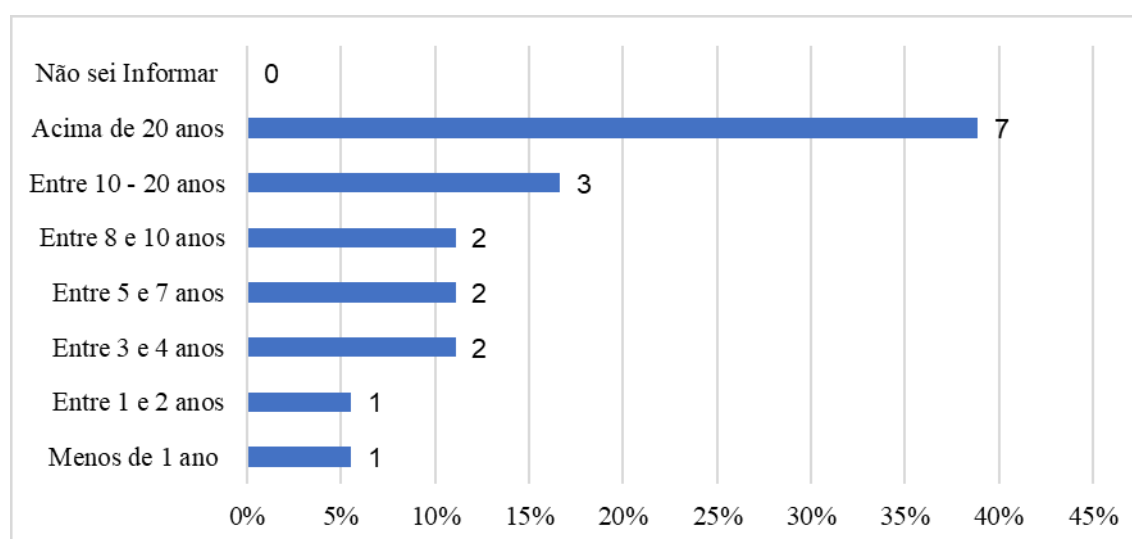
30 Unidade Habitacional refere-se aos apartamentos situados no empreendimento de hospedagem.

31 Leito de Hospedagem é o nome utilizado para se referir as camas situadas dentro das Unidades Habitacionais.

Importante observar que, entre os 18 meios de hospedagem entrevistados, chama a atenção que 44,5 % possuem acima de 50 unidade habitacionais e 72,2% contêm um número superior a 50 leitos de hospedagem. Segundo Zancan, Dantas e Campos (2017) a infraestrutura do turismo brasileiro passou a desenvolver uma categoria de alojamentos que tem como característica a capacidade de acomodar um elevado número de turistas. Esse formato vai ao encontro a ideia de que muitos dos empreendimentos passaram a prestar serviços que vão além da finalidade de hospedaria, incorporando buffet, piscinas entre outros meios que contribuem para uma maior demanda de ocupantes.

Prosseguindo, em termos de período de funcionamento, foi indagado a quanto tempo os meios de hospedagem encontram-se em operação na oferta de alojamentos de Mossoró. Os números, de acordo com gráfico 2, mostram que há uma variação no tempo de operação, mas sua maioria ainda são de estabelecimentos com um maior período de funcionamento.

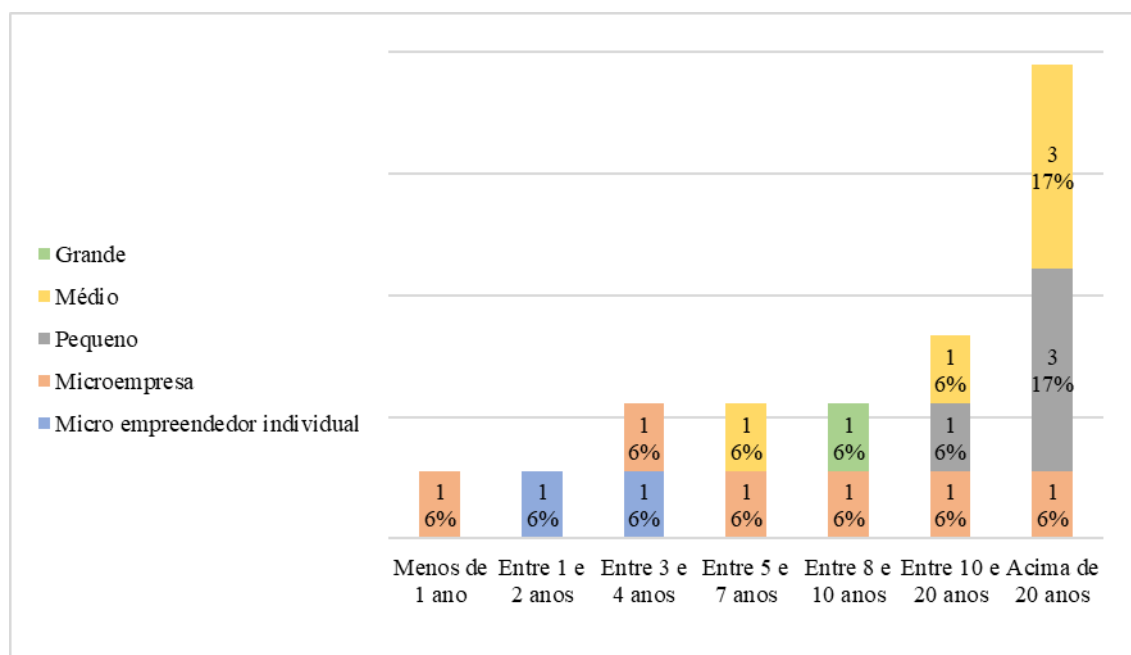
**Gráfico 2** - Tempo de funcionamento da rede de hospedagem de Mossoró



**Fonte:** Autoria (2021)

Constata-se que 55% dos alojamentos possuem acima de 10 anos no mercado. Esse contexto revela que o cenário turístico local é marcado por estabelecimentos mais tradicionais, dado que se revela ao avaliar a progressão de surgimento de novos alojamentos com menos de 10 anos de atuação. Somado a isso, ao comparar o porte dos empreendimentos e o tempo de atuação no mercado turístico, conforme o Gráfico 3, é possível observar uma maior frequência de alojamentos de micro, pequeno e médio porte.

**Gráfico 3 – Porte dos meios de hospedagem x tempo de funcionamento**

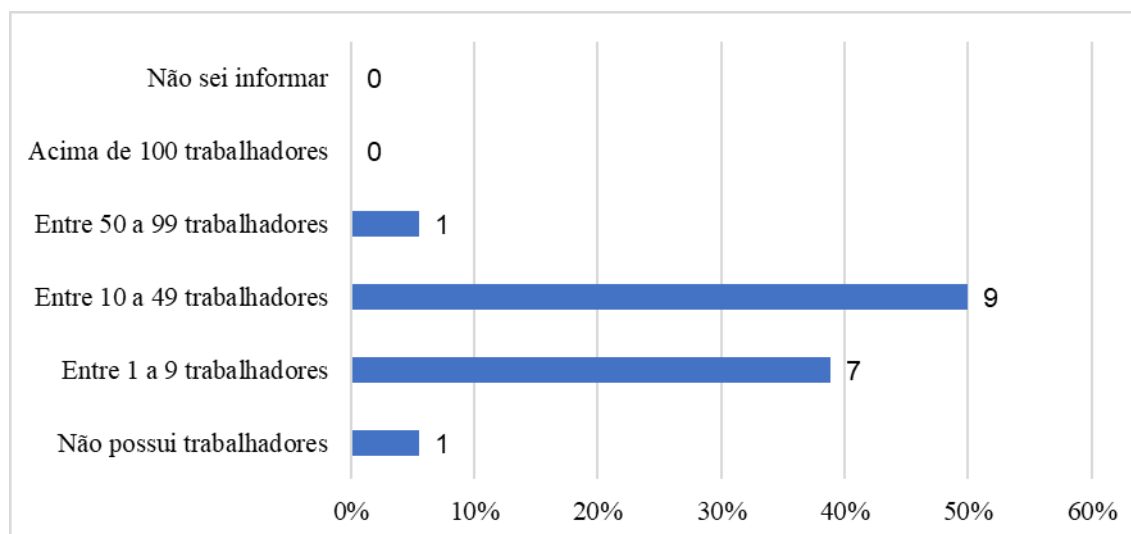


Fonte: Autoria (2021)

A leitura que se faz é de um mercado turístico que teve a constituição de seus alojamentos ainda de maneira muito tímida no que condiz a sua infraestrutura. No entanto, ao analisar a expansão do setor, tem-se a ideia de que poucas foram as mudanças, uma vez que os novos estabelecimentos ainda preservam um porte semelhante ou menor quando comparado àqueles com mais de 10 anos. Apesar disso, é preciso considerar que o município tem capacidade para abertura de novos estabelecimentos, visto que aqueles que visitam uma localidade tem em primeiro lugar a necessidade de encontrar um ambiente para se acomodar.

Isso posto, buscou-se analisar a quantidade de trabalhadores que apresentam carteira assinada, sem carteira assinada e temporários, que estão a serviço dos turistas nos alojamentos, deste modo, o gráfico 4 apresenta a frequência da natureza dos vínculos trabalhistas nos meios de hospedagem em Mossoró para o ano de 2021.

**Gráfico 4 - Vínculos trabalhistas formais, informais e temporários dos meios de hospedagem de Mossoró – 2021**



Fonte: Autoria (2021)

A pesquisa identificou que 50% dos alojamentos são responsáveis por empregar entre 10 e 49 trabalhadores, enquanto 38,9% empregam entre 1 a 9 trabalhadores. Apenas um empreendimento respondeu possuir entre 50 e 99 trabalhadores, dado que seu espaço não é destinado apenas para hospedagem, mas agrupa igualmente outras atividades de lazer que se faz necessário a inclusão de um maior número de mão de obra para atender. O contexto que se apresenta é de um setor do turismo que emprega um quantitativo importante de trabalhadores.

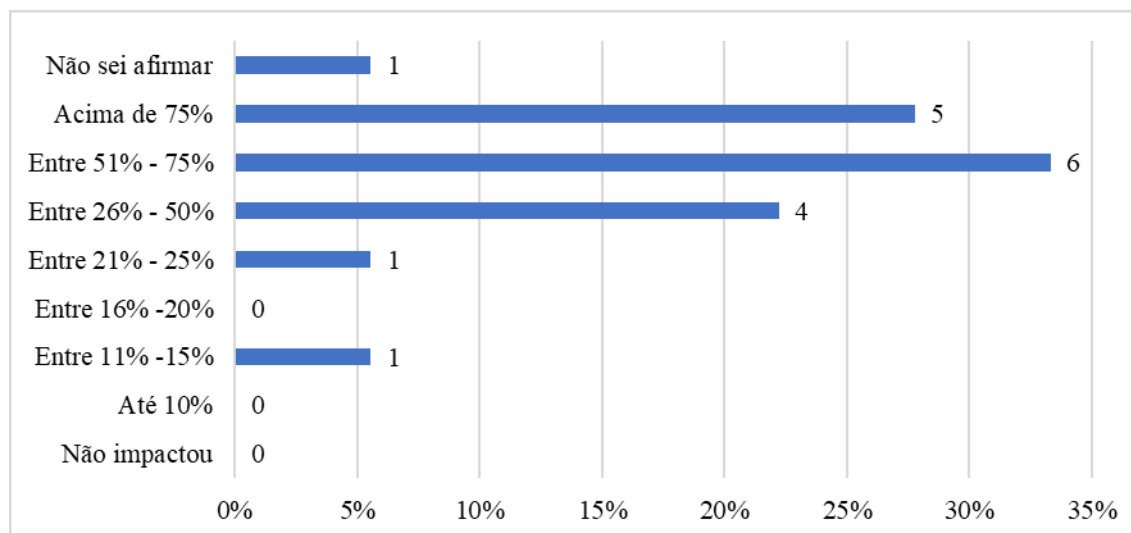
Em suma, a caracterização dos meios de hospedagem forneceu um panorama da infraestrutura dos empreendimentos, do impacto no mercado do trabalho e da sua importância para a composição do turismo local. No entanto, desde o primeiro trimestre de 2020, o setor vem sofrendo com o reflexo da pandemia da Covid-19, cujas atividades consideradas atrativas para o turista necessitaram ser canceladas e a diminuição no número de visitantes acarretou impactos da ordem espacial, econômica e social.

## 6.4 OS IMPACTOS ADVERSOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN

Conforme Leite, Santos e Leite (2020) os empreendimentos que fazem parte do campo turístico estão susceptíveis a um conjunto de inseguranças que pode influenciar na chegada de turistas no lugar receptor. As oscilações na demanda turística provocam impactos negativos na continuidade dos negócios, pois a geração de receita cai de maneira acentuada, bem como o nível de empregabilidade também reduz significativamente. Nessa conjuntura, encontra-se a atividade turística no município de Mossoró, estritamente abalada pelos efeitos da pandemia.

Nesse sentido, a redução na ocupação dos leitos de hospedagem entre março de 2020 a março de 2021 impacta no cancelamento das atividades de cunho cultural, religioso, eventos e negócios realizados no município. Ao analisar os dados situados no Gráfico 5, verifica-se que todos os alojamentos sofreram algum tipo de queda de ocupação, mesmo que de maneira desigual.

**Gráfico 5** - Queda de ocupação nas redes hospedagem entre março de 2020 a março de 2021 em %



Fonte: Autoria (2021).

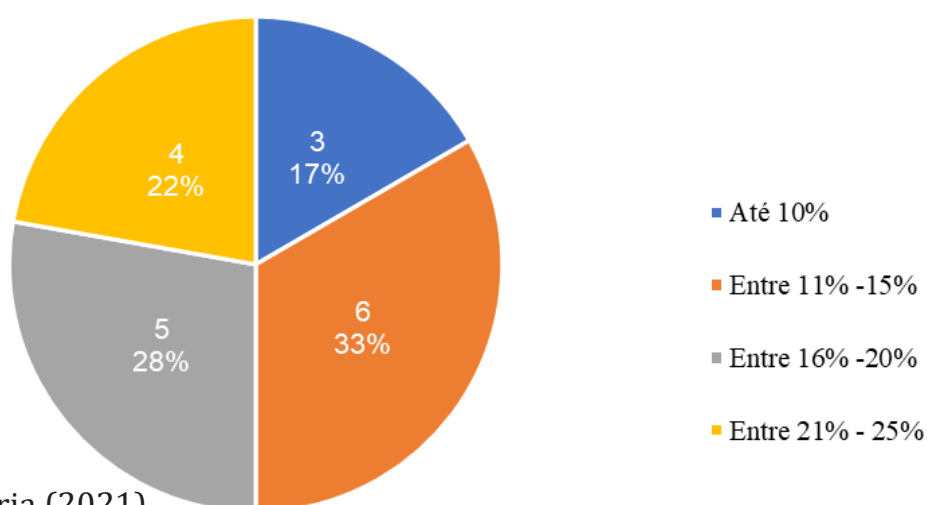
Considerando o cenário construído pela pandemia, cerca de 61,1% dos empreendimentos de hospedagem afirmaram que sofreram uma queda na ordem de 51% na ocupação dos leitos destinados para acomodação dos turistas. Analisar esse fato é importante, dado que o município habitualmente concentra a segunda maior demanda turística do Rio Grande do Norte. Considerando os dados de

2019, a localidade recebeu 183.638 turísticas domésticos e 1.708 internacional, afirma o Ministério do Turismo (2019). Nesse ponto, com a queda no número de visitantes, em conformidade com dados analisados, verifica-se que a repercussão foi maior nos alojamentos categorizados como micro, pequeno e médio porte.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2011) os negócios classificados como micro e pequeno são considerados os empreendimentos que mais contribuem para o setor de serviço, cerca de 36,3% de toda produção nacional. Acrescenta-se que ele também emprega 52% da mão de obra formal do Brasil. No entanto, o panorama decorrente da pandemia reduziu sem precedente o cenário favorável que se construía. Estudos conduzidos por Schreber, Moraes e Stasiak (2021) observou que a Covid-19 promoveu efeitos negativos na quantidade de mão de obra empregada, tal como na receita gerada pelos empreendimentos desde o primeiro quadrimestre de 2020.

Para maioria dos meios de hospedagem o impacto econômico foi um dos principais problemas, visto que a queda da demanda turística acarreta também em um déficit financeiro. A abordagem mostrou a perspectiva das empresas quanto ao impacto da pandemia no faturamento entre março de 2020 a março de 2021. Junto a isso, foi indagado sobre a previsão de retorno de faturamento. Conforme os dados presentes no Gráfico 6, é possível constatar que os efeitos negativos sobre a economia foram demasiados, assim como a perspectiva de um retorno do faturamento demonstra-se como incerto para maioria dos entrevistados.

**Gráfico 6** – Impacto negativos da pandemia no seu faturamento durante março de 2020 até o março de 2021



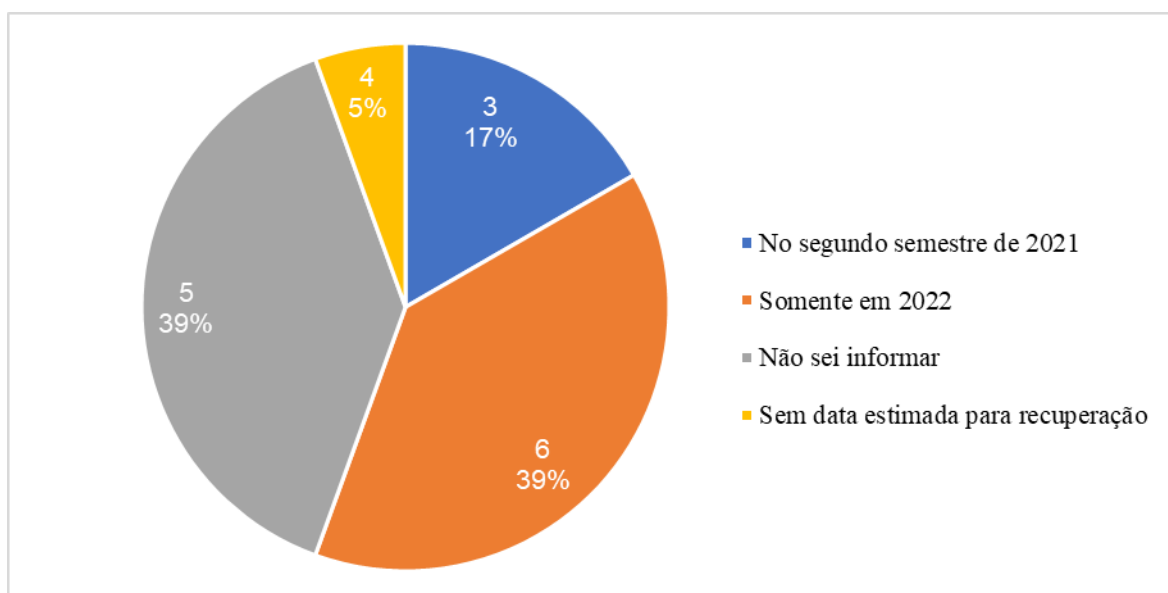
Fonte: Autoria (2021).

Observa-se que 50% das empresas de hospedagem que participaram da pesquisa tiveram uma queda em seu faturamento acima de 51%. Esse indicativo é consequência da baixa ocupação dos leitos de hospedagem, uma vez que os atrativos, como *Pingo da Mei Dia*, *Mossoró Cidade Junina* e *Chuva de Bala* que ocorrem entre junho e julho, bem como a *Feira do Livro*, *Mossoró Oil & Gas*, *Expofruit* e a *Festa de Santa Luzia* que ocorrem entre setembro, novembro e dezembro consequentemente, entre outros eventos que tiveram que ser cancelados.

De acordo com Guerreiro e Vilela (2021) no cenário da pandemia da Covid-19 às atividades turísticas vêm concentrando impactos marcantes, pois todas elas precisam do turista, uma vez que esses indivíduos são vistos como figura central para a continuidade do setor, mas em conformidades com as restrições impostas pela pandemia, a demanda turística caiu e todo setor, no qual, passou a entrar em crise e obter perdas de forma acentuada.

Com o faturamento afetado, os gestores das redes de hospedagem demonstraram falta de perspectiva quanto a previsão de retorno da receita. A partir desta percepção, o gráfico 7 a apresenta a percepção dos gestores quanto o retorno deste faturamento:

**Gráfico 7** - Previsão de retorno de faturamento das redes de hospedagem



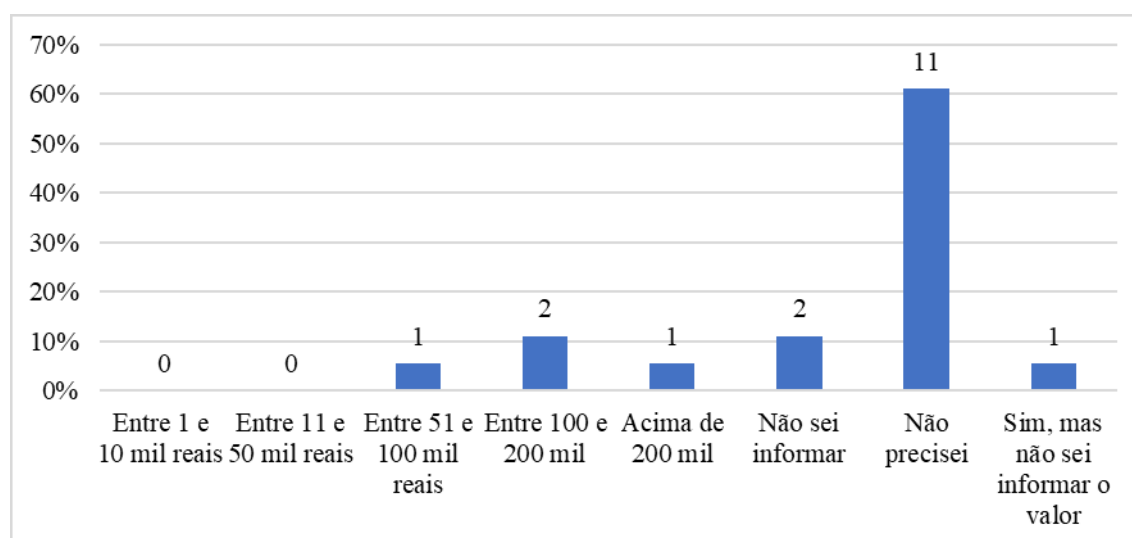
Fonte: Autoria (2021).

A perspectiva para 39% dos empreendimentos é que o retorno do faturamento voltará somente em 2022, enquanto para outros 39% a desconfiança diante do cenário de incertezas é que ainda não existe uma data estimada para recuperação do setor do turismo. Esse panorama reflete o pensar dos gestores diante de uma pandemia que não apresenta sinais de que possa determinar o seu controle e um retorno gradual das atividades turísticas. Por esse motivo, alguns dos empreendimentos vêm apontando certa preocupação quanto ao tempo de permanência da empresa com o capital de giro que ela possui atualmente.

A pesquisa apontou que 44,5% dos gestores afirmaram não saber por quanto tempo consegue se manter com os recursos financeiros atuais, enquanto, por outro lado 38,9% exprimiram obter capital para assegurar o empreendimento em funcionamento de 5 a 6 meses. Entre as empresas que exprimiram essa concepção, são em sua maioria micro, pequena e média empresa. Relativo a isso, Emmendoerfer e Biz (2020) afirmam que a Covid-19 demonstrou-se mais impactante para os negócios classificados como micro e pequeno porte, uma vez que o capital de giro desses estabelecimentos é insuficiente para se manterem diante de uma conjuntura de crise econômica.

Compreendendo a falta de capital para que os empreendimentos continuem em funcionamento, foi inquerido se eles recorreram à concessão de empréstimos para subsidiar as necessidades diante de um contexto de pouco fluxo de caixa. Dessa forma, observa-se no Gráfico 8 o seguinte cenário.

**Gráfico 9 - Concessão de empréstimos pelos meios de hospedagem.**



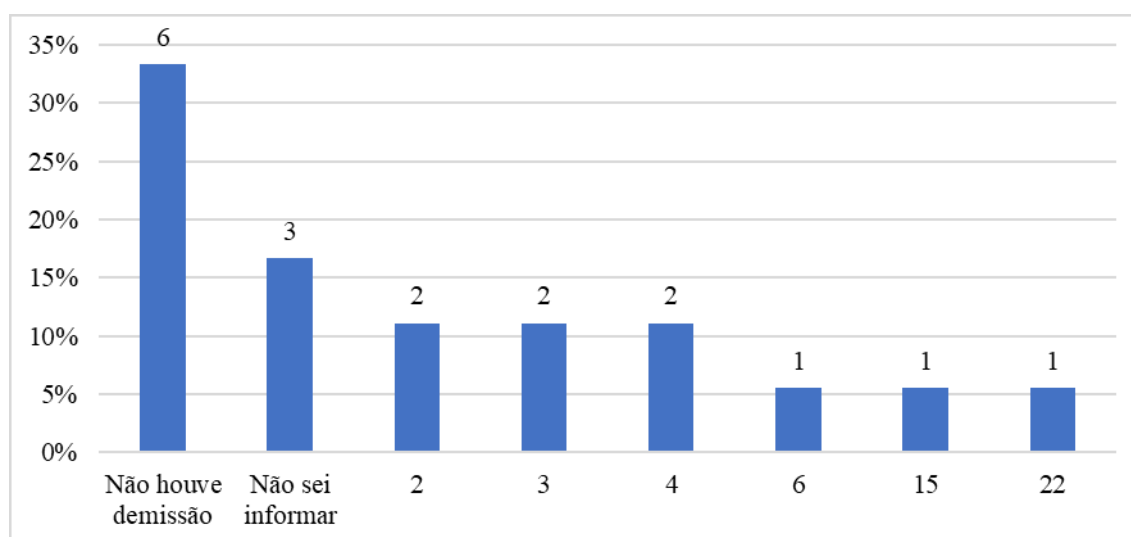
Fonte: Autoria (2021)

De acordo com os dados, observa-se que 61,1% apontaram não precisar do empréstimo. No entanto, em diálogo com os gestores, eles afirmaram que esse indicativo não se refere a ausência de necessidades de dinheiro, mas sim, um receio de não conseguir cumprir com o pagamento das parcelas. Nesse contexto, é válido considerar que o governo federal por meio da Medida Provisória Nº 963, de 7 de maio de 2020 que veio se tornar a Lei Nº 14.051, de 08 de setembro de 2020, liberou cinco bilhões de reais para a concessão de empréstimos para o setor turístico.

A perspectiva do momento foi recorrer a outras possibilidades para minimizar as perdas promovidas pela pandemia. Dentre elas, foi a necessidade de 50% das empresas entrevistadas, suspenderem contratos com fornecedores de alimentos, limpeza, segurança entre outros. Considerando que o turismo possui um efeito multiplicador na economia, uma tomada de decisão como a ocorrida, afeta diretamente outros setores, dado que, segundo Chagas (2014, p. 100) o turismo possui um impacto indireto que “[...] está ligado aos gastos que estas empresas turísticas realizam junto a empresas de outros ramos de atividade que prestam/vendem bens e serviços necessários à manutenção de suas atividades”.

Para FGV projetos (2020a) muitas empresas do setor turístico, mesmo como a tomada de decisões que visam reduzir os gastos, não conseguirão permanecer por muito tempo em funcionamento. Para muitos dos efeitos negativos, acrescenta-se o aumento de pessoas que serão desligadas dos seus postos de trabalhos. No que diz respeito a esse quesito, os números mostram, segundo o gráfico 9, que os meios de hospedagem de Mossoró tiveram que reduzir parte do seu quadro de funcionários como forma de minimizar os impactos.

**Gráfico 9 – Quantitativo demitidos por meio de hospedagem**



Fonte: Autores (2021).

Entre os alojamentos que participaram da pesquisa, 61,11% responderam que optaram pela demissão de funcionários. Considerando apenas aqueles que foram relatados pelos entrevistados houve a demissão de 61 funcionários. No entanto, em conversa informal, via aplicativo WhatsApp, com o presidente do Sindicato dos Hoteleiros de Mossoró, ele afirma que o quantitativo consegue ser maior, visto que um estabelecimento de referência no turismo local acabou por decidir suspender suas atividades e demitir 220 funcionários após o primeiro mês de pandemia. Dessa forma, somente no primeiro ano da pandemia a somatória foi de 281 desligamento apenas no setor de alojamentos.

Outros 38,4% responderam não saber afirmar se houve demissão ou não precisaram recorrer a essa alternativa. No que concerne a primeira afirmação, corresponde aos estabelecimentos que mudaram sua direção durante o período de pandemia, logo, não tiveram acesso a informações sobre a antiga administração. Enquanto a segunda declaração, corresponde aos estabelecimentos que expressaram ser conduzidas pela própria família ou então aderiram Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020.

Segundo Meliani (2015), a sazonalidade como característica central do turismo, considerando todos os seus moldes, contribui para o surgimento de dois mercados de trabalho. O primeiro é formulado por aquele trabalhador que se torna permanente no cargo independente do período em questão, enquanto o segundo mercado é construído pelos indivíduos que ocupam os cargos temporários que são resultados das altas temporadas. Considerando o nível do impacto da pandemia no turismo de Mossoró, pode-se considerar que ela afetou todos os postos de maneira geral, visto que o fluxo de pessoas caiu de maneira acentuada.

Conforme o exposto, a pandemia causou um conjunto de impactos nos meios de hospedagem de Mossoró. A queda da demanda turística refletiu no arrecadamento mensal. Dada realidade, forçou os alojamentos a recorrerem a medidas que visassem reduzir os efeitos da pandemia, ao passo que auxiliasse na continuidade de suas atividades, visto que muitos não sabiam quanto tempo conseguiria se manter com os recursos financeiros atuais. Dentre elas teve-se a redução do quadro de trabalhadores, suspensão de contratos com fornecedores e, para uma minoria, recorrer a concessão de empréstimos.

Diante desse contexto, acredita-se, que a realidade vivenciada no primeiro ano de pandemia trará uma mudança no comportamento de todo o trade turístico. As preocupações e decisões para a continuidade das atividades se darão sob a luz de um novo “normal” que deverá ser seguido por todos aqueles que a fazem a atividade turística acontecer.

## **6.5 A PREVALÊNCIA DA PANDEMIA DA COVID-19: ENTRE PREOCUPAÇÕES E DECISÕES PARA UM RETORNO GRADUAL**

O turismo de Mossoró, desde a chegada da Covid-19 ao município, ainda no primeiro semestre 2020 até o presente momento - primeiro semestre de 2021 -, encontra-se impactado pelos adventos da pandemia. Esse momento gera preocupações, uma vez que não existe previsão quanto ao retorno efetivo das atividades que contribuem para a geração de demanda. Segundo Beni (2020a), o Brasil estava apresentando uma breve recuperação depois de uma retração de 7% do PIB ocorrida entre 2015 e 2016. O momento que parecia favorável para o contexto nacional, logo foi afetado pela pandemia de modo que poderá provocar perdas de tudo que foi reconstruído nos anos anteriores.

Os estabelecimentos entrevistados afirmaram possuir várias preocupações com o momento de incertezas. Questionando os gestores das redes de hospedagem, através de uma pergunta aberta, sobre quais eram as principais inquietações diante do atual contexto vivenciado no turismo de Mossoró, muitos apontaram que sua preocupação não estava vinculada apenas a ausência do turista. Por meio da nuvem de palavras Figura 3, foi possível dar ênfase nas palavras que ganharam uma maior visibilidade, como: “ausência”, “falta”, “perspectiva”, “vacina”, “impactos”, “fechamento”, “ações”, “turista” e “público”.

**Figura 3** - Principais preocupações com relação ao cenário da pandemia da Covid-19 dentro do turismo em Mossoró/RN



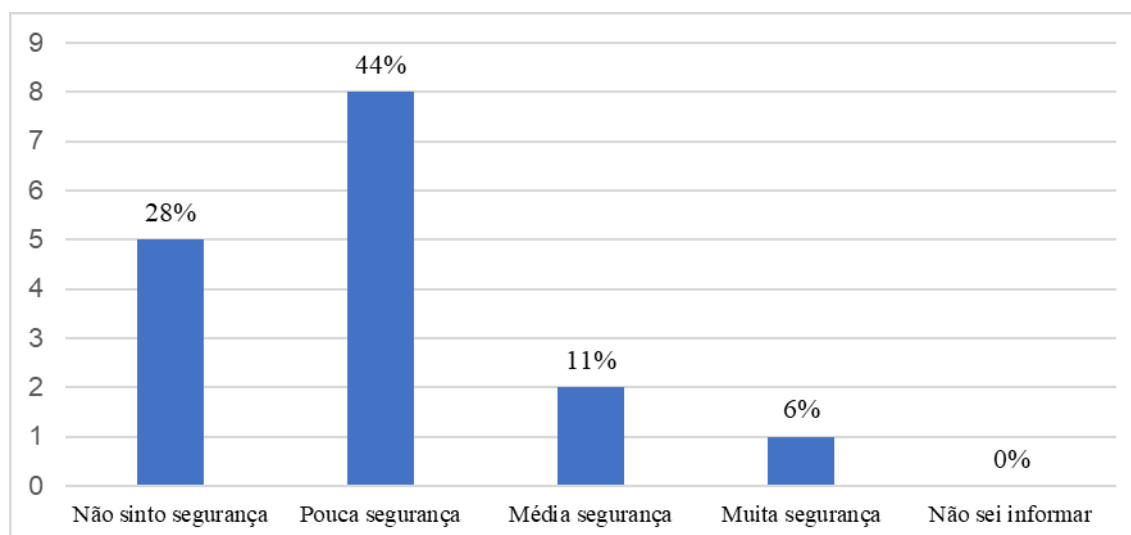
**Fonte:** Aatoria (2021).

É preciso considerar que o turismo é uma atividade volátil, em que se torna vulnerável aos diferentes eventos sociais e naturais. Song, Livat e Ye (2019) afirmam que o turista tem como premissa recorrer para espaços que consigam fornecer menos riscos e maior bem-estar. Consequentemente, os perigos causados pelo coronavírus vem traçando um cenário que não favorece para a confiança dos turistas. No que se refere a preocupação dos gestores, percebe-se que ela se distribui entre ausência do fluxo turístico e para os impactos negativos resultados direto da pandemia.

Parte dessa preocupação é resultado também da falta de coordenação da pandemia por parte do poder público. Em diferentes países foram criadas medidas de contenção visando reduzir a disseminação. No entanto, no caso brasileiro, a ausência de planejamento coordenado entre as diferentes esferas do poder público acabara por potencializar um maior espalhamento do vírus e consequentes impactos na atividade turística. Dentre as regiões que mais tiveram o seu turismo afetado, destaca-se o caso do Nordeste Brasileiro, dos quais as ações delineadas pelos agentes públicos estiveram deslocadas das condições socioeconômica da população, isso acarretou efeitos na principal atividade economia da região, o turismo (SOUZA, 2021).

Em função desse contexto, buscou-se compreender a percepção dos gestores dos meios de hospedagem de Mossoró sobre qual o nível de segurança eles sentem com as ações tomadas pelas três esferas do poder público (Federal, Estadual e Municipal) no controle da pandemia. De acordo, Tretin, Moraes e Guimarães (2020, p. 185) analisar as ações empreitadas por diferentes agentes “[...] torna-se fator importante para o desenvolvimento local, no processo de reposicionamento e de retomada do turismo”. Assim, conforme o Gráfico 15, é possível diagnosticar que o nível de segurança apontado pelos gestores é de grande preocupação.

Gráfico 11 - Percepção sobre o nível de segurança com relação as ações tomadas pelo poder público (Federal, Estadual e Municipal) para subsidiar o setor turístico na pandemia



Fonte: Autor, 2021.

Observa-se que o grau de segurança não apresenta níveis que configurem que os gestores dos meios de hospedagem estão confiantes com as medidas de contenção de risco tomadas pelos órgãos administrativos. Neste sentido, a vacina surge como uma solução rápida e capaz de restabelecer as atividades que são responsáveis pela geração da demanda turística local. Contudo, a imunização tardia e lenta, somando-se a falta de cuidados por parte das pessoas que promovem aglomerações, passam a prejudicar o retorno das atividades, dado que a própria comunidade não colabora para a mudança de perspectiva, afirmam os gestores.

O turismo é uma atividade que, por estar vinculado a incorporação de um contingente populacional, é impossível negligenciar sua proximidade com as doenças, visto que além dos impactos negativos que podem ser ocasionadas no setor, a própria atividade torna-se responsável pela propagação da enfermidade pela constante circulação de pessoas. É um fenômeno que se caracteriza como dialético (CRUZ, 2020b). Portanto, os riscos que se fazem presentes no turismo contribuem para que a sua retomada seja incerta, pois o seu público vive sobre uma dualidade em que podem estar vulneráveis aos perigos dos espaços receptores, bem como, podem tornar-se agentes na disseminação da Covid-19.

Para melhor compreender o papel do turista na disseminação da Covid-19 é necessário observar seu protagonismo no espaço. Segundo Santos (1978) o espaço geográfico é resultado da confluência de fixos e fluxos. Os fixos, dentro do turismo, podem ser entendidos por: todinfraestrutura que se faz presente nos pontos turísticos, enquanto os fluxos são concedidos pelos turistas, visto que realizam o deslocamento entre os pontos emissores e receptores. Assim, o transitar dos indivíduos, acarreta, sobretudo, o aumento da propagação da pandemia a partir da transmissão do vírus.

Portanto, entende-se que, os agentes envolvidos na prática do turismo necessitarão, até alcançar uma vacinação em massa, implementar ações que tornem os estabelecimentos seguros quanto aos aspectos sanitários de maneira que os turistas não estejam expostos ao coronavírus. Considerando esse aspecto, os gestores das redes de hospedagem foram questionados sobre quais medidas eles estavam executando para tornar os alojamentos preservados no que se refere a biossegurança. Conforme a nuvem de palavras Figura 4 é possível diagnosticar os principais procedimentos citados pelos entrevistados.



O governo do Rio Grande do Norte lançou o selo Turismo Mais Protegido. O programa que se aproxima daquele ofertado pelo governo federal, no que condiz às medidas sanitárias, foi criado em conjunto com outras entidades como Sistema Fecomércio Rio Grande do Norte (Fecomércio), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) entre outras instituições. Além do seu papel voltado para a segurança sanitária, o selo, segundo o governo do Estado (2020, n.p) “[...] poderá ser inserido nas peças promocionais do solicitante e caso haja interesse, em exposição no empreendimento, o prestador recebe junto ao SELO TURISMO MAIS PROTEGIDO o manual de aplicação”.

Os dados levantados apontam que apenas um estabelecimento de hospedagem incorporou o selo ofertado pelo governo estadual. O cenário que se constrói, demonstra um certo distanciamento entre os órgãos públicos, entidades representativas e os meios de hospedagem. Esse comportamento figura-se como um problema, uma vez que não há uma coordenação que contribua para que o setor venha se estabelecer de maneira eficiente. Santos e Albuquerque (2020) afirmam que o cenário em que a atividade turística se encontra é de incerteza e somente uma gestão coordenada poderá fazer com que o setor venha se restabelecer.

De modo geral, analisando a relação existente entre o setor turístico – aqui representado pelos meios de hospedagem – e os impactos decorrentes da pandemia, percebe-se que a atividade se encontra fragilizada e acumulando preocupações, essencialmente, decorrentes do baixo fluxo de turistas na localidade. Apesar disso, os gestores mostram um poder de reação no que condiz a implementar alternativas que visem tornar o estabelecimento mais seguro quando se refere a biossegurança.

Apesar disso, entende-se que, somente os gestores de empreendimentos são incapazes de reconstruir a demanda que o segmento turístico local um dia apresentou. A participação do setor público torna-se um elemento importante, uma vez que assume o papel de agente fomentador e capaz de subsidiar políticas públicas voltadas para esse segmento da economia que tanto impacta positivamente na organização espacial do turismo presente no município. Por esse motivo, é de suma importância reduzir o distanciamento e a insegurança existente nesse momento entre setor privado do turismo da localidade e a administração pública constituída pelas diferentes esferas do poder.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença da pandemia da Covid-19 no município de Mossoró revelou um cenário de impactos na atividade turística de modo que promoveu profundas transformações socioespaciais da localidade. A pesquisa realizada com 18 os meios de hospedagem manifestaram, através de diferentes indicadores, os efeitos ocasionados no meio econômico, social e espacial, bem como, possibilitou traçar as principais preocupações, a percepção quanto as ações direcionadas pelo poder público e as alternativas tomadas pelos gestores dos alojamentos para um retorno do turismo no município.

Com a redução do fluxo de pessoas para a localidade, a fim de desfrutar dos atrativos turísticos, mais da metade dos alojamentos apresentaram uma queda na ocupação dos leitos de hospedagem. Essa conjuntura representa um impacto acentuado, visto que o município ocupa a segundo maior demanda turística do Rio Grande do Norte. De todo modo, a queda no número de visitantes representou impactos de diferentes ordens.

Assim, com a incerteza quanto a retomada da atividade turísticas e sem as condições necessárias para aquisição de empréstimos, os gestores tiveram que procurar alternativas para reduzir seus gastos, dentre elas está a rescisão de contratos com empresas terceirizadas e a demissão de funcionários que ocupam postos de trabalhos. Como o turismo é um setor da economia que possui ligação com outros estabelecimentos prestadores de serviços, observa-se que a falta de visitantes na localidade, gera uma reação negativa que não fica restrito ao *trade* turístico.

Ainda, conforme os gestores, a falta de coordenação da pandemia e o baixo nível de confiança com as ações tomadas pelo poder público para subsidiar o turismo local é o que mais ocasiona preocupações, dado que turismo é uma das últimas atividades a consolidar o seu retorno integral, em decorrência da necessidade de contingente de pessoas se deslocando para a localidade receptora.

Assim, para a retomada do turismo em Mossoró, é de suma importância apontar meios para que os impactos socioespaciais promovidos pela pandemia no turismo da área de estudo sejam amenizados. Considerando que a Covid-19 introduziu um novo paradigma na atividade turística, aponta-se que investimentos em medidas de higiene que possam ser seguidas por funcionários e visitantes, bem como maior incorporação dos selos de turismo sanitários, tornarão não somen-

te os meios de hospedagem, mais toda a área receptora de turistas mais segura. Essas ações só podem ser alcançadas por uma maior integração dos agentes que fazem o turismo acontecer, como gestores, sindicatos e representantes da esfera pública e privada.

Somando-se a isso, para reduzir a insegurança quanto às ações do poder público, é de grande importância criar uma melhor comunicação que possibilite os gestores terem conhecimentos das ações que estão sendo tomadas. Orienta-se que o uso das redes sociais, consulta aos estabelecimentos e treinamentos para os trabalhadores podem ser um caminho a ser seguido pela administração pública. Por último, a inclusão de uma melhor política fiscal e meios viáveis para concessão de empréstimos podem contribuir para que os alojamentos possam se restabelecer enquanto não se tem um retorno completo das atividades responsáveis pela atração turística.

# REFERÊNCIAS

BENI, M. C. Turismo e Covid-19: Algumas Reflexões. **Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 3, p. 01-23, 2020a.

BRASIL. Lei nº 14.051, de 8 de setembro de 2020. Abre crédito extraordinário em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), para o fim que especifica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 set. 2020, Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.051-de-8-de-setembro-de-2020-276227425>. Acessado em: 23 jul. 2021.

CHAGAS, M. M.; Avaliação dos impactos sócio-econômicos do turismo gerados pelo setor hoteleiro: uma análise dos hotéis da Via Costeira–Natal/RN. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 13, n. 153, p. 93-104, 2014.

CLEMENTE, A. C.F.; ANDRADE, L. G.; STOPPA, E.A.; SANTOS, G. E. O. Políticas públicas frente aos impactos econômicos da COVID-19 no turismo. **Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**. v. 8, n. 14, p. 73-85, 2020.

CRUZ, M. A. A.; BORGES, M. P. Os meios de hospedagem de pequeno porte de Águas de São Pedro (SP) e sua importância para o turismo local. **Revista Turismo: Visão e Ação**, v. 8, n. 2, p. 273-282, 2006.

CRUZ, R. C. A. **O evento da Covid-19 e seus Impactos sobre o Setor de Turismo**: em busca de uma análise multi e trans-escalar. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 14, n. 4, p. 01-15, 2020b.

EMMENDOERFER, L.; BIZ, Al. A. Perspectivas iniciais dos impactos da Covid-19 no turismo do Estado de Santa Catarina–Brasil. **Revista Turismo & Cidades**, v. 2, n. 1, p. 139-152, 2020.

FERREIRA, L. S.; GOMES, R. C. C. Organização das políticas públicas de turismo no Brasil e no Rio Grande do Norte. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 07, p. 49-59, 2011.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS PROJETOS (FGV Projetos). **Impacto Econômico do Covid-19 Propostas para o Turismo Brasileiro**. Abril/2020. Disponível em: 1ª Edição: Impacto Econômico do COVID-19: Propostas para o Turismo Brasileiro - Abril | 2020 | FGV Projetos. Acessado em: 28 jul. 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS PROJETOS (FGV Projetos). **Impacto Econômico do Covid-19 Propostas para o Turismo Brasileiro**. Abril/2020a. Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/artigos/2a-edicao-impactos-economicos-da-covid-19-propostas-para-o-turismo-junho-2020>. Acessado em: 28 jul. 2021.

GUERREIRO, A. C.; VILELA, G. Os impactos do coronavírus nos pequenos negócios de turismo no Brasil: uma análise a partir dos dados do Sebrae. **Revista Turismo em Análise -RT**, v. 32, n. 1, p. 79-99, 2021.

HENRIQUE, C. SILVA, C. O turismo e a produção do espaço: perfil geográfico de uma prática socioespacial. **Geografia Ensino e Pesquisa**. v. 16 n. 02, p. 47-63, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2018**. 1 Ed. IBGE: Rio de Janeiro, 2020, 192p.

LEITE, J. C. L.; SANTOS, S. R.; LEITE, A. R. L. Os impactos econômicos da Covid- 19 no setor de turismo do Maranhão. **Revista Turismo e Cidades**. v. 2, n. 1, p. 104-122, 2020.

MELIANI, P. F. Pensando o trabalho no turismo: sobre servilismo e precarização das relações trabalhistas na prestação de serviços turísticos. **Especiaria - cadernos de ciências humanas**. v. 14, n. 26, p. 95-117, 2015.

MTUR. Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo 2020 - Ano Base 2019**. 2020. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>. Acesso em: 14. jun. 2021.

MTUR. Ministério do Turismo. Selo Turismo Responsável. 2020. Disponível em: <https://www.turismo.gov.br/seloresponsavel/>. Acesso em: 14 set. 2021.

SANTOS, G.; ALBUQUERQUE, J. C. Impactos da Covid-19 no Turismo do Tocantins. **Espaço E Tempo Midiáticos**, v. 3, n. 2, p. 12-12, 2020.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**: os circuitos da economia urbana dos países sub-desenvolvidos. 1. Ed. EDUSP: São Paulo, 1978, p.440.

SCHREIBER, D.; MORAES, M. A.; STASIAK, L. Os impactos da crise pelo Covid-19 nas micro e pequenas empresas. **Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior**. v. 12, n. 1, 01-30, 2021.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**. 2011. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM-2000003c74010aRCD>. Acesso em: 21 jul 2021.

SONG, H.; LIVAT, F.; YE, S. Effects of terrorist attacks on tourist flows to France: Is wine tourism a substitute for urban tourism?. **Journal of Destination Marketing and Management**, v. 14, n. 1 p. 01-10, 2019.

SOUZA, M. C. C. O Estado e o Turismo no Brasil: análise das políticas públicas no contexto da pandemia da COVID-19. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, n. 1, p. 01-13, 2021.

TRENTIN, F.; MORAES, C. C.; GUIMARÃES, V. L. Políticas Públicas de Turismo na Pandemia de Covid-19: análise à luz das funções de governo. **Turismo e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 183-207, 2020.

VENÂNCIO, M. G. M. Planejamento e Gestão do Programa de Regionalização do Turismo no Rio Grande do Norte. **Estudos de Administração e Sociedade**. v. 02, n. 02, p. 58-79, 2017.

ZANCAN, C.; DANTAS, A. B.; CAMPOS, V. O. Estrutura de serviços de varejo nas redes de hospedagem brasileiras. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 9, n. 2, p. 278-297, 2015.



# ESPAÇO CIDADE E TURISMO

